

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Setembro de 2012

Docente Orientador: Professor Doutor Rui Manuel Trindade Braz Afonso

Sofia de Melo Rosa

AGRADECIMENTOS

Agradeço de forma especial à Fátima Abreu e ao Luís Mesquita pelo apoio, motivação e imprescindível ajuda durante todo o desenvolvimento deste trabalho.

À minha mãe e irmã pelo incentivo e apoio incondicional.

Ao professor Rui Braz pela disponibilidade e acompanhamento.

E a todos os que ajudaram a esclarecer algumas questões sobre o tema.

RESUMO

O debate actual acerca do espaço urbano tem contribuído, à luz do ímpeto do desenvolvimento nos países de economia emergente, para uma crescente integração das investigações e experiências no âmbito do Espaço Urbano Informal. Pela primeira vez na história da humanidade, a população urbana é superior à que reside nas áreas rurais, em consequência do afluxo populacional às grandes metrópoles do espaço económico emergente.

Embora o Espaço Urbano Informal não seja um fenómeno exclusivo à cidade actual nem a estes países, a dimensão e dispersão destes assentamentos tem alcançado proporções, sem paralelo na história, nestas áreas do mundo. A incapacidade governamental de desenvolver respostas habitacionais e ofertas de emprego adequadas obriga as populações que residem nestes espaços a procurar meios de abrigo e de sustento alternativos.

As dinâmicas sociais, económicas e até culturais destas populações que, segregadas pelos mecanismos formais da cidade, criaram sistemas paralelos de organização habitacional e económica – chegando, em diversos casos, a integrar a maior parte da população urbana –, vêm sendo, ao longo das últimas décadas, cada vez mais reconhecidas.

A magnitude destes fenómenos e o crescimento imparável destas cidades revela a urgência da discussão destas questões e do revigorar de uma arquitectura mais próxima das populações e das suas necessidades reais. Neste sentido, a participação das pessoas em qualquer intervenção no espaço urbano é crucial para que as respostas aos seus problemas não continuem a ser desadequadas nem criem mais problemas do que aqueles a que se propõem dar resposta.

ABSTRACT

In the face of the current momentum in the development of countries with emerging economies, the debate on the urban territory has contributed to an increasing integration of research and experiments in the realm of Informal Urban Settlements. For the first time in the history of mankind, urban populations presently outnumber those which inhabit rural areas, as a result of the influx of people to the greatest metropolises of the emerging economic territory.

Whilst the phenomenon of Informal Urban Settlements is neither restricted to the current city, nor exclusive to those countries, the size and spread of these settlements have reached a proportion unheard of. Governmental failure to provide appropriate housing strategies and job opportunities therefore compels people who inhabit these settlements to search for alternative means of livelihood and shelter.

The social, economic and even cultural dynamics of the people concerned – which, segregated from the formal mechanisms of the city, have developed shadow systems of housing and economic organization sometimes comprising the majority of the urban population – have been ever more acknowledged over the last few decades.

The extent of these phenomena and the relentless growth of these cities unveils an urgent need for both a debate on these issues and the reinvigoration of an architecture closer to the people and their real needs. Hence, participation of the people in any given intervention in the urban territory is crucial if the solution to their problems is to be no longer inadequate and no more issues are to be created than those they are meant to solve.

ÍNDICE

Introdução	11
1. O Debate sobre a Arquitectura da Participação, 1960-70	15
1.1. O lançamento de premissas teóricas	17
1.2. As práticas participativas no Terceiro Mundo e as lições para o Primeiro Mundo	39
2. O Espaço Urbano Informal, nos Países de Economia Emergente	71
2.1. O afluxo populacional e o aparecimento de assentamentos urbanos informais	73
2.2. O espaço urbano informal nos países de economia emergente	80
2.2.1. Ocupação e posse do solo	83
2.2.2. Apropriação do espaço	91
2.2.3. Infra-estruturas e serviços básicos	98
3. As Práticas Actuais da Arquitectura da Participação, no Espaço Urbano Informal	103
3.1. <i>Elemental</i> e a habitação evolutiva	105
3.2. <i>Urban-Think Tank</i> e a infra-estruturação urbana	111
Considerações Finais	117
Bibliografia	119

INTRODUÇÃO

No âmbito da conclusão do Curso de Mestrado Integrado em Arquitectura, a presente dissertação propõe-se estudar o Espaço Urbano Informal no contexto dos países de economia emergente, tomando como referência o modo como a arquitectura participativa tem actuado sobre o mesmo.

A discussão actual sobre a cidade, através da problematização do modo como construímos e habitamos, tem revelado a necessidade de novos valores e novos modos de actuar que permitam lidar com as presentes características do espaço urbano. O período de recessão económica e de escassez de recursos que o mundo ocidental atravessa parece conformar um momento marcante para a nossa sociedade e para o modo como pensamos as questões urbanas e habitacionais. As disciplinas da Arquitectura e do Urbanismo, em cooperação com outras matérias como as da Sociologia, Economia e Política, têm agora uma nova oportunidade para contribuir para estas mudanças e para reivindicar, em conjunto com as populações, uma cidade mais inclusiva.

O ímpeto do desenvolvimento nos países de economia emergente tem contribuído para uma crescente integração das questões em torno do espaço urbano informal e, especialmente, da precariedade das condições habitacionais no debate actual sobre o desenvolvimento equilibrado da cidade. O crescimento exponencial das grandes metrópoles destes países, maioritariamente entre os estratos mais pobres da sociedade, conduziu, pela primeira vez na história da humanidade, à superação do número de pessoas que habitam em espaços urbanos, por oposição ao daquelas que permanecem nas áreas rurais. A principal causa deste crescimento é a migração incansável das populações rurais mais pobres para as cidades, em busca de oportunidades de emprego, fenómeno que, não sendo de modo algum arbitrário, constitui um acto deliberado e informado por parte destas populações, as quais procuram apoio nos círculos de família e amigos já fixados na cidade, maioritariamente nos seus espaços de cariz informal.

Embora este fenómeno não seja exclusivo à cidade actual nem aos países de economia emergente, a dimensão e o contínuo crescimento dos assentamentos urbanos informais nestas regiões do mundo tem vindo a assumir proporções alarmantes, derivadas, em parte, da incapacidade de desenvolver respostas habitacionais adequadas às necessidades reais dos habitantes. Assim, sem qualquer outro meio para adquirir habitação, as populações recorreram a meios alternativos para sobreviver, valendo-se dos seus recursos pessoais, sociais e comunitários. Com uma dinâmica imponente, estas populações segregadas pelos mecanismos formais da cidade criaram sistemas paralelos de organização habitacional e económica que, em diversos casos, chegam a integrar a maior parte da população

urbana. Por este motivo, mais do que a iniciativa governamental ou privada, os residentes pobres das grandes cidades dos países de economia emergente acabam por ser os principais responsáveis pela construção das mesmas.

Perante a magnitude destes fenómenos e o crescimento imparável destas cidades, é fundamental a discussão destas questões, bem como o revigorar de uma arquitectura mais próxima das populações e das suas necessidades reais. A participação das pessoas em qualquer intervenção no espaço urbano é, pois, crucial para que as respostas aos seus problemas não continuem a ser desadequadas nem criem mais problemas do que aqueles a que se propõem dar resposta.

A escolha do tema resulta da experiência da autora em Berlim, no âmbito do programa *Erasmus*, e da frequência da disciplina *Global City - Local Space*. Embora integrada no contexto da sociedade ocidental, a Technische Universität Berlin revelou-se surpreendentemente próxima das questões globais do abrigo, dispondo de uma vasta equipa de profissionais que operam em assentamentos urbanos informais nos países de economia emergente e que divulgam as práticas ali desenvolvidas e os conhecimentos adquiridos no âmbito do curso de Arquitectura e de Planeamento Urbano. Estes especialistas, arquitectos e urbanistas assumem, assim, um papel fundamental na formação de uma nova geração de profissionais que tem, nesta parte do mundo, a oportunidade de lidar com algumas das questões mais básicas e essenciais dos assentamentos humanos.

O desenvolvimento desta prova apoia-se em diversas referências bibliográficas, desde livros a publicações periódicas, artigos e documentos, bem como em várias conferências e apresentações em formato de vídeo, disponibilizadas na internet. O âmbito alargado do tema incitou a investigação de diversas questões não só arquitectónicas e urbanísticas, mas também sociais, políticas e económicas, que nos permitissem, de algum modo, consolidar uma linha de pensamento a propósito do carácter participativo das intervenções em espaços urbanos.

O trabalho estrutura-se em três capítulos, com os quais se pretende articular a evolução cronológica dos acontecimentos associados ao tema em estudo – desde a década de 1960 até aos dias de hoje – e, simultaneamente, definir uma linha de causalidade que, a partir das premissas teóricas subjacentes à arquitectura participativa, tem como ponto de chegada a aplicação prática, actual, das mesmas.

No primeiro capítulo – O Debate sobre a Arquitectura da Participação, 1960-70 – pretende-se expor sinteticamente alguns pontos importantes do debate sobre a arquitectura participativa nas décadas de 1960 e 1970. Partindo de questões estudadas ao longo do nosso percurso académico, nele apresentam-se algumas das premissas teóricas que, renunciando às ideologias modernistas, permeavam o debate arquitectónico e urbanístico no contexto da sociedade ocidental e exaltavam o desejo por uma actuação mais atenta às necessidades e aspirações das populações.

Procura-se, de seguida, abordar algumas das questões práticas desenvolvidas no Terceiro Mundo que, no seguimento da discussão arquitectónica ocidental, contribuem para informar e dar novo ânimo à disciplina da Arquitectura e ao modo como vemos o processo da habitação e do crescimento urbano. Acima de tudo, procura-se neste capítulo reunir um conjunto de ideais relevantes para a conformação do que chamamos hoje de Arquitectura da Participação.

O segundo capítulo – O Espaço Urbano Informal, nos Países de Economia Emergente – desenvolve-se em torno da abordagem aos assentamentos informais no contexto do mundo em desenvolvimento. Começar-se-á por clarificar os fenómenos de intensa afluência populacional aos centros urbanos, ocorridos ao longo dos últimos cinquenta anos, o que permitirá informar, por conseguinte, a caracterização dos espaços urbanos informais. Procurando demonstrar de uma forma sintética a complexidade e variedade do tema, esta caracterização terá como referências as questões da ocupação e posse do solo, da apropriação do espaço e das infra-estruturas e serviços básicos. Não pretendemos, de modo algum, fazer uma análise plena deste tipo de espaço; este capítulo procura acima de tudo elucidar algumas questões relacionadas com os assentamentos informais que, sob uma perspectiva infelizmente demasiado generalizada, tendem a ser caracterizados como fenómenos temporários e meras aglomerações de pobreza urbana, destituídas de qualquer valor económico, social e humano.

Tendo como referência as linhas de orientação enunciadas no capítulo anterior, apresenta-se no terceiro capítulo – As Práticas Actuais da Arquitectura da Participação, no Espaço Urbano Informal – uma selecção de projectos de dois grupos de arquitectos – *Elemental* e *Urban-Think Tank* – que têm vindo a trabalhar intensamente com as questões de informalidade no espaço urbano. Com graus variáveis de participação e métodos muito distintos de abordagem das problemáticas habitacionais e urbanas, estes projectos constituem exemplos importantes de intervenções da arquitectura dita erudita sobre os espaços construídos pelas populações desfavorecidas. Acima de tudo procura-se, com estes projectos, evidenciar formas de integrar e desenvolver sustentavelmente estas enormes, complexas e sobrelotadas áreas urbanas.

A nível pessoal, procuramos, com este estudo, estabelecer um ponto de partida e uma referência sólida para o nosso trabalho futuro enquanto profissional de arquitectura. A dimensão das cidades do futuro, a enorme procura habitacional que a ela está associada e a incapacidade que as respostas oficiais vêm revelando, têm levado à formação de assentamentos informais massivos e exposto o fracasso das operações levadas a cabo por arquitectos que não integram as populações a quem os projectos se destinam. Assim, há (e continuará a existir enquanto não se der uma consciencialização geral) a necessidade urgente de profissionais que conheçam, respeitem e integrem as necessidades e prioridades das classes mais destituídas. Neste sentido, acreditamos que a pesquisa desenvolvida no contexto desta dissertação nos proporciona algumas ferramentas e conhecimentos que, a longo prazo, poderão ser úteis para uma actuação profissional mais consciente.

1. O Debate sobre a Arquitectura da Participação, 1960-1970

1.1 O LANÇAMENTO DE PREMISSAS TEÓRICAS

A grande transformação do modo de habitar urbano que se alcançou no final do Movimento Moderno, propiciada pelo pós-guerra e pelas melhorias económicas nas sociedades ocidentais, conduziu a profundas mudanças na forma como a sociedade via a sua situação no mundo. A passagem da “cidade moderna” para o que hoje chamamos de “cidade contemporânea” tornou-se inevitável, muito por conta da revolução ideológica, cultural e social despoletada no final da década de 60.

No rescaldo da II Guerra Mundial, a sociedade assistiu a uma rápida homogeneização do quotidiano, potenciada pela massificação da produção e por um conformismo generalizado, em harmonia com uma mecanização quase robótica do trabalho: o Homem deste período repete diariamente as mesmas tarefas, incansavelmente, na tentativa constante de acumular recursos suficientes para alimentar o consumismo próprio do estilo de vida vigente.

O campo da arquitectura atravessa paralelamente, no entanto, uma crise - que, de acordo com Manfredo Tafuri, se arrasta desde o *crash* das bolsas de 1929¹ - a qual se reflecte no desaparecimento gradual da metodologia arquitectónica e no início da procura de um valor operativo de superação de realidades, à época, retrógradas. As situações latentes criadas pelos processos reivindicativos urbanos, pelo planeamento marginal ou paralelo, pelo bradar por uma humanização do utilizador e da encomenda e pelo desejo de trabalhar para o povo, habitantes ou utentes, começaram a concretizar-se no *advocacy planning* norte-americano e nos contraplanos italianos elaborados por técnicos que davam assistência às populações (as quais exigiam melhores condições de vida e de habitabilidade), bem como no trabalho teórico e prático emergente das metrópoles superpovoadas do chamado Terceiro Mundo que, preso aos limites disciplinares, elegia uma nova metodologia com maior sensibilidade sociológica, económica e antropológica.

*“Com efeito, o crescente reconhecimento das múltiplas necessidades de um «cliente» cada vez mais plural e diferenciado e a consciência das complexidades que caracterizam o seu envolvimento social conduziam o corpo disciplinar da Arquitectura em direcção a um campo de referências mais vocacionado para a compreensão das relações entre o meio ambiente e o comportamento.”*²

Realizado em Dubrovnik em 1956, o 10º CIAM marcou o momento em que vários jovens arquitectos renunciaram aos princípios funcionalistas, confirmando uma crítica que vinha germinando desde o pós-guerra. Esta situação conformou dois grupos defensores de uma reforma do pensamento

¹ J. Bandeirinha (2007), p.21.

² Idem, p.22.

Moderno: o *Groupe d'Étude d'Architecture Mobile* ³, fundamentado em utopias informáticas e na exaltação da máquina, pondo em causa a validade da profissão, e o *Team X* ⁴, que pretendia superar o pensamento moderno e desvendar novos conceitos arquitectónicos mais sensíveis ao humanismo e à importância comunitária e individual do Homem na cidade, bem como a exploração de novos métodos tecnológicos eficientes.⁵

YONA FRIEDMAN

Friedman, arquitecto francês nascido na Hungria e formado em Israel, desenvolveu em 1958 a sua primeira tese sobre a arquitectura móvel que deu origem à fundação do então *Groupe d'Étude d'Architecture Mobile*. Como Christopher Alexander⁶, desenvolveu uma metodologia de Arquitectura fundamentada pela matemática que superasse o modo “intuitivo empírico”. Em 1971, as suas pesquisas foram publicadas em *Pour l'architecture scientifique*.⁷

Friedman acreditava que a crescente automatização da produção criaria um novo cidadão, livre das obrigações do trabalho, uma nova sociedade, com maior tempo para lazer, e uma nova arquitectura. Estes ideais conduziram a que, desde o final da década de 50, o arquitecto se empenhasse no desenvolvimento de um catálogo teórico, de estruturas espaciais fixas nas quais fosse possível uma disposição flexível de formas habitacionais escolhidas pelos utentes, recorrendo, para tal, às emergentes tecnologias computadorizadas, aplicadas à Arquitectura.⁸

Estas investigações condensaram-se na elaboração do projecto *Ville Spatiale* (1958-62)⁹ que consistia num sistema estrutural fixo que suportava a integração flexível dos dispositivos de alojamento e equipamento. A *Ville Spatiale* propunha um novo estatuto do habitar que, pretendendo superar a herança moderna, afirmava a habitação como uma célula colectiva e de posse temporária de acordo com as circunstâncias dos utentes. A mega-estrutura, rígida e modular, assentava sobre pilares que a elevavam do solo e lhe permitiam uma extensão infinita sobre o território. Apesar de procurar

³ *GEAM* (1958-62) foi fundado por Yona Friedman.

⁴ Dirigido por Jaap Bakema, e formado pelos britânicos Alison e Peter Smithson, pelo grego Georges Candilis, pelo americano Shadrach Woods, pelo italiano Giancarlo de Carlo, pelo holandês Aldo Van Eyck, entre outros.

⁵ J. Bandeirinha, op.cit., p.35.

⁶ Em 1964, Christopher Alexander, arquitecto e matemático de origem austríaca, publicou *Notes on the Synthesis of Form*, onde formulava um quadro de hipóteses de relação entre forma e função, por meio de processos matemáticos e de um conjunto de referências multidisciplinares, que proporcionou uma forma inovadora de abordar o método de projecto e as suas premissas. O autor apresenta um método universal e científico que, relacionando um conjunto notável de variáveis derivadas da circunstância específica, pretendia assegurar uma resposta eficaz e de aplicação ampla, “*não sujeita às vicissitudes de um «momento» ou às idiosincrasias de um «autor» e da sua «inspiração»*”. Além disso, Alexander critica ainda a simplicidade redutora dos programas funcionalistas - que fazem coincidir a forma física com a materialização da função -, e propõe uma análise mais complexa e abrangente das necessidades dos utentes. Cf. Idem, pp.22 ss.

⁷ Idem, p.32.

⁸ Idem, *Ibidem*.

⁹ A *Ville Spatiale* tem aspectos em comum com a proposta situacionista *New Babylon* (1956-69) de Constant Nieuwenhuys: o contexto de abolição do trabalho, a libertação do solo por meio de suportes e a capacidade de expansão indefinida sobre o território. A estética também é semelhante, recorrendo ambos os esquemas ao uso de colagens e de cores ténues, criando modelos que, embora menos exuberantes, ganham em realismo.

distanciar-se dos princípios modernos, a *Ville Spatiale* reflectia uma proposta igualmente afirmativa, dominadora e unificadora.¹⁰

No manifesto *L'Architecture Mobile*, Friedman procurou fundamentar a sua proposta, defendendo que a tradição arquitectónica de operar por meio de uma metodologia baseada no desenho era demasiado rígida para que conseguisse alcançar as necessidades reais e individualizadas da função do habitar. Na sua opinião, a arquitectura móvel era uma resposta adequada, pois recorria a conceitos como a flexibilidade das formas, dos usos construtivos, das superfícies e dos espaços utilizados. Para além disso, a passagem do poder de escolha e de execução dos arranjos para o utente colmatava o deficit de participação do usuário na construção do seu espaço habitável.¹¹

O arquitecto preconizava um futuro onde a Arquitectura apenas era relevante, a uma escala territorial, para a definição complexa e rígida de uma nova ordem urbana. Previa, ainda, a primazia dos utilizadores e sobretudo do computador, que reuniria todas as possibilidades programáticas de intervenção, assumindo o papel do projectista, de modo mais objectivo e livre da corrupção humana.¹²

De acordo com Bandeirinha, o papel reduzido dos utentes, a quem era confiada apenas a decoração das suas habitações, deixa transparecer uma crença limitada nos seus gostos. As ideias de Friedman são representativas da tendência demissionária que começava a dispersar-se pelo debate arquitectónico e que se baseava na crítica ao modernismo e ao afastamento da habitação e espaços urbanos das necessidades dos seus destinatários.¹³

A obra e teoria de Friedman destacam-se pela ênfase que é colocada na participação do utente, em detrimento do arquitecto e do construtor. Esta posição é mais evidente no seu trabalho de meados da década de 1970 até ao final da de 1980, na elaboração de vários manuais de autoconstrução para trabalhadores não especializados na Índia, bem como em vários países africanos e sul-americanos. Em conjunto com a UNESCO e com a ONU, Friedman criou uma linguagem de pictogramas que promovia uma comunicação mais fácil dos sistemas de construção, e reuniu informação sobre temas como gestão, infra-estruturação de sistemas de água e mesmo políticas de alimentação.¹⁴

As qualidades utópicas das mega-estruturas permitiram lançar novos paradigmas urbanos e sociais, com noções de flexibilidade infinita e de integração das escolhas e participação dos habitantes, sempre com a tecnologia como solução para os problemas de liberdade individual e como a melhor forma de definir o habitat.¹⁵

¹⁰ J. Bandeirinha, op.cit., pp.32 ss.

¹¹ Idem, p.33.

¹² A partir desta ideia, Friedman apresentou em 1970, na Exposição Internacional de Osaca, o projecto apelidado de *Flatwriter* - uma mutação da palavra inglesa para máquina de escrever, *typewriter* - que em vez de letras, imprimia projectos habitacionais. A máquina armazenaria um catálogo dos diferentes modos de combinar os vários blocos funcionais de uma habitação, permitindo que, conjugando as teclas - cada uma correspondente a um elemento funcional -, os utilizadores "compusessem" a organização da sua habitação de acordo com as suas circunstâncias. Com 53 teclas, a *Flatwriter* poderia compor variações calculadas em cerca de 10 milhões. Cf. Idem, pp.33 ss.

¹³ Idem, Ibidem.

¹⁴ Ver <http://spatialagency.net/database/groupe.detudes.darchitecture>, consultado em 28 de Junho de 2011.

¹⁵ V. Leite (2010), p.57.

TEAM X

Recorrendo à polémica e ao conflito (por oposição à demissão), o grupo procurava uma alternativa que teria por base a procura de um novo humanismo e uma proximidade face ao posicionamento crítico do pensamento situacionista, o qual acaba por referenciar as suas práticas ou reflexões.¹⁶

Surge assim uma posição que se afirma contra a cidade funcionalista e se baseia em princípios como a participação social, a escala humana, o pensar lógico e racional e a valorização da decisão do habitante na construção do seu habitat. De um modo geral, pretendia-se direccionar a arquitectura e o urbanismo para uma linha de pensamento paralela aos ideais dos movimentos que deflagravam na Europa e para uma actuação com maior intervenção social que contribuísse positivamente para a realidade europeia do pós-guerra.¹⁷

*“Sensibilities had been steadily shifting since the 1950’s, when (through the work of Team 10 in particular) an earlier phase of modernism had been largely terminated by the consideration of how human communities actually function, rather than how they should function.”*¹⁸

Os novos temas discutidos possuíam um sentido muito próximo às teorias de Jane Jacobs e ao pensamento de Henri Lefebvre, substituindo a cidade modernista, dividida funcionalmente em habitação, trabalho, transporte e recreação, por categorias como casa, rua, distrito e cidade, e as ideias de monumentalidade¹⁹ por pequenas escalas de associação.²⁰

O discurso do *Team X*, e em particular dos Smithson, desenvolvia-se em torno de conceitos urbanos como *“the building as a street”*, que procurava, servindo-se da referência à densificação da rua da cidade histórica, motivar o usuário para uma actuação comunitária, garantir uma identidade satisfatória ao lugar e ao indivíduo e manter as actividades sociais que germinam nesses espaços. No seu discurso e actuação estava ainda implícita a autodeterminação, que promovia o desenvolvimento de novas sensibilidades por parte do utente que assim participaria na vida da cidade. Esta forma de conceber o projecto dava origem a novos modos de adaptação à cidade e incentivava os habitantes à participação e fruição.²¹

Distanciando-se das práticas abstractas, dos projectos utópicos e da renúncia à prática arquitectónica, sem consequências efectivas para a evolução da Arquitectura, o *Team X* e as experiências individuais dos seus membros, inseriam-se num contexto de confronto com a realidade e exprimiam-

¹⁶ J. Bandeirinha, op.cit., p.35.

¹⁷ V. Leite, op.cit., p.39.

¹⁸ S. Sadler, in J. Hughes, S. Sadler (2001), p.138.

¹⁹ *“Josep Lluís Sert, Fernand Léger e Sigfried Gideon propõem em 1943 a recuperação da ideia de monumentalidade, sustentando que as pessoas querem edifícios que representem, além de verificações funcionais, a sua vida social e comunitária. Querem que a sua aspiração à monumentalidade, alegria, orgulho e emoção sejam satisfeitas.”* Cf. J. M. Montaner, in V. Leite, op.cit., p.41.

²⁰ Idem, Ibidem.

²¹ Idem, Ibidem.

se dentro do campo da obra construída.²²

Peter Smithson, por exemplo, defendia a capacidade da disciplina da Arquitectura de possibilitar e motivar as pessoas para uma vida comunitária e participativa, ideia que procurou provar pelo estudo da dinâmica das pessoas nas ruas de Londres - actividade que designou de “*active socioplastic*”²³. Esta sublimação do carácter social da arquitectura era comum a todos os participantes do *Team X*.²⁴

*“It is commonly accepted that Team 10’s identity was partly based on the ideas and findings of the social sciences (...) [which] were to boil down to the emblem of the so-called cluster: a hierarchical yet shifting structure, which gives form to the idea of community, an «aesthetics of connection», to use Peter Smithson’s term, opposed to the “dead-end” urbanism of the English new towns.”*²⁵

A importância do carácter social da arquitectura criou ainda a necessidade de uma maior interdisciplinaridade, a qual acabaria por se propagar para as décadas seguintes. Dentro deste posicionamento, destacar-se-iam arquitectos como Allison e Peter Smithson, críticos como Reyner Banham e artistas como Eduardo Paolozzi ou Richard Hamilton. O *Independent Group* destacou-se como veículo para a crítica dos modos de vida e das novas interacções sociais – por meio de manifestos e exposições –, e espaços como o *ICA (Institute of Contemporary Art, de Londres)* foram cruciais para a troca interdisciplinar²⁶ e para a comparação das suas posições críticas face à nova cultura popular.²⁷

As realidades de países distantes tiveram também influência sobre a postura do *Team X*²⁸, que nelas procurava valores que já escasseavam nas sociedades modernas.²⁹ De acordo com a historiadora Zeynep Çelik, arquitectos como o casal Smithson, Giancarlo De Carlo e Aldo Van Eyck recorreram frequentemente a exemplos do Terceiro Mundo que lhes permitissem fundamentar a importância do quotidiano e da arquitectura vernacular.³⁰

“For Giancarlo De Carlo such settlements are a continual reference point in his work in Matera and Urbino. The Smithsons use a range of vernacular references in their writing: crofter cottages from Scotland; seaside village clusters from the Yorkshire coast; the Long Houses of Borneo; as well as using examples from medieval Europe. George Candilis and Shadrach Woods, who studied Muslim housing in

²² J. Bandeirinha, op.cit., p.35 ss.

²³ “*But brutalists (...) began to canvass the street life of the East End for ideas on how to design housing where the benefits of neighbourly relationship could be maintained. This outlook was named “active socioplastics” by the Smithsons.*” Cf. D. Scott Brown, in V. Leite, op.cit., p.43.

²⁴ Idem, *Ibidem*.

²⁵ J.-I. Violeau, in Idem, *Ibidem*.

²⁶ Esta continuidade conceptual intrínseca foi notória em vários momentos, como com a publicação da revista *Forum*, que contou com a participação de artistas e pensadores, como Constant Nieuwenhuys, da Internacional Situacionista, e Jaap Bakema, arquitecto do *Team X*. Cf. Idem, *Ibidem*.

²⁷ Idem, *Ibidem*.

²⁸ Em 1953, no CIAM de Aix-en-Provence foram apresentadas algumas grelhas de projectos no Norte de África, principalmente sobre os complexos problemas das *bidonvilles* e das comunidades de aparecimento espontâneo. Cf. Idem, p.73.

²⁹ Idem, *Ibidem*.

³⁰ Idem, *Ibidem*.

Morocco when they were part of the ATBAT-Afrique group, constantly reference the vernacular Moorish domestic architecture of North African Muslims.”³¹

Este interesse pelo essencial, pelo autêntico e pela integração da arquitectura no seu contexto, na opinião do arquitecto Nuno Portas, “*apareceu primeiramente como saída para o cansaço derivado ou reduzido vocabulário geométrico das composições em paralelepípedos ou dos grandes envidraçados*”³².

Os ideais de participação e a defesa dos discursos tradicionais enfrentavam a crescente exigência, por parte dos governos do pós-guerra, de modernização e massificação³³, o que direccionou o tema das discussões do *Team X* para a consideração da actuação do arquitecto e para o enquadramento das intervenções locais no desenvolvimento autónomo e temporal.³⁴ No final dos anos 60, tendo superado o contexto de reacção aos CIAM, o *Team X* exaltava a denúncia ao formalismo, procurando a definição do seu papel e, simultaneamente, a redefinição do papel do arquitecto na sociedade.³⁵

ALDO VAN EYCK

Ainda no 10^o CIAM ficaram evidentes as posições distintas entre os vários membros do *Team X*, especialmente entre o neo-brutalismo smithsiano e a postura arquitectónica dos holandeses. Nesse CIAM, Aldo Van Eyck expôs uma grelha da relação das crianças com a cidade³⁶, na qual assinalava o lazer como definidor de urbanidade e da “cidade das crianças”, através do usufruto mais intenso do espaço público.³⁷ O arquitecto desenvolveu ainda um sistema de parques infantis em Amesterdão que constituíam intervenções urbanas, transformadoras de becos e vazios urbanos em espaços de estar. Como refere Ben Highmore³⁸, um espaço de qualidade onde, através das crianças, pais, tios e avós se poderiam reunir e criar novos laços.³⁹

No contexto do *Team X*, Aldo Van Eyck era um dos membros mais atentos às relações interdisciplinares⁴⁰ e à participação do habitante, na construção da cidade e do lar.⁴¹ A sua posição

³¹ B. Highmore, in Idem, Ibidem.

³² N. Portas, in Idem, Ibidem.

³³ Idem, p.51.

³⁴ Este debate foi iniciado no encontro de Royaumont, de 1962, onde os participantes se focaram mais na questão da infra-estrutura urbana. Cf. Idem, p.49.

³⁵ Idem, p.51.

³⁶ Denominada *Lost Identity*, a grelha estava relacionada com a sua prática como urbanista em Amesterdão, no *Public Works Department*, entre 1946 e 1951.

³⁷ As imagens de crianças a brincar já tinham sido mostradas na grelha dos Smithson. O usufruto mais intenso do espaço público tinha sido já mencionado por Jacobs na crítica às soluções de extensas áreas verdes incitadoras de delinquência e insegurança, defendendo a importância dos pequenos espaços de estar na cidade.

³⁸ B. Highmore, in V. Leite, op.cit., p.47.

³⁹ Idem, p.45.

⁴⁰ Manteve intensos contactos com Kurt Schwitters e com o grupo Cobra e a Internacional Situacionista através de Constant Nieuwenhuys. Cf. Idem, pp.45 ss.

⁴¹ Idem, p.45.

ideológica mais aberta despertou, nele, a procura de diferentes culturas, da arquitectura vernacular, da pureza formal cósmica, do essencial e, particularmente, o estudo da cultura *Dogon* do antigo Sudão Francês (actual Mali) e *Zuñi* do Novo México⁴². Para Ben Highmore, mais do que uma busca por referências formais ou construtivas, Van Eyck procurava a ética histórica com aplicações no quotidiano e na prática da arquitectura, centrando o seu interesse não apenas na construção, como também na produção artística e na visão da vida e do mundo.⁴³

JANE JACOBS

Jane Jacobs, escritora e activista norte-americana, exerceu uma forte crítica aos urbanistas modernos, às políticas de zonamento e de segregação funcional e social e à especulação que dá primazia à vida suburbana.⁴⁴ Para si, os processos de interacção social, possibilitados pela diversidade populacional e combinação de usos, são a base fundamental para que se mantenha a qualidade da vida urbana.⁴⁵

Estas ideias foram expressas em *The Death and Life of Great American Cities*, onde expõe o fraco sentido comunitário e a debilidade das relações de vizinhança patentes nas propostas modernistas, que resultavam numa fraca interacção social e numa cidade incoerente e repulsiva. Assim, as áreas da cidade melhor conseguidas, na opinião da escritora, eram aquelas que garantiam um suporte comunitário, económico e social, às pessoas. A cidade, segundo o seu ponto de vista, constituía um ecossistema de sinergias e usos mistos, sendo essencial, como tal, a indeterminação orgânica para a economia e desenvolvimento urbano. Jacobs exaltava ainda a importância do carácter ascendente do planeamento para o funcionamento da urbe de alta densidade, conseguido através do poder e controlo do indivíduo ou de pequenos grupos de pessoas, e negava a eficiência dos grandes esquemas abstractos governamentais e corporativos.⁴⁶

PAUL DAVIDOFF

Paul Davidoff destaca-se com a publicação do artigo *Advocacy and Pluralism in Planning*⁴⁷, apelando a um “urbanismo menos abstracto e maquinal, mais pluralista e próximo da vontade e da

⁴² Os *Dogon* radicaram-se na região do antigo Sudão Francês por volta do século XIII e permaneceram isolados até às primeiras décadas do século XX, mantendo a sua cultura praticamente inalterada. Os *Zuñi* são uma tribo indígena situada no Novo México, Estados Unidos. Van Eyck chegou a publicar um artigo acerca destas viagens na revista *Forum*, onde explicitava o seu fascínio pelo essencial, pelo vernacular e pela pureza formal cósmica que isto criava, “*a desire to gain first-hand knowledge of the primal elements of architectural elements*”. Cf. Idem, p.47.

⁴³ B. Highmore, in Idem, p.47.

⁴⁴ Jacobs criticou os princípios modernos que levaram à formação dos subúrbios e desenho da cidade americana, entre eles os responsáveis pela cidade-jardim, especialmente Ebenezer Howard e Le Corbusier. Para Jacobs, Le Corbusier era a figura que melhor representava os princípios de anti-cidade, confirmada pela *Ville Radieuse* (1920) que, segundo a autora, mais que paternalista, era uma proposta autoritária. Cf. Idem, p.33.

⁴⁵ Idem, Ibidem.

⁴⁶ Idem, pp.33 ss.

⁴⁷ Publicado no *Journal of the American Institute of Planners*, vol.31, nº4, em 1965.

escala das pessoas”. Neste artigo, formalizou ainda o conceito de *advocacy planning*, no qual expunha a ideia de que o arquitecto deveria actuar como advogado das populações. Propiciou-se assim, no contexto norte-americano, o desenvolvimento de uma prática arquitectónica e de planeamento mais democrática, humilde e aberta à participação dos habitantes.⁴⁸ Os projectos de planeamento constituíam assim processos em que se procurava partilhar valores e experiências, ao invés de informar ou impor formas rígidas.⁴⁹

Para Jacobs e Davidoff, a gentrificação conduziria à morte da cidade, devido à quebra das relações sociais e patrimoniais. Com efeito, procuravam sublinhar o erro que a retirada dos habitantes dos locais onde se conformavam as suas redes sociais constituía. Assumindo o papel de advogado em defesa da cidade e dos habitantes, o arquitecto ou planeador deveria procurar superar a mera explicação da sua visão urbana, procurando também afirmar as determinações e desejos dos habitantes perante os decisores.⁵⁰

Para Denise Scott Brown, Davidoff é uma referência importante pelo seu activismo político relativamente à defesa dos mais desfavorecidos e pela sua postura honesta em não prometer a salvação, mas em explicar o que aqueles deveriam fazer. No entanto, a arquitecta refere ainda que Davidoff tendia a defender os seus próprios métodos, o que revelava uma certa incoerência e indecisão entre as escolhas dos usuários e as suas próprias convicções.⁵¹

SHERRY R. ARNSTEIN

Em 1969, Sherry R. Arnstein⁵² publica o artigo, *A Ladder of Citizen Participation*, acerca das questões da participação dos cidadãos no contexto dos programas sociais federais norte-americanos. Neste artigo, Arnstein expõe a controvérsia política que rodeia o conceito da participação do cidadão e as problemáticas da sua aplicação prática. No seu entender, a participação cívica refere-se ao poder cívico, representando uma redistribuição do poder que permita a inclusão dos cidadãos mais pobres nos processos políticos e económicos e lhes garanta uma reforma social significativa. A autora refere que a participação sem redistribuição do poder é um processo vazio e frustrante para os desfavorecidos, pois garante aos detentores do poder a argumentação de que todos os lados foram considerados, mas beneficiando apenas alguns - mantendo o *status quo*.⁵³

Arnstein desenvolveu, por isso, um esquema com oito níveis de participação para auxiliar a

⁴⁸ Nos EUA, esta prática evidenciou-se em “comités” de arquitectos que defendiam os interesses de comunidades mais desfavorecidas, como no caso de Richard Hatch, em Nova Iorque, ou Robert Goodman, em Boston. A sua influência fora do contexto norte-americano é provada na referência deste conceito, em textos e práticas habitacionais participativas, por diversos autores, entre os quais John F.C. Turner, Nuno Portas e Carlos Nelson dos Santos.

⁴⁹ V. Leite, op. cit., p.34 ss.

⁵⁰ Idem, *Ibidem*.

⁵¹ Idem, p.35.

⁵² De origem americana, Sherry Arnstein trabalhou durante um breve período como assistente social.

⁵³ S. Arnstein (1969), pp.216-224.

análise desta questão, associando-o a um padrão representativo de uma escada em que cada degrau corresponde a um grau de poder dos cidadãos na determinação do produto final. Os degraus inferiores da escada são a Manipulação e a Terapia que correspondem a níveis de não-participação⁵⁴. Os degraus três e quatro, Informação⁵⁵ e Consulta⁵⁶, correspondem a níveis de simbolismo⁵⁷ que permitem aos desapossados ouvir e falar, mas não asseguram a consideração das suas ideias pelos detentores do poder. O Apaziguamento⁵⁸ permite-lhes aconselhar mas ainda retém o poder de decisão nos detentores de poder. Mais acima, estão níveis de participação efectiva do cidadão, com graus crescentes de poder de decisão. O degrau da Parceria⁵⁹ permite aos cidadãos negociar e participar com os tradicionais detentores do poder. Nos degraus superiores, Delegação do Poder⁶⁰ e Controlo Cívico⁶¹, os cidadãos têm a maioria dos lugares no âmbito da decisão ou total poder de gestão.

Apesar da acentuada simplificação do esquema da escada, a autora acredita que este permite representar os vários graus de participação cívica e que o seu conhecimento contribui para a compreensão da crescente procura pela participação, por parte dos estratos sociais pobres, bem como do conjunto de respostas confusas da parte dos detentores do poder. Arnstein adverte ainda para o facto de que, na realidade, poderão haver 150 degraus com distinções menos vincadas e claras.⁶²

Vários são os argumentos contra o controlo por parte da comunidade, entre eles o apoio

⁵⁴ Ao nível da Manipulação, as pessoas são reunidas em comités ou juntas de aconselhamento com o intuito de os “educar” ou manipular o seu apoio. De certa forma, a Terapia, mascarada como participação, deverá estar no degrau inferior da escada, dada a sua inerente desonestidade e arrogância, já que os especialistas sujeitam os cidadãos a terapias de grupo, cujo objectivo é curá-los da sua “doença”. Os cidadãos são reunidos para serem auxiliados no “ajuste dos seus valores e atitudes aos da sociedade em geral”, sendo conseqüentemente afastadas da discussão questões importantes. Cf. Idem, *Ibidem*.

⁵⁵ A fase de informar os cidadãos dos seus direitos, responsabilidades e opções, pode ser o passo mais importante no sentido da participação legítima. Na maioria dos casos, porém, o fluxo de informação é apenas unidireccional, dos oficiais para os cidadãos. Cf. Idem, *Ibidem*.

⁵⁶ Promover as opiniões dos cidadãos pode ser um passo legítimo no sentido da participação completa, contudo, se não for combinado com outros modos de participação, revela-se uma total fraude, pois não oferece qualquer garantia de consideração das ideias e preocupações dos cidadãos. Cf. Idem, *Ibidem*.

⁵⁷ “Simbolismo” refere-se a *tokenism*, que significa: a prática de fazer apenas um esforço simbólico ou não fazer mais do que o mínimo, ou a política de fazer só um esforço superficial ou gesto simbólico para a realização de um objectivo (como a integração racial). Cf. Idem, *Ibidem*.

⁵⁸ Neste degrau os cidadãos começam a ter alguma influência. O grau de apaziguamento a que os cidadãos são sujeitos depende largamente de dois factores: a qualidade da assistência técnica que lhes é proporcionada de modo a articular as suas prioridades e o grau de organização e capacitação da comunidade. Cf. Idem, *Ibidem*.

⁵⁹ No degrau da escada correspondente à Parceria há redistribuição do poder, através da negociação entre cidadãos e detentores de poder. Cf. Idem, *Ibidem*.

⁶⁰ As negociações entre cidadãos e oficiais públicos podem também resultar no domínio do plano ou programa pelos cidadãos, podendo isto ser alcançado pela formação de juntas, cujos lugares são ocupados maioritariamente por cidadãos, ou ainda pela formação de grupos separados, de cidadãos e de detentores do poder, com a atribuição do poder de veto aos cidadãos em caso de diferenças de opinião que a negociação não consiga solucionar. Cf. Idem, *Ibidem*.

⁶¹ Não devendo ser confundido com controlo absoluto, o degrau da escada relativo ao Controlo Cívico refere-se ao controlo por parte dos cidadãos sobre um programa ou instituição e sobre os aspectos políticos e de gestão e das condições que permitem que terceiros os controlem. Cf. Idem, *Ibidem*.

⁶² Arnstein nota também que a escada justapõe cidadãos impotentes com os poderosos, de modo a destacar as divisões fundamentais entre estes grupos, mas que estes não conformam blocos homogêneos. Cada grupo engloba um conjunto de pontos de vista divergentes, divisões, interesses estabelecidos e subgrupos. A justificação dada para o recurso a tal simplificação está no modo como cada grupo percepção o outro, enquanto sistemas monolíticos, com pouca compreensão das diferenças inerentes a cada um. Cf. Idem, *Ibidem*.

aos separatismos, a fragmentação dos serviços públicos, maiores despesas e menos eficiência e a incompatibilidade com sistemas de mérito e profissionalismo. Alguns referem ainda que se pode revelar uma farsa, em que os desapossados recebem o controlo, mas não os recursos monetários suficientes para que tenham sucesso. Arnstein tem em consideração estes argumentos, mas alerta também para o facto de que todos os outros meios de eliminar a vitimização falharam.⁶³

CEDRIC PRICE

Cedric Price, arquitecto e activista com uma reconhecida postura subversiva e interdisciplinar e com uma retórica utópica, é crítico do pensamento moderno e defensor da participação do usuário na arquitectura e planeamento urbano. Próximo aos ideais do *Team X*, Price insiste na necessidade de um pensamento arquitectónico prático e pragmático, voltado para o instantâneo, o versátil e o informal. A prática da Arquitectura deveria ser, então, um serviço flexível em que a opinião do utente e a capacidade de mutação constante seriam fundamentais.⁶⁴

A abertura aos ideais e práticas da participação e da indeterminação, visíveis nas suas intervenções teóricas, é especialmente notória nos seus projectos, de entre os quais se destaca o *Fun Palace*⁶⁵ – um dispositivo de *plug-in* e participação cultural – e o *Generator*⁶⁶ – uma utopia informática de carácter estrutural –, projectos que marcam momentos essenciais da evolução social, artística e arquitectónica da época em que foram criados. A admiração pelas formas de vida nómadas levou Price a procurar uma resposta para o problema da habitação social dentro dos ideais de uma arquitectura mais informal, pré-fabricada, temporária, e por vezes até móvel.⁶⁷

Em colaboração com Reyner Banham, Paul Barker e Peter Hall, Price escreveu, em 1969, o artigo *Non-Plan*⁶⁸, no qual se questionava a validade do plano enquanto forma de controlo social e territorial, aplicado por aqueles que consideram saber o que é melhor para os habitantes. Perante a evidência das áreas suburbanas já conformadas, estes autores acreditavam que a inexistência de um plano teria propiciado um resultado mais positivo. “*Non-Plan was essentially a very humble idea: that it is very difficult to decide what is best for other people.*”⁶⁹ O artigo integrava ainda a denúncia da inadequação entre o plano e o estilo de vida da segunda metade do século XX, bem como a crítica

⁶³ Idem, *Ibidem*.

⁶⁴ V. Leite, *op.cit.*, p.51.

⁶⁵ O *Fun Palace* (1961-65) é um projecto para um museu/universidade, que sintetizava a liberdade e a abertura que a sociedade e a arte requeriam. Acabará por conformar uma referência para utopias e projectos flexíveis, indefinidos e abertos à participação, como as mega-estruturas.

⁶⁶ O *Generator* é um projecto de criação de habitação pelo usuário, segundo um sistema informático flexível: “*The building’s constant regeneration through users’ participation was assisted by certain technology*”. Cf. P.Furtado, in V. Leite, *op. cit.*, p.51.

⁶⁷ “*Cedric Price, the architect, thinks that there is too much emphasis on caravans as an answer to the housing problem: «it should be the housing potential».*” Cf. J. Barr, in J. Hughes, S. Sadler, *op.cit.*, p.24

⁶⁸ Segundo o jornalista e escritor Paul Barker, o conceito de *Non-Plan* nasceu de uma conversa, em 1967, com o geógrafo Peter Hall (então editor da revista *New Society*), tendo-se unido, mais tarde, a Cedric Price e Reyner Banham para escrever: “*Non-Plan: An Experiment in Freedom*”.

⁶⁹ P.Barker, in J. Hughes, S. Sadler, *op.cit.*, p.6.

a pensadores urbanos que, dando continuidade aos ideais de Jane Jacobs, negavam a vitalidade e espontaneidade dos subúrbios – os quais eram considerados pelos autores como a única solução para o alívio da pressão do centro histórico.⁷⁰

Os subúrbios ingleses seriam assim abordados sob uma nova perspectiva, liberta dos argumentos das *New Towns*, consideradas insuficientes em termos de escala face às necessidades e territórios. Os habitantes eram propostos como definidores do território, desenvolvendo-o em termos sociais e espaciais.⁷¹ O excesso de liberdade do mercado imobiliário acabaria, no entanto, por refutar e limitar a aplicação do *Non-Plan*. O teórico Simon Sadler explica que, para os autores do artigo, o planeamento dependia do Estado Providência, o qual apenas se focava nas *New Towns* e *Public Estates*, formalmente rígidas e conservadoras.⁷²

JOHN HABRAKEN

A promoção da libertação urbanística dos anos 50, incitada por Aldo Van Eyck e seus pares, gerou forte adesão e contribuiu – a par da lei holandesa de controlo imobiliário⁷³, da estrutura social urbana bastante homogénea e da boa organização das empresas – para a conjuntura que originou o SAR⁷⁴. Esta fundação foi criada em reacção à conformação de grandes áreas monótonas e uniformes, incapazes de gerar bem-estar, resultantes das políticas centralizadas de massificação da habitação. Constatando que o insucesso das políticas vigentes na época derivava da inexistência de participação do usuário, o SAR defenderia a importância de uma resposta às necessidades de boa casa e boas relações de vizinhança, pela atribuição de responsabilidade e poder de decisão ao usuário – a “unidade separável” – e pela criação de um sentido de pertença comunitária e de respeito para com a estrutura – o “suporte”⁷⁵.⁷⁶

John Habraken, arquitecto e director do SAR, argumentava que a casa não era um produto, mas o resultado de um processo onde o usuário era integrado na tomada de decisões, dentro de uma infra-estrutura comunitária ou “suporte”. A planta básica e “unidade separável” era definida após negociações entre arquitecto, cliente, engenheiro e outros profissionais. O desenho deveria ser simples e não simplificado – dado o perigo de levar à eliminação das decisões do usuário –, preventivo quanto às modificações por parte do habitante e flexível para albergar os *standards* e modelos exigidos.

⁷⁰ C. Price, R. Banham, P. Barker, P. Hall, in Idem, p.20.

⁷¹ V. Leite, op.cit., pp.53 ss.

⁷² Idem, p.55.

⁷³ Segundo Habraken, a lei permitia um mercado imobiliário estável e controlado, sendo que mais de 70% da habitação tinha apoio estatal. Por este motivo a habitação de alta densidade era uma característica comum. Cf. Idem, p.47.

⁷⁴ SAR – *Stichting Architecten Research* – uma fundação de investigação para o melhoramento dos mecanismos de construção de habitação em grande número, cujas primeiras propostas datam de 1965.

⁷⁵ “El soporte será una estructura completa por si mismo, pero la vivienda solamente es completa cuando la unidad separable es colocada en el soporte.”; “La idea de soportes y unidades separables estaba basada en el principio de participación o control por parte del usuario.” Cf. N.J. Habraken, in V. Leite, op.cit., p.47.

⁷⁶ Idem, Ibidem.

Segundo Habraken, estas lições ajudaram ainda a resolver os problemas coordenativos da metodologia arquitectónica, oferecendo aos arquitectos uma melhor estrutura de contacto com os seus clientes.⁷⁷

“Tan solo cuando los individuales pueden tomar decisiones propias sobre la planta u equipamiento de su vivienda, verdaderamente será posible decir que dicha vivienda expresa sus aspiraciones personales.

*Tan solo cuando la producción está organizada para incluir la participación del residente, se podrá obtener la mayor ventaja de las tecnologías existentes.”*⁷⁸

SKEFFINGTON REPORT

O *Skeffington Report* confirmou a nova conjuntura inglesa marcada pela postura crítica do *RIBA*⁷⁹ - consequente das novas tendências sociais e culturais e das novas utopias arquitectónicas e urbanas -, face ao controlo do *Town Council Planning of Housing Committee*⁸⁰. O relatório lançou as premissas para o desenho da cidade com integração de todas as vertentes, desde as ideias e objectivos principais à participação do habitante. *“Confronting public perceptions of disinterested and even hostile planning and architectural professions, its tenor subsequently surfaced in Britain in the 1969 Skeffington Report on participation in planning, in which planners were exhorted to involve the public in their decisions.”*⁸¹

Este documentou incitou a denúncia, por parte de críticos e académicos, das acções dos políticos, planeadores e arquitectos, centradas na criação e imposição de edifícios e ambientes desadequados, sem qualquer consideração pelas necessidades e sentimentos colectivos. Por sua vez, esta postura conduziu ao reconhecimento, pelo então presidente do *RIBA*, do carácter comunitário e humano transversal à disciplina e que decorria em paralelo com a nova atitude social. De acordo com estas ideias, foram implantados, entre 1969 e 1975, escritórios *on-site*, que permitiam uma participação mais vigorosa do utente no desenho da sua casa. *“It seemed that the involvement of the users of architecture in the design process was now a serious (and realizable) consideration.”*⁸² Um dos mais notórios exemplos de aplicação destes escritórios *on-site* deu-se em 1977, no projecto de *Adelaid Road*, (no âmbito do *PSSHAK*⁸³), de Nabeel Hamdi e Nicholas Wilkinson, onde se concretizou

⁷⁷ Idem, p.49.

⁷⁸ N.J. Habraken, in Idem, Ibidem.

⁷⁹ *RIBA (Royal Institute of British Architects): “(...) the Institute is not in favor of the principle of the control of the external appearance of buildings and will endeavor to secure removal of all such control as soon as the employment of an architect in all building projects has become the established practice.”* Cf. I. Horton, in J. Hughes, S. Sadler, op.cit., p.69.

⁸⁰ Entre 1944 e 1959, o *Town Council Planning of Housing Committee* controlava todas as questões relacionadas com o urbanismo: o zonamento, as estradas, a legislação dos planos e a estética arquitectónica (alçados e o desenho do edificado). Cf. I. Horton, in Idem, p.66.

⁸¹ J. Hughes, in Idem, p.181.

⁸² Idem, Ibidem.

⁸³ *PSSHAK - Primary Systems Support Housing and Assembly Kits.*

a teoria dos suportes de John Habraken.⁸⁴

Para o arquitecto e cientista social John Turner este documento era apenas uma resposta a pressões de pequenos grupos de eleitores descontentes⁸⁵ e as políticas promovidas pelo *Great London Council*, como o *PSSHAK*, eram meras interpretações técnicas dos princípios de John Habraken e despendiam demasiada energia, não se desenvolvendo o sentido de responsabilidade cívica do habitante.⁸⁶ Também Paul Barker criticou o *Skeffington Report* (bem como todas as pesquisas académicas e novas políticas de participação no planeamento) considerando-o insuficiente, já que as possibilidades da participação dos usuários apenas poderiam ser totalmente compreendidas com a experiência do *Non-Plan*: “*But even if matters ended up much the same, in terms of durable successes or disastrous failures, the overall pattern would be sure to be different: the look of the experiment would be sure to differ from what we have now*”.⁸⁷

Apesar destas críticas, a formalização da participação dos utentes no planeamento, notória no *Skeffington Report*, mudou de facto a atitude do Estado, arquitectos e habitantes ingleses e influenciou grande parte do Primeiro Mundo. “*Weather as a result of Skeffington or not, the notion of «community architecture» soon caught the imagination of both the public and, after initial hostility, the profession during the 1970’s*.”⁸⁸

INA-CASA

No contexto italiano destacou-se o lançamento de uma nova política de habitação cujo intuito era a definição de um processo novo e a renúncia à rigidez modernista.⁸⁹

O Plano *INA-Casa*, também conhecido como *Plano Fanfani* (em honra do seu ideólogo), foi instituído em 1949 e desenvolveu-se em duas fases de sete anos cada⁹⁰. A sua flexibilidade legislativa e inovação tipológica confirmam a notória superação das premissas tecnocráticas e quantitativas gerais. Traçado para combater a carência habitacional e a elevada taxa de desemprego que caracterizavam o contexto italiano pós-guerra, o plano propiciou uma intensa produção arquitectónica e urbanística que conformou os anéis periféricos das cidades italianas e permitiu testar muitos modelos arquitectónicos habitacionais. Apesar do seu carácter experimental, a sua normativa estava fortemente ligada à tradição cultural italiana e ao significado histórico dos espaços urbanos, o que fundamenta a integração

⁸⁴ “*Habraken’s theory, which we had adopted, was simple: instead of building houses, build «support structures» within which people can make their houses. How much structure you provided and in what form was negotiable and would depend significantly on the social and political circumstances of place and time.*” Cf. N. Hamdi (2010), p. xiv.

⁸⁵ “*More recently and in response to more perceptive analysis of the social psychology of alienation, as well as to direct pressures from local groups of angry voters, citizen participation has even been built into planning and building law, as in Britain, or a prerequisite for Federal support, as in the United States.*” Cf. J. Turner (1976), p.18.

⁸⁶ J. Turner, in R. Hatch (1984), p.61.

⁸⁷ P. Barker, in S. Hughes, S. Sadler, op.cit., p.11.

⁸⁸ J. Hughes, in Idem, p.181.

⁸⁹ V. Leite, op.cit., p.63.

⁹⁰ De 1949 a 1956 e de 1956 a 1963, respectivamente.

cuidadosa nos tecidos históricos, a manutenção da especificidade cultural das comunidades a realojar e o carácter cultural da imagem arquitectónica.⁹¹

O programa privilegiava a marca da autoria do projecto, o que incentivou o ensaio de variadas investigações tipológicas, morfológicas e de habitação evolutiva. Não obstante a marca pessoal do arquitecto, resultado de uma nova geração ansiosa por testar uma linguagem alternativa à habitual imagem da habitação social, a maioria das intervenções do plano procurava reflectir o imaginário popular, “*com planimetrias informais, homenageando as formações urbanas «espontâneas» mas também através do recurso a técnicas construtivas artesanais, ferro forjado, abobadilhas à romana, etc.*”. Neste sentido, destacou-se o complexo residencial de Tiburtino, em Roma, de Ludovico Quaroni, Mario Ridolfi, Carlo Aymonino, Mario Fiorentino e outros. Estas intervenções foram frequentemente definidas como expressão do neo-realismo arquitectónico que, na opinião de Bandeirinha, poderá estar relacionado com os desejos de contaminação cultural, como o cinema e a literatura. O autor relembra, porém, que é necessário manter presente que elas também representam o desejo de integração das classes populares na arquitectura erudita.⁹²

A obra concretizada representa uma das reacções mais consequentes ao modernismo, ainda mais evidente se considerarmos que, simultaneamente, se desenvolviam os projectos habitacionais de produção em massa, nas periferias francesas, e se construía Brasília.⁹³

GIANCARLO DE CARLO

Membro do *Team X*, fundador do *ILAUD*⁹⁴ e da revista *Spazio e Società*⁹⁵, Giancarlo De Carlo, associado ao neo-realismo italiano e ao neo-brutalismo norte-europeu, destacou-se pela procura da distribuição do poder de decisão no processo arquitectónico, no seguimento da sua postura mais próxima aos ideais participativos.⁹⁶ O arquitecto italiano acreditava que a participação apenas seria alcançada com o envolvimento igualitário de todas as partes integradas no processo de construção e de decisão, bem como pela descentralização, constante adaptação e confronto polémico com a realidade social.⁹⁷ Esta tendência anárquica era, de certo modo, contrariada pela integração de uma fase de “educação dos participantes” no processo de construção, com o objectivo de transmitir conhecimentos e apontar caminhos eventuais.⁹⁸

Na década de 1960, De Carlo desenvolveu os seus primeiros projectos “participacionistas”, nos quais procurava aplicar a sua postura de que a arquitectura deveria ser retirada do poder dos

⁹¹ V. Leite, op.cit., pp.54 ss.

⁹² J. Bandeirinha, op.cit., pp.55 ss.

⁹³ Idem, p.55.

⁹⁴ O *ILAUD* (*International Laboratory of Architecture and Urban Design*) teve início na Universidade de Urbino em 1976.

⁹⁵ V. Leite, op.cit., pp.53 ss.

⁹⁶ J. Bandeirinha, op.cit., p.35.

⁹⁷ V. Leite, op.cit., p.65.

⁹⁸ Cf. G. De Carlo, *Architecture's Public* (1971), G. De Carlo, *An Architecture of Participation* (1972).

arquitectos e devolvida às pessoas.⁹⁹ O seu projecto mais emblemático foi talvez o *Villaggio Matteotti* (1970-1975)¹⁰⁰, em Terni, que consistia no projecto de um bairro para trabalhadores da Corporação Nacional Italiana de Aço, realizado no âmbito do *INA-Casa*. Através de demonstrações e reuniões com a população, que incluíam a participação de um sociólogo da equipa, De Carlo preparou e previu o envolvimento dos futuros habitantes. Os diagnósticos que obteve fundamentaram o ordenamento da estrutura ortogonal do bairro, disposto em vários núcleos e constituído por módulos flexíveis. Morfologicamente arbitrário¹⁰¹, o conjunto de blocos permitia uma organização flexível do bairro. A ideia fundamental era que houvesse uma fase participativa, que possibilitasse ao habitante influenciar a obra; não sendo um processo de participação, tornou-se notório por definir uma maior relação entre o trabalho do arquitecto e a vontade dos futuros habitantes.¹⁰²

O MOVIMENTO DE MAIO DE 68

O carácter humanista das actuações sociais de reacção ao período pós-guerra ganhou rapidamente um sentido tecnocrata e uniforme, proporcionado por um contexto socioeconómico fundamentado pelo Fordismo, pela massificação e pelo conformismo generalizado das populações. Reflectindo os princípios produtivos fabris, a sociedade e o Homem funcionavam segundo um conjunto de actuações mecânicas. O carácter controlador e autoritário desta sociedade fomentou, no entanto, o sentimento de exclusão que acabou por caracterizar o ambiente revolucionário da década de 60, manifesto um pouco por todo o mundo. A definição deste momento histórico, e das transformações que promoveu, é bastante complexa. Por um lado, surgiu uma nova forma de observar o quotidiano e novas ideologias sociais divulgadas durante a década de 60. Por outro, afirma-se como uma revolta política, de origem contraditória, que se situa entre o anarquismo, a “retórica marxista” e a reacção contra qualquer instituição representativa (socialista, maoísta ou liberal e capitalista).¹⁰³

Descontentes com o sistema tradicional de ensino e com uma sociedade ainda castradora, os estudantes franceses foram o primeiro sector a mostrar a sua insatisfação.¹⁰⁴ Aos protestos dos estudantes, juntaram-se variados sectores sociais. A classe operária, representada por cerca de 11 milhões de trabalhadores – ou seja, cerca de dois terços da força de trabalho francesa –, teve um papel preponderante, na medida em que reivindicava melhores condições e horários de trabalho, bem

⁹⁹ Este projecto insere-se no *Masterplan* de Urbino, do qual faz também parte o projecto evolutivo, *Collegio del Colle*. Cf. V. Leite, op.cit., p.67.

¹⁰⁰ Integrava quinze tipos de projecto de apartamento, baseados em cinco protótipos com três variações, o que permitia 45 tipos de apartamento. Os habitantes não construíam por si mesmos, mas permitia-se-lhes escolher o tipo e o tamanho da casa que desejavam.

¹⁰¹ V. Leite, op.cit., pp.65 ss.

¹⁰² Idem, pp.23 ss.

¹⁰³ Ver <http://noticias.sapo.pt/info/artigo/817910.html>, consultado a 30 de Junho de 2011.

¹⁰⁴ Ver <http://noticias.sapo.pt/info/artigo/817910.html>, consultado a 30 de Junho de 2011;

Ver <http://www1.folha.uol.com.br/fofha/mundo/utl94u396741.shtml>, consultado a 30 de Junho de 2011.

como salários mais justos.¹⁰⁵ Os manifestantes uniram-se com o mesmo sentimento de revolta contra o autoritarismo estabelecido. As ruas de Paris encheram-se de pessoas que procuravam uma solução para as suas condições de miséria.¹⁰⁶

Este acontecimento colmataria um longo período de reflexões acerca das questões da Arquitectura e da cidade por parte dos “*meios disciplinares mais engajés*”, exacerbado pela crítica ao academismo e à prática alienada do contexto e das problemáticas sociais.¹⁰⁷

Os movimentos de contestação integravam o desejo de “renovação” dos centros urbanos. Os velhos centros da cidade foram alvo de processos de expulsão dos seus moradores e, sob o pretexto da salubridade, de actividades de valorização do património ou de descentralização. A ocupação destas áreas urbanas foi então feita com moradores e actividades consideradas mais dignas e com maior eficiência na rentabilização do valor fundiário. Simultaneamente, intensifica-se a contestação por melhores condições de vida nas zonas degradadas da periferia, onde as populações expulsas do centro haviam sido alojadas. Saturadas da miséria da sua situação, estas populações começaram, por isso, a ocupar os novos bairros ainda vazios. As operações de renovação urbana foram contestadas no final da década de sessenta e durante a de setenta, sendo apresentadas às autoridades municipais modificações ou projectos alternativos, elaborados nos *ateliers populaires*, às propostas oficiais.¹⁰⁸

Os acontecimentos de Maio alteraram profundamente a consciência do uso da cidade, a qual se queria agora mais pública e mais colectiva.¹⁰⁹ A cidade voltava a ser o espaço do quotidiano, superando os “*constrangimentos opressores e (...) [o] sentido «alienante» do uso produtivo-consumista*”.¹¹⁰ O Maio de 68 proclamou, portanto, na cidade e no espaço público, nas praças e ruas, valores que se afirmavam mais importantes do que a economia e o mercado, e que fundamentavam os ideais contestatários ao regime instituído, fosse ele político, económico, social, cultural ou arquitectónico.¹¹¹ Os arquitectos e estudantes militantes viam agora a cidade como o suporte para a procura de um novo sentido para a sua profissão e para o exercício da disciplina.¹¹²

O debate estendia-se ainda à renovação do sentido de memória e de património, que fora especialmente desencadeado, no início da década de setenta, pelo anúncio da demolição de *la Petite Roquette* (um panóptico que alojava a prisão mais famosa de Paris) e pela destruição dos pavilhões *Baltard* do mercado de Halles.¹¹³ Alguns analistas consideram que a polémica em torno da demolição

¹⁰⁵ J. Bandeirinha, op.cit., pp.34 ss.

¹⁰⁶ Idem, *Ibidem*.

¹⁰⁷ Idem, pp.36 ss.

¹⁰⁸ Idem, p.37.

¹⁰⁹ Idem, pp.36 ss.

¹¹⁰ Idem, p.36.

¹¹¹ Idem, p.37.

¹¹² A demolição do mercado central parisiense e quarteirões em redor foi contestada em consequência da acção implícita de expulsão dos habitantes e, sobretudo, dos seus utilizadores, e da destruição da animação urbana que providenciava. Já a demolição de *la Petite Roquette*, provoca reacções pela eliminação de um espaço da memória, de um símbolo e tipo arquitectónico. Cf. Idem, *Ibidem*.

¹¹³ Idem, *Ibidem*.

de *la Petite Roquette* foi o momento que marcou o regresso dos arquitectos aos seus estiradores, o fim da reacção contra o modo capitalista de construir a cidade e o começo de uma produção arquitectónica que tentará preservar a crítica desses anos, a qual acabará por se diluir.¹¹⁴

O Movimento de Maio de 68 abalou o acordo instituído da troca capitalista da liberdade pela afirmação de uma sociedade estandardizada e uniformizada e alcançou a separação de conceitos como materialidade e economia, de outros, como a qualidade de vida e o “direito” à diferença. Os eventos concretizaram a luta contra todas as formas de imperialismo cultural ou económico, procurando alterar as noções vigentes em todo o mundo relativamente à democracia e à cultura. Mais do que o resultado político e económico que, dado o triunfo da administração De Gaulle, se revelariam infrutíferos, os produtos mais consequentes deste movimento reflectiram-se na cultura e no modo de vida das pessoas, através da sua actuação nas ruas, nos bairros e no seu próprio quotidiano, mas também pela espontaneidade, determinação social e participação cívica com que se exaltaram novas posturas activistas e hedonistas.¹¹⁵ Também por isso, este foi o auge de uma contracultura que, há vários anos (pelo menos, desde o pós-II Guerra Mundial), vinha fazendo frente à então designada “cultura dominante” – o paradigma Modernista –, em diversas áreas do pensamento e da produção artística.¹¹⁶

HENRI LEFEBVRE

Desde o final da década de 1940, Henri Lefebvre, filósofo *engagé* e sociólogo do fenómeno urbano, teorizou sobre as problemáticas do espaço e desenvolveu uma interpretação crítica da ideia de plano que, com início no âmbito da sociologia rural, evoluiu para uma crítica à modernidade, a nível dos novos espaços de sociabilidade definidos pelos tecnocratas e dirigidos à classe operária.¹¹⁷

Em 1966, Lefebvre escreveu a introdução para um estudo sobre o “habitat pavilhonar”¹¹⁸, onde apresentou as principais contradições que integravam a dicotomia dissimulada entre as opções pela habitação colectiva e individual. O estudo mostrava a preferência da maioria das pessoas inquiridas pela habitação individual, apesar dos seus inconvenientes, tais como o consumo espacial excessivo, o gasto de energia e equipamentos, o forte aumento das expansões urbanas, o incentivo ao individualismo e o deficit de sociabilidade.¹¹⁹

O sociólogo expunha a necessidade de uma nova observação do fenómeno da habitação pavilhonar, livre das habituais condenações críticas. Dissertou, ainda, sobre as razões da preferência

¹¹⁴ V. Leite, *op.cit.*, pp.24 ss.

¹¹⁵ N. Grande, in *Idem*, p.25.

¹¹⁶ J. Bandeirinha, *op.cit.*, p.38.

¹¹⁷ O estudo foi realizado por Henry Raymond e pela sua equipa no *Centre de Recherche Urbaine* da Universidade de Nanterre. Cf. *Idem*, *Ibidem*.

¹¹⁸ *Idem*, *Ibidem*.

¹¹⁹ *Idem*, *Ibidem*.

pela habitação individual, questionando, conseqüentemente, o mito da casa patriarcal rural e a ideologia de índole utópica - associados à apropriação do espaço circunscrito à habitação. Essa apropriação, que garantia a socialização do espaço individual e a individualização do espaço social, era conseqüente da necessidade de um espaço flexível em diversas escalas - desde a da vida privada e pública à do aglomerado e da paisagem -, e não necessariamente de um desejo de isolamento ou de eliminação das práticas sociais. As características do conceito de espaço social apresentado por Lefebvre, do mesmo modo que o tempo social, resultariam da apropriação e não do seu valor objectual, o que explica a sua divergência relativamente ao espaço geométrico - o espaço social e o espaço geométrico apenas seriam coincidentes no caso da inexistência da apropriação.¹²⁰

Lefebvre propunha um novo entendimento do habitar que, não prejudicando a qualificação, as diferenças e as apropriações espaciotemporais, fosse ao encontro das exigências técnicas e das enormes expansões urbanas, bem como da síntese do individual e do colectivo. Segundo Bandeirinha, esta ruptura está presente em todo o seu percurso teórico e constituiu uma das mais pertinentes contribuições da sua obra. O sociólogo caracteriza o espaço urbano como qualificado e repleto de valor, qualidades essas resultantes da projecção das relações sociais no território.¹²¹

Prenunciando o clímax das tensões relativas à segregação espacial do uso da cidade e marcando a contestação à posição tecnocrática de concepção e construção dos espaços urbanos, o sociólogo escreve em 1967 *Le Droit à la Ville*, publicado em 1968. A renúncia ao entendimento funcionalista da sociedade urbana - que a reduzia ao cumprimento de um conjunto de funções definidas no âmbito da Arquitectura - estava presente neste livro pela definição da cidade como projecção da sociedade e do modo de produção capitalista. Reunindo os centros de decisão e organizando a exploração de toda a sociedade, a cidade passava a ser compreendida como origem do fenómeno urbano - um dos mais activos intervenientes nos modos de produção -, e não mais como um espaço passivo de produção e concentração de capital. Lefebvre argumenta que a cidade teria de ser estudada num quadro comparativo e compreendida enquanto um fenómeno urbano não homogéneo.¹²²

A complexidade cognitiva inerente a este entendimento da cidade levava Lefebvre a criticar os arquitectos que, fascinados pela síntese modernista, se viam como *“arquitectos do mundo, como imagens humanas do Deus criador, jogando com uma visão cosmogónica e metafísica do habitat e fazendo uso de uma perspectiva limitada a horizontes do pensamento já ultrapassados”*.¹²³ Considerando que apenas a vida e actividade social tinham a capacidade de criar novas formas e relações sociais, o sociólogo expunha o erro de se entender a cidade como um sistema de significações, projecções no papel e visualizações - tendo em conta que o arquitecto, o sociólogo ou o filósofo apenas teriam a

¹²⁰ Idem, pp.38 ss.

¹²¹ Idem, Ibidem.

¹²² Idem, p.39.

¹²³ Idem, Ibidem.

capacidade para propor, testar e preparar as formas ou inventariar a experiência adquirida.¹²⁴

Segundo Lefebvre, a arquitectura, enquanto arte e técnica, requeria uma orientação que garantisse ao arquitecto a capacidade de definir metas e estratégias e que fosse definida pelos interessados (não pelos poderes vigentes) no sentido de estabelecerem um vínculo profundo com a obra, alcançado pela apropriação. Exaltava, deste modo, um novo imaginário que procurasse a apropriação do tempo, espaço, desejo e vida fisiológica.¹²⁵

A proposta do direito à cidade reflectia o direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitar e ao habitat e, sobretudo, o direito à obra (actividade participante) e o direito à apropriação (distinta do direito à propriedade). Segundo Bandeirinha, o sociólogo foi forçado a distinguir a sua posição, ao nível da participação, da de alguns círculos que exaltavam uma certa ideia de integração e de participação e que, na prática, pretendiam adquirir a aprovação mais económica dos interessados, falsificando os valores e dando a ilusão de uma discussão activa. A participação não poderia existir sem a apropriação. Esta conjugação de conceitos já existia, conformada nas ideias de autogestão.¹²⁶

Nos seus estudos sobre a cidade, o urbano e o urbanismo, Lefebvre expôs a desfiguração morfológica da cidade em consequência do agravamento das suas contradições sociais -, e argumentou *“contra o desfasamento entre o crescimento económico e o desenvolvimento social, contra a instituição”* que procurava dissimular a *“estagnação das relações sociais fundamentais e contra a submissão da vida urbana ao crescimento industrial”*. O sociólogo expôs ainda a incapacidade do Estado, das empresas e dos seus técnicos, dado que não possuíam os modelos racionais e reais necessários para a reconstituição da sociedade urbana, a qual deveria ser edificada sobre os escombros das cidades destruídas pela submissão da urbanização à industrialização. Condenou, por isso, a expulsão do proletariado dos centros urbanos e alertou para as possibilidades que a consequente revolta traria no sentido da instrumentalização ideológica e legitimação do poder tecnocrático, das classes dominantes.¹²⁷

A ideia essencial nas suas teses era a apologia de um novo humanismo, que eliminaria as ideologias de consumo e renovaria a actividade criadora e produtora. Essa nova sociedade, fortemente urbana, apenas poderia ser alcançada pelo empenho da actividade social e política do proletariado. A cidade e a sua vida quotidiana seriam, por meio da apropriação e do valor do uso, transformadas em “obra”, por oposição a “produto”. Assegurada por uma nova prática, esta transformação dependia da posse, por parte do “homem urbano”, de todos os meios da ciência, da arte e do domínio sobre a dimensão material. O novo sentido das práticas urbanas, que possibilitaria a conversão do “produto” em “obra”, seria o único meio de libertar a Arquitectura da sua definição como instrumento do domínio tecnocrático e do modo de produção, desconectados das necessidades da urbanização. Além disso,

¹²⁴ Idem, pp.39 ss.

¹²⁵ Idem, pp.40 ss.

¹²⁶ Idem, p.41.

¹²⁷ Idem, lbidem.

esta nova prática garantiria a perda do carácter de excepção da Arquitectura, inerente à especialização e à divisão do trabalho, pois seria fundamentada pelo valor de “apropriação”, atributo da “obra”, e assim se integraria plenamente no cerne do campo social.¹²⁸

Lefebvre garantiu o retorno do “direito à cidade” aos utentes, através do destaque que deu à importância da sua integração e participação, na construção das suas formas de vida, para o alcance da apropriação do seu habitat. Renunciando ao controlo totalitário modernista, o sociólogo rompeu com o entendimento da cidade enquanto sistema fechado de concentração e produção de capital.¹²⁹

CHOMBART DE LAUWE

O sociólogo Chombart de Lauwe¹³⁰ proporcionou um novo modo de considerar a influência dos planos e projectos de arquitectura na conformação social dos espaços.¹³¹ Paralelamente à contestação da ideia de que as decisões relativas à organização da vida colectiva e ao ordenamento do espaço em função das estruturas sociais cabiam ao grupo de especialistas urbanos, contribuiu também para a revisão do papel das ciências humanas, as quais, superando a redutora imposição de formas de viver, deveriam estimular a aproximação e relação entre o urbanismo e as vontades do indivíduo urbano.¹³²

A investigação sociológica de Lauwe encontrou um campo privilegiado nas questões da periferia e da participação activa dos cidadãos na construção da cidade. A sua base argumentativa assentava no pressuposto de que a aceleração da urbanização era a causa de inúmeras ansiedades que corrompiam o carácter político da cidade, pelo modo desigual como os problemas incidiam sobre os habitantes, de acordo com a sua classe social. Lauwe expunha ainda a crise habitacional entre as classes mais pobres, que prevalecia em todo o mundo, bem como as grandes migrações de mão-de-obra para os centros urbanos e a afirmação de um poder cada vez mais dominador.¹³³

Relativamente aos países em desenvolvimento, Lauwe critica a adopção simplista de modelos urbanos europeus por sociedades e populações que ainda não se tinham definido individualmente. *“As soluções urbanas eram, assim, frequentemente impostas, mais como uma espécie de signo de superioridade, como instrumento de um poder que permitia a um país mais rico impor a sua influência e retirar vantagens económicas, do que como pensamento racional que permitisse obviar a expansão anárquica.”*¹³⁴

¹²⁸ Idem, pp.41 ss.

¹²⁹ V. Leite, op.cit., p.29.

¹³⁰ Paul-Henry Chombart de Lauwe, desenvolveu um inquérito abrangente acerca das condições de vida na área metropolitana de Paris, através da elaboração de uma análise sistemática à influência que o meio urbano exerce sobre a estrutura social e constituição física e mental dos cidadãos. Este inquérito pretendia, por um lado, despoletar uma colaboração mais operativa entre sociólogos e arquitectos e, por outro lado, definir argumentos para uma avaliação rigorosa das consequências sociais do desenvolvimento de uma grande aglomeração urbana, até então evocadas sem uma demonstração efectiva. Cf. J. Bandeirinha, op.cit., p.28.

¹³¹ Idem, p.29.

¹³² Idem, p.28.

¹³³ Idem, pp.28 ss.

¹³⁴ Idem, p.29.

O sociólogo considerava que a procura do poder e do lucro desempenhava um papel crucial na cidade e na habitação e que as pressões físicas (através de realojamentos forçados) e morais (pela publicidade e propaganda), subjacentes à manipulação dos habitantes, definiam uma imagem claramente negativa da cidade. Esta imagem afirmava-se, por um lado, como uma força activa que, dissimulando outras ideias mais válidas de urbanização, tais como o progresso em áreas como a higiene, medicina, ciências e cultura, se projectava progressivamente na vida prática. Por outro lado, revelava a inadequação dos mecanismos estabelecidos, visíveis no caos das grandes concentrações urbanas, e estimulava, por conseguinte, o questionar da própria noção de cidade. *“Então, o principal problema residia no conhecimento dos mecanismos de mudança das estruturas sociais, e de evolução das necessidades e das aspirações, para tentar conceber uma organização do espaço suficientemente flexível, capaz de adaptar-se progressivamente às novas conformações da sociedade.”* Apesar de reconhecer a impossibilidade de uma definição precisa das necessidades e aspirações, o sociólogo defendia que a negação da sua existência daria continuidade à projecção, sobre toda a sociedade, das aspirações dos que detêm o poder, sob o pretexto de o fazerem para o interesse geral.¹³⁵

Para Lauwe, o verdadeiro problema residia nos mecanismos de decisão, através dos planos de urbanismo e dos projectos de arquitectura, associados à autocracia das classes sociais mais elevadas. Assim, o sociólogo preconizava a necessidade de um modo de decisão mais democrático, que suportasse vias de comunicação ascendentes que permitissem a expressão e atenção para com as aspirações das bases. Esta posição contribuiu para o desvanecimento da imagem catastrófica dos processos de urbanização da época e, por sua vez, para uma contemplação mais pacífica da cidade. A construção da sociedade e do espaço deveria demonstrar que a ordenação dos espaços era pensada “com” e “pelos” habitantes - ao invés de “para eles” - o que garantiria, independentemente da sua classe, a oportunidade de aproveitar verdadeiramente as vantagens materiais e culturais resultantes do desenvolvimento da produção.¹³⁶

MANUEL CASTELLS

Manuel Castells define uma base crítica à posição ideológica de carácter anárquico de Lefebvre¹³⁷. Segundo ele, a fundamentação lefebvrina que privilegiava as situações, os homens e o seu quotidiano, tenderia para uma perspectivação urbanística da problemática marxista, e não para um enquadramento das questões urbanas segundo a teoria marxista - para tal, seria necessário partir de uma análise estrutural das relações sociais. O sociólogo espanhol questionava ainda a inscrição das práticas sociais nos domínios espaciais, uma vez que, na sua opinião, o espaço e as suas componentes constituem meras superestruturas ou superfícies de projecção das relações de produção elaboradas

¹³⁵ Idem, *Ibidem*.

¹³⁶ Idem, p.30.

¹³⁷ Especialmente a partir da publicação de *La Question Urbaine*, em 1972.

noutras instâncias. Criticaria também a proposta das práticas sociais renovadas, feita por Lefebvre, considerando-as inerentes aos processos fenomenológicos e incapazes de contribuir qualitativamente para o desenvolvimento social, algo que, de acordo com Castells, apenas a luta de classes alcançaria. Consequentemente, os movimentos sociais urbanos apenas poderiam ser entendidos como um sinal de aceleração dos meios de consumo, isto é, da importância estratégica que os equipamentos colectivos têm na estrutura e desenrolar da vida quotidiana.¹³⁸

A cidade era afirmada como prática social em constante renovação e, logo, uma fonte de contradições e conflitos. Assim, desenvolviam-se relações complexas entre a dimensão do conflito e a conjuntura dos movimentos sociais em oposição à ordem vigente. A consequência dessas práticas dependia de uma concepção que superasse a mera “reação dos utentes” e se articulasse com o quadro das contradições sociais. A incoerência destes conflitos urbanos não provocaria o seu fracasso, mas antes, maioritariamente, uma mudança do sentido da luta e dos seus objectivos circunstanciais.¹³⁹ Para Castells, o debate a propósito da participação não poderia ser considerado relevante no âmbito do planeamento, uma vez que este constituía uma forma de controlo social urbano, sob o domínio das instituições administrativas e políticas.¹⁴⁰

Embora a maioria dos seus ensaios no âmbito da sociologia urbana se tenha centrado nas lutas urbanas consequentes das operações de “renovação urbana” no centro de Paris e nos conflitos latentes que prevaleciam nas cidades europeias, as suas referências estendiam-se ao crescimento dos aglomerados urbanos nos países chamados subdesenvolvidos. Segundo Castells, estas situações superavam a análise concreta ou política da sociologia, partindo, necessariamente, do entendimento de que o dito “subdesenvolvimento” era o resultado da argumentação entre dependência e desenvolvimento e logo o efeito da imposição de uma sociedade industrialmente mais avançada sobre outra.¹⁴¹ Na sua opinião, a urbanização da América Latina não era, portanto, consequente de um processo de modernização, mas de um agravamento das contradições do processo de crescimento económico, patentes nas relações socio-espaciais e determinadas por uma forte dependência no sistema capitalista mundial, que se traduzia na sua história de desenvolvimento económico, social e urbano. Perdendo o seu carácter de clandestinidade, os grandes aglomerados suburbanos informais, de crescimento alucinante, começavam a adquirir um valor para a sociologia urbana enquanto laboratório, o que permitiria uma análise mais objectiva do problema do habitat e, mais tarde, seria reconhecido como um passo inevitável no crescimento urbano das cidades latino-americanas.¹⁴²

¹³⁸ J. Bandeirinha, *op.cit.*, pp.42 ss.

¹³⁹ Após os moradores dos bairros centrais parisienses terem sido expulsos para os conjuntos habitacionais periféricos, o desvanecimento do tempo de reacção contra a expulsão alterou os princípios da sua luta. Os moradores procuravam agora melhores condições de transportes públicos. Cf. *Idem*, *Ibidem*.

¹⁴⁰ *Idem*, p.43.

¹⁴¹ *Idem*, *Ibidem*.

¹⁴² *Idem*, pp.43 ss.

1.2 AS PRÁTICAS PARTICIPATIVAS NO TERCEIRO MUNDO E AS LIÇÕES PARA O PRIMEIRO MUNDO

Após a II Guerra Mundial, o Primeiro e o Terceiro Mundo tiveram de lidar com um intenso afluxo populacional às suas metrópoles. Nas cidades consolidadas do Primeiro Mundo procuravam-se políticas habitacionais e instrumentos de planeamento urbano capazes de responder ao crescimento populacional - consequente da forte emigração dos países subdesenvolvidos -, bem como aos ímpetus imobiliários do neoliberalismo. Todavia, nas cidades do Terceiro Mundo, a escassez de recursos e a ineficácia da resposta governamental e institucional em muito contribuíram para os intensos fenómenos de ocupação espontânea e, conseqüentemente, para o agravamento das condições de habitabilidade urbana.

A ocupação informal despertou, assim, o interesse de diversos arquitectos e estudiosos que, fugindo do rigor académico e teórico, perseguiram uma prática arquitectónica mais próxima das necessidades reais dos habitantes. As suas obras e investigações contribuíram para informar a disciplina da Arquitectura com práticas mais espontâneas e conseqüentes perante as necessidades primárias dos habitantes das cidades.

BERNARD RUDOFSKY

Em 1964, o arquitecto e historiador Bernard Rudofsky inaugurou no *MoMA* a exposição *Architecture without Architects*¹⁴³, onde reuniu um amplo conjunto de exemplos da arquitectura vernacular que, mais do que a elaboração de um mero catálogo da construção, estabeleceu a apologia da participação popular na construção da cidade e da arquitectura. A esta exposição subjaz uma crítica à História da Arquitectura e à sua fundamentação restrita nas obras de e para as classes mais ricas e para os deuses, e, por conseguinte, ao seu reconhecimento exclusivo dos arquitectos que exaltavam o poder e a prosperidade. Acima de tudo, o arquitecto pretendia despoletar uma mudança no modo como os conceitos arquitectónicos estabelecidos eram aceites.¹⁴⁴ Rudofsky desenvolve assim um elaborado elogio à negligenciada arquitectura vernacular e ao seu carácter evolutivo, improvável e de forte adequação funcional, onde os valores racionais, funcionais e comunitários superam os da autoria e do poder financeiro.¹⁴⁵

¹⁴³ "The exposition *Architecture Without Architects* shown at the Museum of Modern Art from November 9, 1964, to February 1965, was commissioned by the Department of Circulating Exhibitions under the auspices of the International Council of Museum of Modern Art.", in B. Rudofsky (1964), p.1.

¹⁴⁴ V. Leite, op.cit., p.71.

¹⁴⁵ J. Bandeirinha, op.cit., p.30.

Citando Belluschi,¹⁴⁶ Rudofsky define “arquitetura vernacular” como “*a communal art, not produced by a few intellectuals or specialists but by the spontaneous and continuing activity of a whole people with a common heritage, acting under a community experience*”.¹⁴⁷ Segundo Bandeirinha, a exposição divulgava um conjunto de conceitos que, marcando o carácter ideológico da época¹⁴⁸, se fundamentavam em ideias de comunidade e pertença comum no campo da obra arquitectónica e da organização espacial.¹⁴⁹

Rudofsky via a arquitectura como um meio de responder às necessidades, acreditando que a arquitectura vernacular tinha ainda muito para ensinar, especialmente em termos da sensibilidade e talento que os seus construtores demonstravam na inserção dos seus edifícios no meio ambiente. A sua crítica engloba ainda o Homem moderno e as consequências do seu estilo de vida, particularmente o aumento da distância entre o local de residência e de trabalho com graves efeitos negativos na apropriação do espaço e na participação na formação e preservação do seu ambiente.¹⁵⁰

HASSAN FATHY

Desde o final dos anos 20, o arquitecto egípcio Hassan Fathy vinha pondo em prática, no seu país, as potencialidades dos recursos tradicionais, técnicos e materiais. Esta atitude era subjacente à consciência da inadequação dos recursos importados do Ocidente, a nível do desempenho técnico e investimento financeiro. O arquitecto esforçou-se por provar que a adaptação às novas condições de vida não exigia a alteração técnica e material dos meios de construção tradicionais, podendo ser concretizada pelo projecto.¹⁵¹

Apenas em 1946 Fathy teve a oportunidade que lhe permitiu testar a fundo as suas ideias ao ser convidado pelo *Department of Antiquities* do Egipto para elaborar um projecto de realojamento de 7000 pessoas que viviam em terrenos de importância arqueológica. O novo aglomerado foi desenhado com base no uso dos materiais tradicionais, otimizados a nível técnico com a colaboração de geólogos e engenheiros mecânicos. Procurando um novo modelo de construir cidade, este projecto destacava duas características principais – a participação dos futuros habitantes na construção do espaço doméstico e urbano e a preocupação social e comunitária – que procuravam, por um lado, a redução dos custos, graças ao trabalho cooperativo dos habitantes e, por outro, a formação, desde a fase de construção, de um sentido de apropriação¹⁵² sobre a sua casa e comunidade. Fathy organizou

¹⁴⁶ Pietro Belluschi foi um arquitecto modernista americano que trabalhara com Gropius no plano de remodelação do centro de Boston.

¹⁴⁷ B. Rudofsky, in J. Bandeirinha, op.cit., p.31.

¹⁴⁸ Era um sinal importante, que anunciava o declínio da “época de ouro” dos grandes mestres do modernismo. Cf. Idem, *Ibidem*.

¹⁴⁹ Idem, *Ibidem*.

¹⁵⁰ V. Leite, op.cit., pp.71 ss.

¹⁵¹ J. Bandeirinha, op.cit., p.26.

¹⁵² “*A sua casa, glorificação de si próprio e o seu monumento mais duradouro, será equivalente aos outros pormenores da sua*

as casas em torno de pátios e de acordo com a definição de unidades de vizinhança que partilhavam o acesso às ruas principais. Para além da habitação, este projecto integrava alguns edifícios públicos, como uma mesquita, um mercado coberto, escolas e um teatro.¹⁵³ A aldeia de *New Gourna* foi desenhada segundo princípios urbanos que estimulavam a relação espontânea entre as habitações, através do traçado das ruas, bem como o convívio colectivo, potenciado nos cruzamentos, largos e outros espaços de uso comum.¹⁵⁴

Ainda que com grandes influências de referências paternalistas modernas¹⁵⁵, Fathy revela uma forte tendência para a prática participativa e para a exploração de princípios sociais e espaciais locais. A referência a antigos padrões egípcios arquitectónicos, construtivos, estéticos e sociais, e a renúncia à imposição dos novos métodos ocidentais, conduziu ao reconhecimento do projecto como um processo de relacionamento entre o arquitecto, o habitante e o construtor. De um modo geral, as obras de Hassan Fathy revelam um pensamento prático relativamente às técnicas e materiais, comprovado pela construção em adobe (que procurou substituir o recurso à madeira, que nesse período, começava a escassear em África) e pela procura de sistemas eficientes¹⁵⁶ de ventilação e de isolamento térmico.¹⁵⁷ Hassan Fathy é reconhecido, por isso, como divulgador da arquitectura vernacular egípcia e, sobretudo, pela aplicação de sistemas tradicionais de construção nas edificações para as classes menos privilegiadas. Num contexto de independência recente, o arquitecto assumiu uma posição anticolonial pela renúncia ao modernismo e pela valorização da cultura arquitectónica local como resposta aos modos de vida e às possibilidades financeiras do seu povo. As suas filosofias e técnicas foram reunidas em *Architecture for the Poor*, que se desenvolve em torno do projecto de *New Gourna*. A planificação deste assentamento permitiu-lhe testar, em grande escala, as suas ideias relativas à produção de habitação pública viável (económica e socialmente) com recurso à cooperação do utente-proprietário, assistida por arquitectos e artesãos especializados.¹⁵⁸

O projecto deparou-se, no entanto, com alguns obstáculos. O início da sua construção foi atrasado por questões políticas e administrativas, nomeadamente a oposição dos xeiques, detentores do poder local, e a morosidade burocrática do *Department of Antiquities*. Havia alguma desconfiança perante a renúncia aos preceitos modernistas (que, na época, eram considerados o modo adequado de construir) e a opção por métodos e materiais tradicionais.¹⁵⁹ Para além disto, os

individualidade em tamanho, aspecto e luxo. A casa estará, com certeza, bem adaptada aos seus recursos económicos desse homem, mas terá também todas as características acessórias do seu temperamento.” Cf. H. Fathy (1969), p.59.

¹⁵³ J. Bandeirinha, op.cit., pp.26 ss.

¹⁵⁴ V. Leite, op.cit., p.77.

¹⁵⁵ Decorrentes do seu estágio com Constantinos Dioxadis, na Grécia.

¹⁵⁶ V. Leite, op.cit., p.77.

¹⁵⁷ Como a chaminé/lareira europeia, pouco comum na sala árabe, as cúpulas e os pés-direitos altos, que permitiam uma melhor circulação do ar, ou mesmos os distintos filtros de ar, que transformavam a brisa quente e árida do deserto em ar fresco. Cf. Idem, p.77.

¹⁵⁸ Ver <http://www.spatialagency.net/database/hassan.fathy>, consultado a 24 de Junho de 2011.

¹⁵⁹ J. Bandeirinha, op.cit., p.27.

elementos construtivos não facilitaram uma identificação directa com o projecto, uma vez que Fathy recorreu a técnicas construtivas núbias e elementos da arquitectura vernacular do Cairo, aproveitando, das primeiras, os métodos baratos de construção de coberturas em arcos e cúpulas, que ainda perduravam nos meios rurais; da segunda, aproveitou o *malquaf* (*wind-catcher*, apanhador de vento), o *mashrabiya* (um painel de treliça em madeira), o *ga'a* (um quarto central no piso superior das casas tradicionais, com pé-direito elevado e ventilação natural) e o *salsabil* (uma fonte ou bacia de água posicionada de modo a humedecer o ar). Um terceiro obstáculo foi colocado pela recusa da população em abandonar o seu local de residência anterior.¹⁶⁰ Com efeito, o terreno apenas seria totalmente desocupado em 2004.¹⁶¹ Ainda que apenas um quinto do projecto tenha sido concretizado, o novo assentamento de *New Gourn*a prevaleceu como um marco da autoconstrução assistida.¹⁶²

O trabalho de Hassan Fathy levanta questões importantes, sobretudo no que diz respeito ao reconhecimento dos valores culturais e sociais dos destinatários, por parte de arquitectos e outros especialistas. A ênfase dada ao recurso a tecnologias, materiais e métodos de construção locais e à consequente produção arquitectónica mais sustentável a nível social e económico, garante a relevância do seu trabalho até aos nossos dias.¹⁶³ Bandeirinha lembra, porém, que o forte sentido estético e próprio da obra arquitectónica de Fathy contraria de certo modo a vertente participativa que procurou impor na “sua cidade”.¹⁶⁴

Hassan Fathy procura evitar a atitude frequentemente adoptada pelos arquitectos e planeadores relativamente à comunidade, expressa pela desvalorização do seu conhecimento, necessidades e aspirações, e à importação de métodos construtivos sofisticados. Fathy acredita que o arquitecto tem uma posição única para reacender a crença das pessoas na sua própria cultura, podendo incentivar o sentido de orgulho pela admiração das formas e técnicas locais e, acima de tudo, pela sua aplicação. À sua posição está ainda subjacente uma desilusão face à atitude do arquitecto moderno do Terceiro Mundo, que aceita sem ponderação toda e qualquer comodidade oferecida pela tecnologia moderna: sem ter em atenção as implicações que tal operação tem sobre a rede complexa da sua cultura, continua a emular os trabalhos ocidentais, europeus e norte-americanos. O arquitecto defendia, por isso, a renovação da arquitectura, com o intuito de preencher a lacuna existente no seu desenvolvimento, através da análise dos elementos de mudança, da aplicação de técnicas modernas para modificar os métodos válidos estabelecidos pelos antepassados populares e pelo posterior desenvolvimento de novas soluções que satisfaçam as necessidades modernas.¹⁶⁵

A sua busca por meios técnicos de integração das pessoas na construção das suas próprias

¹⁶⁰ Ver <http://www.spatialagency.net/database/hassan.fathy>, consultado a 24 de Junho de 2011.

¹⁶¹ V. Leite, op. cit., p.75.

¹⁶² J. Bandeirinha, op.cit., p.27.

¹⁶³ Ver <http://www.spatialagency.net/database/hassan.fathy>, consultado a 24 de Junho de 2011.

¹⁶⁴ V. Leite, op.cit., p.79.

¹⁶⁵ H. Fathy, in W. Shearer, A. Sultan (1986).

casas e de desenvolvimento de um sentimento de respeito perante os espaços públicos ocorreu em paralelo à preocupação dos arquitectos do Primeiro Mundo com os níveis de conforto, as práticas sociais consumistas e a estética identitária das cidades.¹⁶⁶ Apesar de alguns escritos anteriores pouco divulgados, a obra de Fathy, e inerente ideologia, começou verdadeiramente a ser divulgada na década de 1970 que, dado o então já vincado afastamento relativamente aos ideais modernistas, foram muito bem recebidas.¹⁶⁷

CHARLES ABRAMS

O fenómeno de transferência das experiências realizadas nos países mais pobres para os mais desenvolvidos durante a década de 60 (já comprovado pela publicação de Hassan Fathy e pela exposição de Bernard Rudofsky) apenas ganhou uma dimensão verdadeiramente internacional e operativa com a publicação *Housing in the Modern World: Man's struggle for shelter in an urbanizing world*.¹⁶⁸

Em 1953, o arquitecto e urbanista Charles Abrams - um reconhecido investigador da questão fundiária norte americana - foi convidado por Ernest Weissman, do Departamento de Habitação, Construção e Planeamento das Nações Unidas, a elaborar um levantamento da política de habitação e dos problemas dos solos urbanos no mundo.¹⁶⁹ As descobertas e recomendações destas missões foram reunidas em catorze relatórios que, a pedido do *Joint Center for Urban Studies*, do *Massachusetts Institute of Technology* e *Harvard University*, viriam a constituir um livro. Abrams sublinha que, apesar do tema central do livro ser a habitação, a sua discussão não poderia de modo algum ser isolada de outros aspectos referentes ao processo de desenvolvimento, entre os quais a cidade e os problemas dos solos urbanos. *"A habitação não é apenas abrigo, mas parte do tecido da vida comunitária e de todo o meio social; toca também em muitas facetas da industrialização, actividade económica e desenvolvimento."*¹⁷⁰

Um dos temas que aborda centra-se nos efeitos da urbanização massiva nos países em desenvolvimento, visíveis não apenas nas torrenciais migrações populacionais para os seus centros urbanos, mas também nas alterações das economias e modos de vida até então inalterados.¹⁷¹ As sociedades emergentes enfrentam, portanto, diversos desafios, entre os quais se pode contar a imaturidade dos dispositivos legais, administrativos e políticos, a necessidade de treino e educação, o papel do investimento, privado e público, na habitação e na produção de materiais e até a existência de políticas, instáveis e/ou primitivas, de financiamento, impostos, terrenos, poupanças e transporte.¹⁷²

¹⁶⁶ V. Leite, op.cit., p.75.

¹⁶⁷ Idem, *Ibidem*.

¹⁶⁸ Idem, *Ibidem*.

¹⁶⁹ C. Abrams (1966), p. ix.

¹⁷⁰ Idem, pp. ix-x.

¹⁷¹ Idem, *Ibidem*.

¹⁷² Idem, p. x.

Enquanto consultor da ONU, Abrams teve contacto com variados contextos urbanos e suburbanos - Singapura, Nigéria, Filipinas, Japão, Bolívia, Venezuela, Jamaica, Porto Rico, Barbados, Irlanda, Gana, Turquia, Índia e Paquistão - e, conseqüentemente, com os problemas das grandes aglomerações de habitação precária e espontânea. Todas estas situações revelavam uma origem idêntica: *“a afluência de multidões às cidades e a escassez de oferta de alojamento em condições adequadas à procura, que provocavam incontroláveis acções de ocupação espontânea, frequentemente catastróficas sob o ponto de vista geográfico e ambiental”*.¹⁷³

Estas ocupações massivas e incontroláveis, maioritariamente associadas a ocupações de grandes extensões de solos urbanos e suburbanos, criavam situações que desafiavam as ideias estabelecidas de utilização e estatuto dos solos das cidades e, conseqüentemente, a base estruturante da maioria dos sistemas políticos e administrativos mundiais quanto ao conceito de propriedade privada. Estes fenómenos estavam ainda associados a mecanismos de integração, fruto de dinâmicas económicas paralelas.¹⁷⁴

Na opinião de Bandeirinha, o pragmatismo de Abrams é evidente na forma como este aborda o estatuto do solo urbano e suburbano, bem como no aconselhamento (perante a ineficácia das políticas de repressão ou inibição) acerca da integração destas formas de ocupação espontânea do solo num plano de melhoria progressiva das condições de vida.¹⁷⁵ O sistema vigente resultava de um equilíbrio estratégico, estabelecido no pós-guerra, o qual dependia da bipolarização dos dois grandes blocos políticos - o capitalismo e o socialismo -, que procuravam aliciar o então chamado Terceiro Mundo, pela *“magia desenvolvimentista dos valores da «iniciativa privada»*” ou pelas promessas socialistas que, a partir do fortalecimento estatal, ofereciam a possibilidade de enfrentar a miséria colectiva.¹⁷⁶

Não descuidando o carácter pioneiro e pertinente dos argumentos de Abrams face *“aos processos menos formais de urbanização e de ocupação do solo”*, Bandeirinha afirma que o autor pouco contribui para a discussão da disciplina da Arquitectura. No seu entender, Abrams estabeleceu uma crítica ténue ao academismo, afirmando-o como principal responsável pelo alheamento face a estes fenómenos. A sua crítica dirige-se especialmente aos arquitectos pela sua submissão à objectividade mercantil¹⁷⁷ e pela sua incapacidade de superar as meras competências do desenho, o qual permitiria a constituição de um ponto de partida essencial para a resolução destes problemas.¹⁷⁸ A crítica ao modernismo está no reconhecimento de que a crise habitacional não seria solucionada através de ideais universalistas de carácter funcionalista ou cultural, mas sim com uma actuação adequada aos contextos locais.¹⁷⁹

¹⁷³ J. Bandeirinha, op.cit., pp.24 ss.

¹⁷⁴ Idem, lbidem.

¹⁷⁵ C. Abrams, op.cit., pp.47 ss.

¹⁷⁶ J. Bandeirinha, op.cit., p.25.

¹⁷⁷ C. Abrams, op.cit., p. 85.

¹⁷⁸ Idem, p.119.

¹⁷⁹ J. Bandeirinha, op.cit., pp.25 ss.

O reconhecimento da diversidade das situações levou Abrams a acreditar na importância do contributo das potencialidades locais de cada situação, isto é, dos recursos económicos, laborais, materiais ou organizativos patentes na construção destes aglomerados informais, em detrimento do recurso a soluções construtivas externas tecnicamente avançadas. O autor defendia a optimização, gestão e canalização destas potencialidades, no sentido da melhoria das condições de vida e de habitabilidade, incentivando assim os processos de auto-ajuda e os sistemas de ajuda mútua, já existentes, a par do desenvolvimento do artesanato e das técnicas e materiais locais. Para Abrams, o auxílio externo deveria ser sensível às dinâmicas locais e às necessidades reais, proporcionando, acima de tudo, conhecimentos técnicos e administrativos.¹⁸⁰

Bandeirinha levanta, porém, a dúvida acerca do carácter inovador do contributo de Abrams no que concerne ao aproveitamento dos recursos locais das populações, *“quer como solução de subsistência, quer como fenómeno de reacção à desgastada homologação, material e plástica, proposta pelo modernismo e, muito particularmente, pelo Estilo Internacional”*, dentro do panorama teórico contemporâneo, o qual já havia revelado a prevalência deste tema na procura pela inovação metodológica.¹⁸¹

Na opinião de Abrams, os problemas massivos nas cidades do terceiro mundo necessitam de propostas práticas, que apenas podem ser formuladas com a ida ao local e com o diálogo com os residentes, os oficiais e os especialistas. Propõe, por isso, algumas ideias experimentais, designadamente esquemas de empréstimos para a construção de telhados ou esquemas de *core-housing* (habitação núcleo)¹⁸², bem como o recurso a novas formas de posse e arrendamento dos terrenos.¹⁸³ Estas soluções não pressupunham dar respostas universais para o problema habitacional nos países em desenvolvimento, chegando mesmo o autor a incitar a avaliação e discussão das suas propostas por outros.¹⁸⁴ Abrams procurou contribuir, sobretudo, para o desenvolvimento do tema da habitação, dos solos urbanos e da urbanização nas áreas em desenvolvimento, assim como informar os projectos de programas de ajuda. As suas missões procuravam desenvolver, além de um estatuto de habitação e planeamento, uma fórmula política que desencadeasse um relacionamento entre o governo, o indivíduo e a propriedade.¹⁸⁵

No vasto conjunto de motivações presentes no trabalho de Abrams persistem as ameaças geradas pelas profundas desigualdades sociais e económicas e a necessidade urgente de uma coabituação mundial com menor tendência para potenciais revoltas. O arquitecto e urbanista reconheceu

¹⁸⁰ Idem, *Ibidem*.

¹⁸¹ Idem, p.26.

¹⁸² C. Abrams, *op.cit.*, pp. x-xi.

¹⁸³ Idem, pp.47 ss.

¹⁸⁴ Abrams considerava que as conclusões desenvolvidas por um autor, embora pertinentes no momento da sua elaboração, não são permanentes nem infalíveis. Cf. Idem, p. xi.

¹⁸⁵ Idem, pp. x-xi.

ainda que as grandes extensões suburbanas de ocupação precária nas cidades do Terceiro Mundo não respondiam a controlos normativos idênticos aos dos países desenvolvidos. Abrams acredita na potencialidade da dinâmica urbana local - as centralidades espontâneas, os mercados fundiários paralelos, as ocupações - que, embora problemática segundo os preceitos ocidentais, poderia vir a ser orientada e assistida no sentido da melhoria progressiva das condições de vida. Esta posição, alimentada pela crença na gradual evolução dos níveis económicos populacionais, indica uma solução do problema habitacional nos países pobres que, para além de se inserir na ideologia liberal, não exigia grandes esforços financeiros externos.¹⁸⁶

Segundo Bandeirinha, o trabalho de Abrams, cujo objectivo principal era a recolha, a uma escala abrangente, das questões da habitação precária e dos sistemas de autoconstrução, poderá ter incentivado uma maior atenção relativamente ao problema, especialmente por parte das Nações Unidas. O autor considera ainda que Abrams terá aberto caminho à apresentação de soluções mais flexíveis de acção, que procuravam afirmar a intervenção profissional como suporte técnico adequado às circunstâncias contextuais, por oposição a uma metodologia encerrada em si mesma e delimitada pela rígida objectivação tradicional do projecto e obra de Arquitectura.¹⁸⁷

CHILE - VIVIENDAS PROGRESIVAS

*“The most dramatic proof is in the «upper-lower income countries» of the Third World, such as Greece and Turkey, or Chile and Peru. Examples of what non-professionals can achieve for themselves, are doing much to awaken their wealthy exploiters to the issues discussed here.”*¹⁸⁸

Perante um contexto marcado pela pobreza extrema, desemprego, marginalidade, forte segregação urbana e social, intenso défice habitacional, de salubridade e higiene urbana, e pela expulsão das classes desfavorecidas para as periferias urbanas, as autoridades chilenas reconheceram a necessidade de intervir no espaço urbano. As primeiras tentativas de cariz higienista e paternalista - desde modelos de cidade-jardim ao racionalismo funcionalista - rapidamente provaram a sua ineficácia e desadequação. Apesar da magnitude do défice habitacional e da precariedade da condição urbana só terem sido oficialmente reconhecidas no início das grandes *tomas*¹⁸⁹, a opção por políticas e operações de carácter participativo foi tomada de um modo espontâneo e natural. Consciente de que apenas assim poderia integrar e conectar os diversos espaços segregados da cidade, o governo chileno reconheceu ainda a importância social da habitação, bem como a sua capacidade de gerar estabilidade económica e familiar. Realizada de modo objectivo e prático, a participação permitia a

¹⁸⁶ J. Bandeirinha, op.cit., p.27.

¹⁸⁷ Idem, pp.27 ss.

¹⁸⁸ J. Turner, op.cit., p.22.

¹⁸⁹ *Tomas* são ocupações informais de terrenos agrícolas em volta de Santiago, motivadas pela falta de habitação urbana, que fora provocado, segundo Manuel Castells, pela crise mineira e artesanal provinciana, pelo êxodo rural, pela concentração administrativa e de serviços e pela busca por uma oportunidade na industrializada capital.

redução dos gastos governamentais nas políticas de habitação.¹⁹⁰ “*En efecto surgen movimientos sociales que presionan por disponer de alternativa de vivienda de rápida solución. La respuesta del Estado es, por una parte, la propuesta de autoconstrucción a partir de la erradicación, esto es, es traslado paulatino de la población hacia nuevas viviendas, y por otras, el saneamiento in situ, es decir, la conexión a los servicios de urbanización, como agua potable, alcantarillado y luz eléctrica.*”¹⁹¹

Os ideais participativos têm uma grande divulgação e utilização no Chile, afectando rapidamente a consolidação e dispersão urbanas. Porém, os *campamentos* chilenos, ao contrário das *barriadas* peruanas, não tiveram a mesma divulgação mediática que Turner proporcionou às últimas, apesar de ambos os processos de reabilitação urbana terem tido um impacto semelhante no desenvolvimento dos seus respectivos países.¹⁹²

Com principal incidência em Santiago do Chile, no final da década de 1950 são elaboradas as políticas públicas de participação ou das *viviendas progresivas*¹⁹³, que pretendiam, principalmente, controlar as *tomas* e conectar a cidade segregada. Na sua maioria, as *tomas* foram ocupações massivas - por populações em busca de trabalho e de uma localização fixa - de terrenos agrícolas desocupados, periféricos à cidade, em consequência da gentrificação e do êxodo rural. Gradualmente, os terrenos transformaram-se em *callampas* e mais tarde em *poblaciones*. A primeira operação realizou-se na *toma de La Victoria*¹⁹⁴, entre 1957 e 1958, cuja urbanização compreendeu a adaptação do traçado agrícola e o desenho de um plano para 3500 famílias e garantiu a transformação da *toma* em *población La Victoria*.¹⁹⁵

A autonomia e autodeterminação desta operação despertaram o interesse académico e disciplinar que via estes fenómenos como potenciais soluções para os problemas habitacionais. A consequente divulgação¹⁹⁶ despoletou um aumento na procura habitacional e nas operações públicas de participação. Gradualmente, a cidade começou a reconhecer as *tomas* - inicialmente consideradas informais e isoladas - como parte integrante do espaço urbano. As operações centravam-se, geralmente, na infra-estruturação e regularização, com base no esquema de *site and services*, procurando-se ainda fomentar a autoconstrução e a produção local de materiais locais.¹⁹⁷ Destacam-se a *Operación San Gregorio*, de 1959, e a *Operación Cardenal Caro*, de 1960-1963.¹⁹⁸ A intervenção simultânea de

¹⁹⁰ V. Leite, op.cit., p.129.

¹⁹¹ R. Hidalgo, in Idem, *Ibidem*.

¹⁹² Idem, p.131.

¹⁹³ *Viviendas progresivas* é o termo usado para habitação evolutiva ou de autoconstrução, no Chile.

¹⁹⁴ *La Victoria* é um bairro da comuna de Pedro Aguirre Cerda, de Santiago do Chile. Inicialmente uma ocupação informal, conseguiu regularizar-se devido ao carácter persistente e reivindicativo dos seus habitantes.

¹⁹⁵ Estas nomenclaturas, distinguidas conceptualmente por Manuel Castells (1973), permitem entender a progressão da integração e evolução social destes povoados informais. Cf. V. Leite, op.cit., p.133.

¹⁹⁶ Em 1959 realizou-se, em Santiago do Chile, o Seminário sobre Problemas de Urbanização na América Latina e já em 1972, em Viña del Mar, realizou-se o Seminário sobre Planificação Regional e Urbana. Cf. Idem, *Ibidem*.

¹⁹⁷ Ainda persistem oficinas de carpintaria e de fabrico manual de tijolos que, instaladas nessa época para a construção das casas nas *tomas*, ainda são usadas na construção em Santiago do Chile.

¹⁹⁸ V. Leite, op.cit., p.133.

variadas instituições tornou estas operações desorganizadas e pontuais, e levou ao estabelecimento do *Ministerio de la Vivienda y Urbanismo (MINVU)*¹⁹⁹.

Neste contexto, é colocado em prática um programa de *promoción popular*²⁰⁰, que procurava promover o *Plan de Ahorro Popular* e adequar os apoios às possibilidades de cada grupo através de variados modelos de financiamento e urbanos - uns forneciam parte do lote construído, outros apenas as infra-estruturas. As *Operaciones Sitio* - posteriormente referidas como *Operaciones Tiza* - são as mais generalizadas entre 1966 e 1970, fundamentadas na autoconstrução e na possibilidade do habitante pagar o empréstimo do terreno e dos materiais com trabalho.²⁰¹ “(...) la «Operación Sitio» trató de paliar las carencias demasiado evidentes, entregando (mediante un sistema de cuotas mensuales a largo plazo) un «sitio» (o espacio de terreno semiurbanizado) y fomentando la autoconstrucción con materiales cedidos o «prestados».”²⁰²

A urbanização do bairro para a *Villa La Reina*, com 1600 famílias, foi orientada pelo arquitecto Castillo Velasco²⁰³, que traçou os lotes e desenhou uma habitação básica com 36m², com a possibilidade de ser posteriormente expandida. Assumindo a autoconstrução como instrumento fundamental para a gestão de recursos, houve ainda a preocupação em controlar os arruamentos e em criar pequenas praças - soluções fundamentais para gerar equilíbrio urbano e estimular o convívio social. A operação foi fundamentada nos princípios de *promoción popular* que, em conjunto com uma coincidência de interesses entre o arquitecto (que era também presidente e morador do município) e os moradores, contribuíram para o seu sucesso.²⁰⁴ “La construcción de la Villa La Reina en 1965, en la comuna del mismo nombre, liderada por el entonces alcalde Fernando Castillo Velasco. Aunque no corresponde exactamente al programa de operación sitio, sino que es un proyecto piloto impulsado por el gobierno local, contiene todos los elementos de creación de comunidad autosustentable: capacitación e inserción en la sociedad mediante el trabajo, creación de capital socio-organizativo mediante las prácticas sociales, disminución de los costos al aportar la fuerza de trabajo necesaria para la construcción.”²⁰⁵

A actuação de Velasco mostrou um espírito crítico e interventivo invulgar e comprovou a sua postura relativamente ao profissional de arquitectura, que deveria ser política e socialmente activo. A sua obra é um testemunho cultural e arquitectónico do respeito pelas aspirações e desejos das

¹⁹⁹ Até aquele momento apenas existia a *Corporación de la Vivienda (CORVI)* que, desde 1953, tinha a total responsabilidade de controlar as instituições. A partir de 1965, os instrumentos que organizavam as políticas do *MINVU* ganham um carácter mais preciso: a *Corporación de Servicios Habitacionales (CORHABIT)*, que dá assistência técnica aos programas de autoconstrução; a *Corporación de Mejoramiento Urbano (CORMU)*, que coordena os grandes projectos de renovação urbana; e a *Dirección de las Obras Urbanas*, que mais tarde passa a *Corporación de Obras Urbanas (COU)*, responsável pela infra-estruturação e equipamentos.

²⁰⁰ Cf. M. Couve, in V. Leite, op.cit., p.135.

²⁰¹ Idem, *Ibidem*.

²⁰² M. Castells, in Idem, *Ibidem*.

²⁰³ Castillo Velasco, arquitecto e político, foi personagem central do modernismo chileno na década de 1960. Teve um papel fundamental no “participacionismo” da mesma década, lançando as bases do que é explorado actualmente pelo *Elemental*.

²⁰⁴ V. Leite, op.cit., p. 135.

²⁰⁵ M. Couve, in Idem, *Ibidem*.

pessoas e da preocupação em elaborar esquemas capazes de superar o sistema vigente e alcançar resultados formais e sociais de carácter singular.²⁰⁶

No governo de Salvador Allende, em consequência do reconhecimento da incapacidade de resposta das *Operaciones Tiza* perante a escala da procura, foi garantida uma maior liberdade aos aglomerados informais da cidade, preservando a prestação mínima de assistência e regularização. Este período final das políticas participativas - terminado com a instauração do regime militar do general Augusto Pinochet - contou ainda com a colaboração de Manuel Castells²⁰⁷ que procurava estudar os complexos universos sociais, malhas urbanas e organizações territoriais, resultantes das *tomas* e das políticas habitacionais.²⁰⁸

JOHN TURNER

John F. C. Turner foi claramente a personagem mais proeminente em termos da exaltação teórica das práticas habitacionais de carácter informal, evidentes por todo o mundo, especialmente nos centros urbanos de maior afluência populacional. Na opinião de Colin Ward foi Turner, provavelmente mais do que qualquer outra figura, quem transformou o modo como percebemos estes assentamentos.²⁰⁹

Formado na *Architectural Association* de Londres, o arquitecto, descontente com as teorias académicas, foi influenciado desde cedo pelos ensinamentos de Patrick Geddes acerca das relações entre o Homem e o ambiente, factores estes que o motivaram para uma abordagem mais social da Arquitectura e do Urbanismo. Em 1952, encontrou-se em Veneza com Giancarlo De Carlo, Colin Ward e Patrick Crooke – personalidades com quem partilhava uma tendência ideológica anárquica - para discutir aspectos fundamentais do planeamento urbano e da habitação, centrando-se no problema: “*who provides and who decides?/who does what for whom?*”.²¹⁰ Este momento marcaria definitivamente o seu compromisso relativamente ao problema habitacional e à evolução de conceitos, de acordo com as práticas sociais analisadas, mantendo-se fiel ao seu pensamento anarquista, mais evidente na contestação das doutrinas estabelecidas e na defesa de soluções revolucionárias.²¹¹

Um momento crucial no seu percurso profissional foi o convite, feito pelo arquitecto peruano Eduardo Neira, para colaboração num projecto-piloto de assistência técnica habitacional nos subúrbios de Arequipa, Peru. Turner permaneceu no Peru entre 1957 e 1963, onde colaborou em variados projectos-piloto, tais como a construção de escolas primárias, a autoconstrução tecnicamente assistida

²⁰⁶ Idem, p. 137.

²⁰⁷ Manuel Castells vai a Santiago pela primeira vez em 1968: inicialmente como convidado da *FLACSO (Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales)* e, mais tarde, convidado pela *Pontificia Universidad Católica*. Entre 1970 e 1973, foi assessor no governo de Allende.

²⁰⁸ V. Leite, op.cit., p. 138.

²⁰⁹ C. Ward, in J. Turner, op.cit., p.5.

²¹⁰ C. Ward, in Idem, p.9.

²¹¹ J. Bandeirinha, op.cit., p.44.

nas *barriadas* ou *pueblos jóvenes*²¹² e a definição de programas de realojamento de emergência (na sequência do terramoto de 1958). Estes projectos proporcionaram-lhe aprendizagens que, superando as meras questões técnicas, revelaram a importância da auto-ajuda e do engenho das populações, bem como da sua capacidade de concretização, sem o incómodo dos condicionalismos institucionais e governamentais e da consequente imposição das suas qualificações técnicas e profissionais. Ao definir esta posição radical, aprofundada e fundamentada por um quotidiano em pleno contacto com a realidade, Turner contestava, simultaneamente, o paternalismo dos países industrialmente desenvolvidos sobre os países mais pobres, e argumentava que o conhecimento técnico e as lições inerentes ao processo deveriam funcionar no sentido inverso, uma vez que todas as sociedades, independentemente do seu nível de riqueza, deveriam captar os ensinamentos de entreajuda e de racionalidade construtiva e organizativa dos assentamentos informais peruanos. A grande inovação do seu trabalho não era a potencialidade da assistência técnica, por parte dos arquitectos e urbanistas, aos aglomerados, mas a capacidade de construção habitacional das populações, sem o auxílio estatal (que, frequentemente, acabava por se revelar um enorme engodo financeiro e administrativo).²¹³

No âmbito da produção habitacional, Turner defende a descentralização do poder, evidenciando uma profunda crítica a qualquer esforço estatal, socialista ou capitalista, administrativamente centralizado. Esta crítica é fundamentada pela falta de conhecimento da realidade quotidiana por parte de qualquer sistema burocrático e piramidal, que conduz invariavelmente a respostas excessivamente generalizadas, as quais reflectem uma distribuição desigual e desadequada de recursos e subsídios. Turner critica também a actuação dos profissionais de arquitectura e de planeamento urbano, pela ineficácia no cumprimento da sua responsabilidade social e alerta ainda para a incapacidade de actuação de alguns técnicos que, demonstrando uma excessiva auto-recriminação, tendem a abandonar o espaço real do quotidiano com o intuito de, primeiro, alterar o sistema - esquecendo-se que o sistema é indissociável do processo de construção.²¹⁴

Em 1963, encontra-se com Charles Abrams no *MIT*, iniciando, nesse mesmo ano, a publicação de diversos artigos na *Architectural Design* a propósito do tema das *barriadas* e da auto-ajuda, da participação cívica e da autoconstrução que lhes é inerente. Estas publicações contribuíram em muito para a modificação da percepção comum sobre estes aglomerados.²¹⁵ Segundo Colin Ward: *“far from being threatening symptoms of social malaise, they were a triumph of popular self-help which, overcoming the culture of poverty, evolved over time into fully serviced suburbs, giving their occupants*

²¹² Turner recorria a este termo para eliminar o sentido negativo normalmente associado à designação *barriadas*. Embora as condições habitacionais e ambientais fossem semelhantes, Turner distinguia os loteamentos clandestinos de especulação no mercado paralelo, que proliferavam na periferia urbana das cidades latino-americanas, das áreas de ocupação espontânea dos cidadãos que afluíam às cidades, às quais gostava de chamar *pueblos jóvenes* ou *urbanizaciones populares*. Cf. J. Turner, in J. Turner, R. Fichter (1972).

²¹³ J. Bandeirinha, op.cit., pp.44 ss.

²¹⁴ Idem, p.46.

²¹⁵ V. Leite, op.cit., p.94.

a foothold in the urban economy.”²¹⁶ Concluída a sua actividade no Peru, Turner inicia um percurso profissional como investigador no *Harvard-MIT Joint Center for Urban Studies*. O seu envolvimento directo no tema dos assentamentos e das habitações urbanas, no Peru e noutros países pobres, seria motivo para a visita a variadas instituições académicas e centros internacionais (dedicados à investigação dos aglomerados habitacionais não controlados), bem como para diversas publicações, colaborações e outros estudos. Leccionou em várias universidades, foi consultor em vários países e dá palestras em todo o mundo.²¹⁷ A sua maior contribuição teórica consiste, no entanto, na publicação de *Housing by People*, que difundiu verdadeiramente a sua experiência e o motivou para a continuação da sua investigação teórica acerca das práticas que lhe eram próximas.²¹⁸

De acordo com Bandeirinha, um dos motivos do fascínio de Turner pelos aglomerados espontâneos era o seu forte carácter autónomo, próximo dos modelos anárquicos, no campo da decisão. Bandeirinha aponta ainda que a postura teórica de Turner se destaca pela sua convicção de que a auto-ajuda e o esforço directo na produção de habitação constituem importantes lições de aplicação universal, ou seja, não somente na resolução do problema habitacional nos países mais pobres, mas também nos países mais desenvolvidos. Este argumento é totalmente oposto à ideia estabelecida de que estes factores são meros sintomas de decadência urbana.²¹⁹

No Peru, Turner absorveu as lições proporcionadas pelos assentamentos informais ilegais que, longe de provarem ser os aclamados sintomas ameaçadores de doença social, evidenciavam o triunfo da auto-ajuda na conformação de subúrbios totalmente servidos e na integração dos seus habitantes na economia urbana.²²⁰

A sua abertura intelectual para as potencialidades das *barriadas* – e lições que estas ofereciam em termos das práticas sociais quotidianas e da espontaneidade construtiva –, bem como o inconformismo relativamente aos conceitos urbanos estabelecidos, que vai defender cada vez mais vigorosamente, foram, em grande parte, possibilitados pela sua tendência anarquista. Renunciando ao autoritarismo de decisores-políticos e arquitectos, o seu trabalho teórico e de assistência centrou-se na sublimação do habitante como actor participante e detentor de poder de decisão, parcial ou total. O arquitecto acreditava que a liberalização e responsabilização conduziriam ao desenvolvimento de dinâmicas produtivas e racionais que culminariam na ansiada transformação social e mesmo na superação da pobreza. Inspirado nas lições latino-americanas, menosprezava, por isso, a rigidez das

²¹⁶ C. Ward, in J. Hughes, S. Sadler, op.cit., p.44.

²¹⁷ Turner é reconhecido pela publicação em 1966 do documento *Uncontrolled Urban Settlements Problems and Policies*, apresentado no *Seminar on Urbanization* das Nações Unidas; pela colaboração com o Instituto Ivan Illich no México; pela direcção de uma avaliação das potencialidades da auto-construção nos Estados Unidos, a pedido do *U.S. Department of Urban Studies and Planning*. Leccionou ainda no *MIT*, em *Harvard*, na *Architectural Association School* e na *Development Planning Unit of the School of Environment Studies do University College* de Londres. Trabalhou como consultor em vários países na Europa, na Índia, no este de África, na Austrália e no Médio Oriente. Integrou ainda o *Centre for Alternatives in Urban Development* em Lower Shaw, Thamesdown, Wiltshire. Cf. J. Bandeirinha, op.cit., pp.46 ss., e J. Turner, op.cit., s.p.

²¹⁸ J. Bandeirinha, op.cit., p.47.

²¹⁹ Idem, pp.46 ss.

²²⁰ C. Ward, in J. Turner, op.cit., p.5.

habituais soluções arquitectónicas (cujo resultado era frequentemente o alheamento dos sentidos de transformação, pertença e apropriação) e celebrava, conseqüentemente, o carácter metamórfico das habitações evolutivas, mais apropriadas à aglomeração espontânea e à progressão social pretendida pelos habitantes. Com estas noções, não pretendia difundir a ideia de que o habitante deveria ser sempre o construtor da sua casa, mas sublinhar a importância de este possuir controlo sobre o processo, para que fossem mantidas as redes sociais e para que ele próprio fosse integrado nos sistemas vigentes de mercado e consumo.²²¹

Verificando a debilidade da comunicação entre arquitecto e cliente, Turner apelava ao reconhecimento da importância deste factor no desenvolvimento do processo, e alertava que a sua negação continuaria a prejudicar os usuários. Para si, a centralização dos serviços habitacionais implicava uma forte dependência burocrática e resultava maioritariamente em grandes desajustes entre as necessidades reais e as opções tomadas pelo poder burocrático.²²² O arquitecto tem consciência, porém, da impossibilidade de uma autonomia total destes serviços, uma vez que a produção habitacional tem necessariamente de estar ligada aos sistemas de fornecimento de recursos e infra-estruturas.²²³ Assumindo as pessoas como consumidores liberais e membros de uma sociedade moderna, o arquitecto considera válida a atribuição do poder de escolha ao habitante, em detrimento de quem constrói o seu habitat.²²⁴

Segundo Colin Ward, Turner faz parte de um grupo de pensadores urbanos que, operando em diversos campos disciplinares, retiraram do contexto dos países subdesenvolvidos um conjunto, de grande valor, de lições universais²²⁵ e fundamentais, com grande aplicabilidade também nos países ricos.²²⁶ O escritor extrai ainda, do seu pensamento, o que designa como as três leis da habitação de Turner: em primeiro lugar, o controlo e decisão, por parte do habitante, sobre o desenho e construção, são fundamentais²²⁷; paralelamente, no que diz respeito à habitação, o importante não é o que ela é, mas o que ela *faz* pela vida das pessoas, ou seja, a satisfação dos habitantes não reside necessariamente na qualidade da habitação; por último, as imperfeições e insuficiências da habitação são incomparavelmente mais sofríveis se tiverem origem no próprio habitante.²²⁸

²²¹ V. Leite, op.cit., p.95.

²²² Para Turner, mesmo a adaptação do poder central, *top-down*, ao sistema de decisões *bottom-up*, através de metodologias economicamente benéficas, com recursos a produções em série e padronizadas, poderia à mesma ter um resultado inadequado. Cf. Idem, *Ibidem*.

²²³ J. Turner, et al., in J. Turner, R. Fichter, op.cit., p.32.

²²⁴ C. Ward, in J. Turner, op.cit., p.4.

²²⁵ Nos Estados Unidos (bem como Inglaterra), após a sua saída do Peru, Turner constatou que a sua postura ideológica relativamente à habitação nas cidades em explosão do Terceiro Mundo era também aplicável nas nações mundiais mais ricas. Cf. C. Ward, in Idem, p.5.

²²⁶ C. Ward, in Idem, p.4.

²²⁷ “When dwellers control the major decisions and are free to make their own contribution to the design, construction or management of their housing, both the process and the environment produced stimulate individual and social well-being. When people have no control over, nor responsibility for key decisions in the housing process, on the other hand, dwelling environments may instead become a barrier to personal fulfillment and a burden on the economy”. Cf. C. Ward, in Idem, p.6.

²²⁸ C. Ward, in Idem, pp.5 ss.

Como consultores para variadas agências internacionais, John Turner e Patrick Crooke realizaram vários relatórios acerca de estratégias habitacionais para alguns países em desenvolvimento. Nesses relatórios, incitam os governos a centrarem-se na facilitação do acesso aos recursos, por parte das pessoas, e não na realização de projectos habitacionais de grande escala.²²⁹

PREVI LIMA

Em 1965, Peter Land²³⁰ foi convidado pelo governo do Peru e pelas Nações Unidas para trabalhar como consultor, em Lima, no âmbito dos programas de habitação social e planeamento. A conjuntura política peruana, progressista e sensível à questão da habitação, conformou um contexto propício a que Land (motivado pelo contacto directo com a situação habitacional e urbanística) pudesse propor ao governo peruano um programa inovador. O *PREVI*²³¹ foi concebido e posto em curso em 1966, sob o governo democraticamente eleito de Fernando Belaúnde. Em Outubro de 1968 deu-se, porém, um golpe de estado militar. As novas autoridades do governo e do *Banco de la Vivienda* do Peru deram, contudo, continuidade ao projecto²³² que, apesar de ter sofrido alguns ajustes, manteve as características essenciais até à sua finalização, em 1973.²³³

Inicialmente, o programa compreendia três projectos-piloto: o PP1, que previa a construção de um bairro com casas de baixo custo, o PP2, que constituiria um estudo para a renovação de uma área deteriorada da cidade e o PP3, que consistia no planeamento de um bairro autoconstruído, implantado na periferia de Lima, para a classe urbana mais pobre. Na sequência do terramoto de 1970, foi ainda adicionado um PP4, direccionado para a reconstrução e questões de resistência sísmica.²³⁴ O *PREVI* propunha desenvolver-se em torno de alguns conceitos fundamentais que incluíam a racionalização, a modulação, a definição tipológica, o crescimento progressivo, a flexibilidade e a função.²³⁵

O Projecto-Piloto 1 foi o que alcançou maior reconhecimento e envolvimento, em consequência da realização, em 1969, de dois concursos, um internacional e um nacional, cujo objectivo era apurar propostas para o desenho e construção do bairro.²³⁶ Para o concurso internacional,

²²⁹ Porém, enquanto as agências internacionais, na sua maioria, aceitavam este conselho, os governos rejeitavam-no, fundamentando que o que fosse alcançado pelos próprios pobres nunca poderia ser correcto ou adequado. Cf. C. Ward, in *Idem*, pp.7 ss.

²³⁰ Arquitecto e professor de origem britânica na *Architectural Association School* de Londres.

²³¹ *PREVI - Proyecto Experimental de Vivienda*.

²³² O governo, a ONU e o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PDNU) assinaram o Plano de Operações em 1968. No acordo estipulava-se que o governo peruano proporcionaria os fundos para a construção, o local de construção e o pessoal local, e a ONU com o PDNU tratariam dos custos do apoio técnico, o pessoal internacional e os custos do concurso internacional. O acordo nomeava Peter Land director do projecto para a ONU. Em 1971, a ONU passou o projecto para as mãos do governo peruano, mantendo Land como consultor chefe. Cf. F. García-Huidobro, et al. (2008), p.10 ss.

²³³ *Idem*, *Ibidem*.

²³⁴ *Idem*, pp.11 ss.

²³⁵ AA. VV., "Learning from Favelas" (2010), pp.87-91.

²³⁶ Os estudos foram realizados em colaboração com o departamento técnico do *Banco de la Vivienda* para estabelecer os parâmetros físicos, económicos e espaciais das habitações e do bairro. Estes foram sumariados no relatório técnico para os arquitectos, preparado por Peter Land. Cf. F. García-Huidobro, et al., op.cit., p.13.

Land preparou uma lista²³⁷ de treze arquitectos qualificados e reconhecidos no âmbito do problema da habitação social urbana, ao passo que a selecção dos treze arquitectos peruanos foi feita por concurso aberto. Segundo os termos dos concursos, cada arquitecto teria de elaborar uma proposta urbana esquemática, com aproximadamente 1500 habitações, que indicasse os núcleos habitacionais e a localização dos equipamentos educativos, sociais e comerciais, bem como o projecto habitacional, os sistemas construtivos, as áreas de superfície e os custos estimados. Os projectos das casas teriam de permitir, arquitectónica e estruturalmente, um crescimento faseado, que evoluiria desde uma unidade básica, térrea, até uma habitação ampliada de dois ou três pisos.²³⁸ O concurso exigia ainda que cada um dos participantes nacionais e internacionais colaborasse com um engenheiro de estruturas, de modo a garantir, desde cedo, a congruência entre o projecto, a construção e a engenharia.²³⁹

Em 1969, foi reunido um júri internacional para examinar todos os projectos apresentados, cuja qualidade foi considerada excepcional. Embora tenham sido seleccionados, como previsto no regulamento, três vencedores em cada sector do concurso, foi recomendada (à vista da alta qualidade dos resultados) e aprovada a construção de um pequeno grupo de cada um dos projectos.²⁴⁰ Em vez das 1500 habitações previstas, que deveriam ser executadas pelas seis equipas vencedoras do concurso, decidiu-se no entanto limitar o número total de habitações (por motivos económicos em consequência da ampliação do número de projectos).²⁴¹ Construiu-se assim um “bairro- modelo”²⁴², com apenas 500 unidades²⁴³, que reunia os 26 núcleos correspondentes aos 26 projectos dos concursos²⁴⁴, com 20 unidades cada.²⁴⁵

Desenhado por Peter Land em colaboração com o grupo de desenvolvimento das Nações

²³⁷ A lista foi elaborada seguindo critérios de representação geográfica e económica, experiência, talento e fundos disponíveis. Cf. Idem, p.12 ss. Entre os arquitectos convidados estavam: Aldo Van Eyck, Christopher Alexander, Alexis Josic, James Sterling, Charles Correa, entre outros. Cf. V. Leite, op.cit., p.101.

²³⁸ Eram também pedidos exemplos, em cada núcleo habitacional, das unidades básicas e das expandidas de modo a que o modelo pudesse oferecer um guia de projecto e construção para possíveis ampliações. Cf. F. García-Huidobro, et al., op.cit., p.14.

²³⁹ Idem, *Ibidem*.

²⁴⁰ Idem, p.15.

²⁴¹ Idem, p.153.

²⁴² Foi elaborado um segundo contrato com cada um dos 26 arquitectos para o desenvolvimento do projecto. Este exigia que cada projecto incluísse a casa definitiva e o plano para cerca de 20 unidades, o projecto de execução e o custo estimado; tudo isto deveria ser executado em cooperação com a oficina do *PREVI* e em coordenação com o plano geral do bairro. Após a entrega dos planos, a oficina do *PREVI* fez alguns ajustes e preparou o contrato. Para a execução, criou-se um grupo de desenvolvimento, com pessoal peruano e internacional, e contratou-se, para apoio técnico, profissionais de campos especializados. Cf. Idem, p.15.

²⁴³ O *PREVI* previa um desenvolvimento em duas fases. A primeira era a construção das 500 unidades habitacionais. Após a sua conclusão, pressupõe-se examinar e avaliar detalhadamente todas as tipologias, ideias de núcleo e sistemas construtivos. As casas com uma avaliação favorável seriam, com os ajustes necessários, repetidas em grande número, segundo o plano geral, conformando a comunidade de 1500 casas originalmente prevista. O governo não levou a cabo esta fase, tendo sido mais tarde construído um projecto de autoconstrução ou de *site and services*, organizado e executado pelo *Ministerio da Vivienda*, que não tem qualquer ligação ou semelhança com o PP1 ou mesmo com os restantes projectos do *PREVI*. Cf. Idem, pp.23 ss.

²⁴⁴ Dois dos 26 projectos do concurso não se construíram, um do sector internacional (da Alemanha) e outro projecto peruano. Cf. Idem, p.23.

²⁴⁵ V. Leite, op.cit., p.103.

Unidas, o projecto urbano procurava reunir coerentemente os vários núcleos e alguns equipamentos (escola, creche, lojas e escritórios para a administração do bairro, um centro médico e um centro cívico). Seguindo os princípios de ocupação defendidos por Turner, as casas respondiam a critérios de flexibilidade evolutiva, que assegurariam o controlo dos recursos e custos e a adequação às tipologias peruanas e à actividade sísmica frequente. O plano reflectia ainda a importância dada ao desenvolvimento de um conjunto de cerca baixa e alta densidade e à escala humana, conferida pela hierarquia de vias pedonais e de trânsito²⁴⁶, pelas praças e dimensões das casas, originando assim uma ordem baseada numa entidade urbana (a praça do bairro) e numa entidade social (a comunidade auto-organizada). De acordo com a sua dimensão, pretendia-se que cada praça servisse 6 a 16 casas (actualmente 10 a 30), numa proporção que promovia a apropriação colectiva, bem como o cuidado e manutenção do espaço público. O sistema de corredores pedestres e praças representava uma dimensão intermédia para a densidade do bairro, conferida pela segregação do trânsito automóvel; as pequenas praças constituíam, assim, pequenos oásis num bairro que triplicou a sua altura.²⁴⁷ O plano consolidou o quadro espacial e físico no qual se desenvolve a comunidade, estabelecendo as fundações para o desenvolvimento de uma interacção dinâmica entre os diversos elementos do bairro.²⁴⁸

O *PREVI* procurava incorporar os debates recentes no campo da arquitectura e habitação, constituindo uma contraproposta aos paradigmas modernos da habitação multifamiliar de alta densidade. Divergindo dos projectos institucionais de habitação em massa (herdeiros do pensamento pós-guerra europeu), procurou fazer um uso mais eficiente dos recursos, responder a diferentes utilizadores e gerar bairros heterogéneos. A construção de uma tal variedade de tipologias levou a uma disposição irregular, cheia de situações urbanas variadas que, conformando uma cidade terminada pelos habitantes ao nível do programa e da construção, dotam o bairro de uma maior complexidade funcional.²⁴⁹

O bairro *PREVI* foi implantado no extremo norte da zona metropolitana de Lima em rápido crescimento, localização que permitia o acesso da comunidade a rotas de transporte público e oportunidades de trabalho. Actualmente, toda a área em redor está construída, sendo que o bairro é hoje uma comunidade efervescente e um lugar atractivo para se viver. As habitações originais cresceram,

²⁴⁶ A circulação principal de trânsito automóvel realizava-se no perímetro do bairro, enquanto as ruas secundárias, perpendiculares ao perímetro, penetravam no tecido do bairro. Uma alameda pedonal no meio do bairro conecta-o com a auto-estrada pan-americana e com as principais paragens de autocarro. Toda a área é atravessada por uma rede de ruas pedonais, que definem os 26 núcleos de diferentes tipos de casas e criam praças nas intersecções. A variação da escala das ruas e a diferente configuração de cada praça e de cada núcleo facilitam a orientação e conferem uma identidade no bairro. Cf. F. García-Huidobro, et al., op.cit., p.16.

²⁴⁷ AA. VV., "Learning from Favelas" (2010), pp.87-91.

²⁴⁸ F. García-Huidobro, et al., op.cit., pp.16 ss.

²⁴⁹ Idem, Ibidem.

os núcleos sofreram ajustes, abriram-se pequenas lojas e foram colocados em funcionamento outros serviços, tal como se pretendia e se antecipou nas condicionantes do concurso e do plano geral. Todos estes pequenos acontecimentos, que contribuíram para o desenvolvimento positivo e o aumento do valor do bairro, devem-se, em parte, ao cuidado colocado no planeamento do bairro, que estimulou a comunidade e a sua evolução.²⁵⁰

Não obstante, Land aponta algumas falhas no seu desenvolvimento. O arquitecto afirma que, no processo de expansão e crescimento, as casas e o bairro sofreram alguma deterioração meio-ambiental (evidenciada na sobrelotação ou em práticas construtivas pouco seguras) e perderam as características que identificavam os projectos de arquitectura. Na sua opinião, esta perda de identidade é lamentável, uma vez que representa a deterioração de valores espaciais das casas e do bairro e o desaparecimento de um exemplo importante, no qual arquitectos de renome concentraram os seus recursos num bairro que foi efectivamente construído. O antigo director aponta ainda que não se explicou aos donos das casas o desenho arquitectónico nem o valor especial das suas propriedades, o que teria contribuído para um melhor uso das metodologias e para um desenvolvimento mais positivo. Assim, apesar do *PREVI* ser uma prova dos benefícios de uma abordagem mais aberta, Land salienta a importância que a assistência técnica tem sobre o processo de autoconstrução, a nível da qualidade ambiental e, especialmente, da integridade estrutural. Esta é a razão porque o desenho estrutural deve considerar as tradições construtivas locais²⁵¹ e, para além disso, prever o cenário final mais ambicioso. A existência de um gabinete técnico de apoio às ampliações poderia ter contribuído também para a reutilização de recursos, como moldes de cofragens e outros materiais técnicos, bem como para o controlo da expansão urbana especulativa.²⁵²

Jacques Crousse, um dos arquitectos peruanos seleccionados, partilha da opinião de Land a propósito da inexistência de assistência técnica e acrescenta ainda que o valor inovador do *PREVI* se perdeu no momento em que se decidiu integrar as vinte e seis propostas, pois implicou a redução do número de casas e da sua dimensão, para além de que a variedade de propostas impedia a definição de um processo *standard*²⁵³ que pudesse ser verdadeiramente avaliado, desenvolvido e industrializado.²⁵⁴

²⁵⁰ *Idem*, p.22.

²⁵¹ No local foi construído um escritório para alojar as operações do *PREVI*, no qual se levaria a cabo o trabalho de desenvolvimento e avaliação de alguns sistemas construtivos, numa cooperação entre os arquitectos, os engenheiros e os diferentes construtores. A nível construtivo, o plano não pretendia importar sistemas novos e dispendiosos, uma vez que exigiriam um grande investimento de capital e tenderiam a substituir o trabalho manual pelo mecanizado. Com efeito, os métodos construtivos foram avaliados em termos da praticabilidade, economia e adequação aos recursos locais. Neste quadro contextual surgiram várias propostas inovadoras. Cf. *Idem*, pp.16 ss.

²⁵² A falta da assistência técnica durante o processo de autoconstrução, permitiu que a expansão urbana especulativa pressionasse os moradores a vender as casas que lhes tinham sido atribuídas, transformando gradualmente o bairro numa área urbana de classe-média. Cf. *Idem*, p.105.

²⁵³ John Turner também partilha desta opinião, mas considera que o carácter *standard* inicial da habitação evolutiva muito provavelmente não seguiria um desenvolvimento normal, pois seria naturalmente influenciado pela espontaneidade e aplicação de recursos existentes.

²⁵⁴ V. Leite, *op.cit.*, p.105.

O arquitecto chileno Rodrigo Perez de Arce afirma, por sua vez, que a crença dos gestores e arquitectos na concretização do desenvolvimento previsto do processo era excessiva face ao seu inerente carácter imprevisível. Embora tenha perdido algumas qualidades formais, Arce acredita que o bairro se tornou numa área urbana consolidada e o projecto não se ficou pelo desenho do arquitecto, desenvolvendo-se sob o controlo dos seus habitantes. *“Olvidado el concurso y con los arquitectos de vuelta hace tiempo a sus despachos e lugares de residencia, un proceso lento, persistente y extraordinario va marcando el paso del barrio original hacia otro más denso, complejo y diverso, más inesperado pero, a su vez, más integrado en una ciudad que entre tanto lo ha absorbido. Las instancias de este proceso son demasiadas para poder quedar consignadas en dibujos o datos precisos: una obra coral fenomenal cuya partitura nunca cesará de escribirse.”*²⁵⁵

Todos estes acontecimentos contribuíram para moldar aquela que é uma das principais referências para o estudo da autoconstrução e do espaço urbano informal e para confirmar a teoria de Turner acerca das potencialidades e lições oferecidas pelas *barriadas* e autoconstrução. Apesar do carácter específico deste projecto experimental peruano e da sua baixa probabilidade de repetição, perante o elevado grau de procura habitacional no Terceiro Mundo, é possível tirar lições do *PREVI*. Em primeiro lugar, é necessário superar a ideia da habitação como uma mera solução para as condições precárias de habitabilidade. A experiência prova que os projectos desenvolvidos sob a urgência razoável que esta premissa supõe, produzem um empobrecimento das famílias, a sua alienação do bairro e uma deterioração da habitação – que é desvalorizada, ao contrário do que se esperaria que acontecesse, segundo a lógica imobiliária. Em segundo lugar, é importante que o desenvolvimento e a avaliação dos novos projectos incorpore atributos que possam permitir que o ciclo de deterioração seja substituído por um que privilegie simultaneamente a localização dentro da cidade (perto das oportunidades de emprego e equipamentos), a área final da casa (*vs.* a área inicial), a economia e facilidade de expansão, a flexibilidade para introduzir novos usos e a constituição de bairros e comunidades.²⁵⁶

Passadas mais de três décadas da sua conclusão, o bairro *PREVI* é uma peça consolidada da cidade, com casas transformadas em escolas e infantários, dezenas de negócios e um sistema de rendas único, formando um quarteirão muito activo de grande qualidade urbana. Este desenvolvimento favorável surgiu maioritariamente graças a um ambiente urbano variado mas coerente.²⁵⁷

²⁵⁵ R. Arce, in F. Garcia-Huidobro et al., *op.cit.*, p.27.

²⁵⁶ Os autores de *El Tiempo Construye!* resumem as lições aprendidas com o *PREVI* num objectivo e duas ideias. O objectivo é transformar as despesas sociais com a habitação em investimento social. Consequentemente, um projecto de habitação deverá ir ao encontro de três condições: satisfazer as necessidades reais, capitalizar os sectores de baixo rendimento e reduzir as exigências sociais futuras ou colaterais, graças ao acesso à oportunidade que a capitalização assegura. Por sua vez, há duas ideias que podem ser usadas como guias neste processo: o artefacto casa-rendimento e o desenho urbano comunitário. Cada uma destas ideias aponta no sentido da valorização da casa e do bairro, o que permitirá garantir a sustentabilidade social e económica de um número cada vez maior de sectores urbanos. Cf. *Idem*, p.157.

²⁵⁷ AA. VV., “Learning from Favelas” (2010), pp.87-91.

CARLOS NELSON FERREIRA DOS SANTOS

Carlos Nelson Ferreira dos Santos, arquitecto formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1966, iniciou o seu trabalho em operações de reabilitação de favelas em 1965.²⁵⁸ O seu percurso profissional conduziu-o diversas vezes a Portugal, tendo sido convidado a apresentar algumas das suas experiências no Laboratório Nacional de Engenharia Civil em Janeiro de 1972, enquanto arquitecto consultor da Federação das Associações de Favelados do Estado de Guanabara (FAFEG) e executor de planos de infra-estruturação de favelas para a Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (CODESCO).²⁵⁹

Um dos seus trabalhos com mais destaque é a operação realizada na favela de Brás de Pina, no Rio de Janeiro, que, em contraste com a implantação, em morros, das favelas da zona sul da cidade, se situava (como a maioria das favelas localizadas na zona norte) num terreno plano e pantanoso. Este assentamento teve uma grande exposição mediática, que se iniciou com a decisão – tomada pelo governador autoritário do estado de Guanabara, Carlos Lacerda, como forma de afirmação política – de eliminar cinco favelas cariocas. A selecção de Brás de Pina, especificamente, foi fundamentada pela potencialidade da sua valorização fundiária, industrial ou habitacional, sendo os habitantes despejados obrigados a mudar-se para fogos construídos em áreas ainda mais periféricas.²⁶⁰ O espírito de entreaajuda que os habitantes demonstravam para superar as dificuldades topográficas do seu assentamento despertou a sua união em torno da Associação de Moradores e do grupo local de padres e a resistência face a esta decisão. Esta união de forças foi determinante para o futuro da favela e para o insucesso da operação governamental, que apenas conseguiria expulsar um terço dos moradores.²⁶¹

A luta e força comunitária propiciaram a urbanização da favela e levaram a FAFEG a recorrer a consultores, entre os quais Carlos Ferreira dos Santos. Ansiosos por testar as teorias académicas no terreno das práticas sociais, estes arquitectos consultores iniciaram um trabalho de análise, o “diagnóstico”. O assentamento possuía vários problemas: as construções eram maioritariamente de madeira e de carácter provisório, o terreno central do espaço era pantanoso (agravando as condições de insalubridade), não existiam infra-estruturas e a densidade era considerada desadequada para um aglomerado maioritariamente de piso térreo. O regime de propriedade era menos problemático, dado o número reduzido de habitações arrendadas. As operações dos arquitectos prosseguiram com a elaboração de um plano de infra-estruturação viária, de saneamento e de abastecimento, que decorreu em simultâneo com o aterro do pântano, coordenado pelos arquitectos e pela associação, e dependendo da colaboração de todos – o que, de certo modo, reavivava o clima já existente de

²⁵⁸ O primeiro contacto com as favelas do Rio de Janeiro ocorre em 1964, enquanto membro de um grupo de estudantes de esquerda que oferecem apoio e consultoria à FAFEG. Cf. J. Bandeirinha, *op.cit.*, p.48.

²⁵⁹ *Idem*, *Ibidem*.

²⁶⁰ *Idem*, *Ibidem*.

²⁶¹ *Idem*, p.49.

entreada. Este processo procurava ainda a legalização e integração da favela na cidade.²⁶² O trabalho directo e diário com a população foi propiciado pela implantação de um escritório local; inicialmente, ocorreram alguns desacordos que, na opinião do arquitecto, foram o resultado de um desfasamento entre um pensamento ainda académico e a realidade da favela. A relação foi evoluindo, porém, para uma situação de respeito mútuo entre os técnicos e a população.²⁶³

A luta, prolongada, veria ainda a entrada em cena de um novo governador, de novas premissas políticas e novas entidades. O governo de Negrão de Lima criou o GT 3881²⁶⁴, centrado na reabilitação de um grupo de favelas no qual se integrava Brás de Pina. Este grupo de trabalho realizou um novo conjunto de levantamentos, pesquisas e diagnósticos que, mais do que o reconhecimento das favelas, procurava uma legitimação política; a demora do processo conduziu, no entanto, ao cansaço e desistência de muitos habitantes, debilitando o trabalho. Entretanto, a CODESCO entra no processo assumindo funções executivas, de coordenação e de enquadramento jurídico-financeiro dos empréstimos à construção, e passando a deter o poder nas relações com os moradores. Carlos Nelson dos Santos - integrado então na Quadra Arquitectos Associados, Ltda – foi entretanto contratado para dar continuidade ao processo, na qualidade de consultor e executor dos planos urbanos. Em consequência da complexificação das relações entre moradores, associação, CODESCO e padre, as operações do grupo de arquitectos²⁶⁵ complicaram-se.²⁶⁶

Procurando uma resposta adequada, os arquitectos convidaram os moradores a elaborar propostas para a planta das suas novas casas, as quais foram, posteriormente, sistematizadas em diversos modelos tipológicos. Houve também a preocupação de adaptar os modelos e a assistência de obra de modo a garantir a adequação entre o plano urbanístico e o habitacional.²⁶⁷ O acompanhamento à população passou a ser individual, o que conduziu a um desvanecimento da coesão inicial e à consequente diminuição do papel da Associação de Moradores.²⁶⁸

Os arquitectos decidiram estruturar a área por meio de habitações unifamiliares em banda, apesar da exiguidade do lote, devido à relutância da população em aceitar o ordenamento por meio de habitações em sobreposição vertical que, não causando um forte aumento de densidade, manteria um nível apropriado de interacção social e garantiria uma dimensão de fogo consideravelmente maior.²⁶⁹

²⁶² Idem, *Ibidem*.

²⁶³ V. Leite, *op.cit.*, p.113.

²⁶⁴ O GT 3881 era um grupo de trabalho que, entre outras coisas, deveria elaborar o programa de planeamento e habitação do estado de Guanabara.

²⁶⁵ Que entretanto estava reduzido a três profissionais, o próprio Carlos dos Santos, Sueli de Azevedo e Sylvia Wanderley.

²⁶⁶ J. Bandeirinha, *op.cit.*, p.50.

²⁶⁷ Idem, *Ibidem*.

²⁶⁸ Recorrendo a Castells, Nelson dos Santos explica este fenómeno como uma consequência normal do processo de integração social da favela, que implica necessariamente o alcance de um estatuto, que apenas estaria completo com a absorção dos símbolos urbanos capitalistas. Este fenómeno era comum na cidade, sendo improvável que nesta favela surgisse um novo modelo urbano. Cf. V. Leite, *op.cit.*, pp.115 ss.

²⁶⁹ Mesmo após os arquitectos terem insistido com a CODESCO, os moradores não aceitaram, uma vez que, apesar da dimensão pequena do lote, de 120 m², este seria entregue à família que o ocupasse. Para Carlos Nelson dos Santos, esta situação

O projecto começou a ser construído em 1969, assumindo-se como uma adaptação à complexidade formal da favela e às suas necessidades.²⁷⁰ A operação começou pela definição dos pequenos quarteirões e dos minúsculos lotes – com apenas 6,5 metros de frente e 120m² de área – e prosseguiu com a implantação das infra-estruturas, a começar pelas áreas desocupadas pelos habitantes que haviam abandonado a luta. Em termos de estruturação viária, optou-se pela trasladação, para lotes já infra-estruturados, de alguns “barracos” que impediam o traçado, em vez de se os demolir. Após a reimplantação dos ditos “barracos”, começou a construção em alvenaria das novas habitações, com a coordenação das possibilidades de endividamento dos moradores e a abertura de linhas de crédito sob a responsabilidade da CODESCO.²⁷¹

Carlos Nelson dos Santos defendia que a assistência técnica deveria ter um papel de suporte e aconselhamento sobre a obra, não devendo criar inibições ou proibições. O papel dos arquitectos era de aconselhamento, quando solicitado. Segundo Bandeirinha, a actuação de Turner e de Carlos Nelson dos Santos encontrava aqui uma certa divergência. Enquanto Turner defendia a total liberdade dos moradores na construção da sua casa afirmando uma certa demissão da função do arquitecto, que não poderia introduzir vantagens técnicas ou arquitectónicas durante o processo construtivo, Carlos dos Santos afirmava a necessidade do papel dos profissionais, no que toca ao acompanhamento do processo e à sugestão de benefícios racionais que não suponham uma imposição de soluções ou rigidez normativa, de carácter funcional ou estético. O objectivo principal da intervenção técnica na favela de Brás de Pina era a infra-estruturação urbana, sendo o aconselhamento a nível do desenho e construção das habitações um direito ao qual os residentes recorriam livremente.²⁷²

Actualmente, Brás de Pina integra-se na cidade, tendo ganho um carácter quase indistinto dos bairros de classe média que o rodeiam. O seu processo de urbanização, porém, sofreu várias complicações, sendo uma delas a não resolução do estatuto do solo. Em parte, isto deveu-se ao contínuo adiamento da atribuição da propriedade aos moradores, por parte da CODESCO. Por outro lado, ao serem integrados no sistema formal de utilização do espaço, ou seja, vendo ser-lhes exigido o pagamento de impostos, de taxas de consumo básico como água, energia, saneamento, entre outras questões de índole burocrática, a maioria dos moradores optou pela venda dos seus direitos sobre a propriedade, mudando-se para outras favelas. Dado o elevado número de moradores que optou pela venda, a legitimidade da operação realizada viria, por isso, a ser questionada.²⁷³

Entretanto, a CODESCO, que se tinha auto-instituído como entidade oficial do bairro,

impediu que se realizasse em Brás de Pina a primeira experiência de urbanização de carácter social do Rio de Janeiro. Cf. J. Bandeirinha, *op.cit.*, p.50.

²⁷⁰ V. Leite, *op.cit.*, p.115.

²⁷¹ A empresa aconselhava a autoconstrução como forma de poupança, mas o financiamento era dado ao morador, que comprava os materiais e geria o pagamento dos operários. Em alguns casos, mantendo o morador como fiscal da obra, a CODESCO procurou financiar a mão-de-obra e os materiais de construção. Cf. J. Bandeirinha, *op.cit.*, p.50.

²⁷² *Idem*, p.51.

²⁷³ *Idem*, p.51.

passando as suas funções a ter um carácter estatal, burocrático e controlador, procuraria proibir a construção com fins especulativos. Foram, porém, construídas lojas, garagens e quartos para arrendar, tendo os edifícios começado a crescer em altura e ganhando, em cada novo piso, maior dimensão.²⁷⁴ Em apenas dois anos, a favela estava completamente alterada, afirmando-se então como um bairro totalmente integrado a nível social e urbano.

A partir do final da década de 1960, Carlos dos Santos começou a sentir as limitações do seu papel enquanto arquitecto e urbanista, desviando gradualmente o seu olhar para as especificidades sociais e individuais dos habitantes dos espaços, uniformemente designados de favelas, no Rio de Janeiro. *“Fui descobrindo que havia muitos mundos dentro do que, simplisticamente, eu designava por um só nome.”*²⁷⁵

O arquitecto mantinha uma postura de desconfiança perante a capacidade de actuação das ciências sociais no “mundo real”²⁷⁶, mas acabaria, em 1974, por se render a essa transformação, pois reconhecia a incapacidade da disciplina da Arquitectura em prover os meios necessários que lhe permitiriam ultrapassar todos os obstáculos, ou seja, os mecanismos adequados de pensamento, os métodos e a sistematização da crítica e da análise. Este momento marcou, por isso, o conflito com a sua prática de arquitecto e urbanista.²⁷⁷ Tendo defendido, em 1979, uma dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e assumindo o seu papel de antropólogo, Carlos Nelson dos Santos nunca desistiu dos meios de pensar e actuar sobre o espaço, especialmente o urbano, que a sua especialização em arquitectura lhe garantia, empregando-os na sua nova condição disciplinar.²⁷⁸ Na sua dissertação em Antropologia, desenvolve uma reflexão em torno de três das suas intervenções enquanto arquitecto: em Brás de Pina, em Catumbi e no Morro Azul.²⁷⁹ Parte, assim, em busca dos movimentos sociais urbanos do Rio de Janeiro²⁸⁰, apoiando-se nos trabalhos de teóricos como Manuel Castells e Jordi Borja. A sua procura enveredaria por uma via pragmática de entendimento da realidade das formas de apropriação humana, criticando a atitude radical dos técnicos urbanistas e questionando as ideologias de Henri Lefebvre face ao direito à cidade.²⁸¹

A sua passagem para o âmbito das ciências sociais permitiu-lhe compreender que estas não assegurariam grandes avanços nas questões com que a sociedade se deparava. A sua natureza de satisfação das exigências colectivas permitia, em certa medida, um reconhecimento inicial dos problemas sociais mas, à medida que as necessidades imediatas vão sendo satisfeitas, a energia

²⁷⁴ Idem, *Ibidem*.

²⁷⁵ Cf. C. Santos, in Idem, p.52.

²⁷⁶ V. Leite, *op.cit.*, p.119.

²⁷⁷ J. Bandeirinha, *op.cit.*, p.52.

²⁷⁸ Idem, *Ibidem*.

²⁷⁹ Idem, *Ibidem*.

²⁸⁰ Por movimentos sociais urbanos, Nelson dos Santos entende a permanência de fenómenos culturais e suas formações e contornos sociais, frente à apropriação dos processos capitalistas.

²⁸¹ V. Leite, *op.cit.*, p.119.

despertada por essa consciencialização perde-se e desvanece. Paralelamente, Carlos dos Santos afirma que a crise não era urbana, mas do próprio sistema capitalista e da forma de apropriação da cidade – o que desvalorizava qualquer esforço feito em determinado bairro ou cidade –, motivo que contribuiu fortemente para a sua demissão enquanto arquitecto e urbanista.²⁸²

Procurando um campo de actuação mais próximo das necessidades e aspirações das populações, o projecto SAAL constituiu um exemplo da aplicação prática, em Portugal, dos princípios enunciados nestes esforços por divulgar as práticas populares espontâneas do Terceiro Mundo. Entre o grupo de autores referidos, a postura ideológica de John Turner foi provavelmente a mais consequente na definição e desenvolvimento deste caso português.

O PROCESSO SAAL

O ambiente conjuntural português quase despolitizado da década de 1950 não impediu a difusão do debate arquitectónico internacional. Com efeito, a experiência portuguesa de crítica ao Movimento Moderno e de afirmação da importância da participação dos habitantes começou a ganhar forma a meados dessa década.²⁸³

O contexto sociopolítico português do final da década seguinte ficou marcado pela intensidade da luta antifascista²⁸⁴ que, após 48 anos de regime autoritário, culminou no estabelecimento de um sistema democrático. A desilusão provocada pelas reformas da Primavera Marcelista²⁸⁵, a promulgação da contestada guerra colonial e a crise académica de 1969²⁸⁶, motivaram uma conjuntura que atingiu o seu auge, em 1974, com a Revolução de Abril.²⁸⁷ A par dos desejos de igualdade e de melhores

²⁸² J. Bandeirinha, op.cit., p.53.

²⁸³ Deste período inicial destaca-se o “Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa” que, impulsionado pelo arquitecto Francisco Keil do Amaral, confirmou a reacção à censura e propaganda do Português Suave, o estilo do Estado Novo, e ao radical Internacionalismo Crítico. Esta nova postura evidenciou-se por todo o país. No Porto, destacam-se os arquitectos Fernando Távora e Octávio Lixa Filgueiras, que assistiram de perto à reforma protagonizada pelo *Team X*. Em Lisboa, salienta-se o “atelier da Rua da Alegria”, onde figurava Nuno Teotónio Pereira, o arquitecto português com maior relevância na crítica social daquele tempo. Por meio de intervenções críticas, Nuno Teotónio Pereira reivindicou uma nova postura arquitectónica, novas políticas de solos, a participação dos utentes e uma “habitação para o maior número”. Procurava, através de uma actuação menos paternalista e autoritária, uma maior qualidade habitacional e um planeamento mais estimulante que propiciasse um crescimento urbano dinâmico. Cf. V. Leite, op.cit., pp.81 ss.

²⁸⁴ “A partir de 1970 (...) surgem vários grupos maoístas e marxistas-leninistas. Dotados, alguns deles, de grande militância, exercem uma intensa e ousada agitação, ganhando visivelmente terreno ao Partido Comunista Português (quase destruído nas vésperas do 25 de Abril) não só nas universidades, mas mesmo em certas franjas do activismo operário nos grandes centros.” Cf. F. Rosas, in Idem, p.83.

²⁸⁵ Desde 1968, Portugal vivia sob o novo regime de Marcello Caetano que, apesar de prometer reformas no regime criado por António Salazar, acabou por prolongar as políticas deste governo.

²⁸⁶ Coimbra foi então palco de um confronto entre estudantes e a ditadura que, conhecido como a crise académica de 1969, constituiu um grito de revolta dos estudantes oprimidos pelo poder.

²⁸⁷ V. Leite, op.cit., pp.83 ss.

condições no emprego, na saúde, na educação e na habitação, emerge a vontade de participação na vida política do país. Para além disso, a crença na democracia, como sistema que assegurava a expressão a todos os habitantes, desencadeou uma intensa manifestação popular.²⁸⁸

No momento do Golpe Militar de 25 de Abril de 1974, a situação habitacional portuguesa era preocupante: um quarto da população em território continental estava alojada em habitações instáveis, insalubres, degradadas e superlotadas, sem quaisquer condições de habitabilidade. Nas áreas urbanas era evidente o agravamento da situação habitacional, com o crescimento das implantações precárias e clandestinas: bairros de lata, de barracas e de construções de fraca qualidade, a maioria sem abastecimento de água, luz eléctrica, saneamento e/ou instalações sanitárias.²⁸⁹ Com a intensificação da nova atitude revolucionária, esta forte escassez habitacional foi o mote para intensas reivindicações populares, das quais se destacam, especialmente em Lisboa, a ocupação dos bairros de promoção pública ou semi-pública ainda desocupados, e as manifestações intensas nos bairros sociais do Porto.²⁹⁰

*“Este era o modo como a situação tinha evoluído quando tomou posse o primeiro governo provisório, a 15 de Maio de 1974. O novo Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, Nuno Portas, tinha nas mãos um problema delicado, a enfrentar com firmeza política, mas também, e sobretudo, com o profundo conhecimento que tinha da realidade da situação.”*²⁹¹

As populações rapidamente se aperceberam da relevância da cooperação e solidariedade enquanto instrumentos para o dinamismo e operacionalidade dos movimentos democráticos. Com efeito, os grupos das áreas residenciais degradadas e sem condições de habitabilidade reuniram-se em associações de moradores, com representantes próprios eleitos. Estas associações demonstravam uma forte capacidade de mobilização e uma exigência clara no sentido de acesso a uma habitação condigna.²⁹²

As condições específicas do país, nesse período - o espírito e processo revolucionário, a mobilização dos moradores, o seu desejo em integrar os processos de decisão, etc. -, evidenciam um contexto propício ao desenvolvimento de um processo participativo. A autoconstrução assistida por técnicos permitia a participação activa dos moradores e assegurava o fundamental sentido de apropriação e de pertença. O desenvolvimento deste processo exigia uma estrutura organizativa, aberta, capaz de modificar a administração burocrática e tecnocrática ainda ligada ao regime ditatorial. Ao nível dos processos de decisão, pretendia-se integrar os moradores nas discussões que os afectavam directamente, bem como descentralizar as estruturas e aproximá-las das bases populares.²⁹³

²⁸⁸ P. Mosca (2003), s.p.

²⁸⁹ J. Bandeirinha, op.cit. p.68.

²⁹⁰ P. Mosca, op.cit., s.p.

²⁹¹ J. Bandeirinha, op.cit., p.111.

²⁹² P. Mosca, op.cit., s.p.

²⁹³ Idem, Ibidem.

Pensado como alternativa às escassas políticas habitacionais estabelecidas e integrado no Fundo de Fomento à Habitação²⁹⁴, o projecto SAAL surgiu em consequência da combinação, possibilitada pelo governo do PREC²⁹⁵, dos recursos limitados com o entusiasmo do povo e a assistência técnica das brigadas.²⁹⁶ Nuno Portas, então Secretário de Estado da Habitação, foi o grande mentor deste “*programa de aventura cívica*”²⁹⁷. O Serviço de Apoio Ambulatório Local propunha-se prestar assistência às populações que, sem possibilidade de adquirir habitação, apresentassem capacidade de organização interna, mais ou menos formalizada.²⁹⁸ No sentido de salvaguardar o carácter local das operações e a descentralização dos processos, o SAAL era definido, desde logo, como um serviço autónomo. Para além disso, o âmbito da sua actuação foi definido antecipadamente para que não interferisse com os projectos do FFH já em curso.²⁹⁹

Procurou-se definir o SAAL como um processo operativamente aberto e experimental, cujas metodologias, estratégias e avaliações seriam desenvolvidas localmente de acordo com as necessidades e situações específicas. Não obstante, foi necessário definir *a priori* algumas hipóteses de acção: a melhoria das condições de acessibilidade e transportes, a reconstrução integral da unidade de intervenção, o melhoramento estrutural e habitacional e a correcção do traçado viário de loteamentos existentes. No caso da reconstrução integral salientava-se que esta deveria ocorrer no mesmo local ou nas suas proximidades, de modo a garantir a continuidade da identidade e da relação entre lugar e população, bem como evitar que interesses especulativos prejudicassem os direitos das populações desfavorecidas.³⁰⁰

O FFH, através do SAAL, forneceu aos municípios os técnicos necessários às operações. Formaram-se assim as Brigadas Técnicas que, de índole multidisciplinar³⁰¹, trabalhavam directamente com as associações de moradores. Era também da sua responsabilidade a coordenação destas operações locais com o SAAL que, por sua vez, colaborava com os municípios e com o FFH. As Brigadas Técnicas constituíram um elemento crucial em todo o processo, visto que era da sua responsabilidade, em conjunto com as comissões de moradores, a implementação do projecto (programa, desenho e construção), bem como a coordenação entre as populações e as autoridades estatais. Para além deste papel técnico, desempenhavam

²⁹⁴ Criado na Primavera Marcelista, o Fundo de Fomento à Habitação (FFH) tinha o objectivo de coordenar a promoção pública da habitação para as classes mais desfavorecidas e reduzir os custos. Um dos programas coordenados pelo FFH era o SAAL. O FFH era responsável pelo desenvolvimento do projecto a fundo perdido e pela abertura de linhas de crédito especiais para o restante processo. Cf. Idem, *Ibidem*.

²⁹⁵ PREC – Processo Revolucionário em Curso. Normalmente designa o período entre 1974 e 1976.

²⁹⁶ V. Leite, *op.cit.*, p.87.

²⁹⁷ “*Acentuei o que me apareceu no domínio das ideias ou no trabalho do atelier como uma contradição só ilusoriamente resolúvel em sede arquitectónica na medida em que nos falta em programa de aventura cívica, uma democrática intervenção popular criadora de cultura, então capaz de caracterizar virilmente uma arquitectura em Portugal.*” Cf. N. Portas, in Idem, *Ibidem*.

²⁹⁸ Desde cedo, esta foi uma determinante na prioridade dada às candidaturas das operações. Outro factor de selecção era a viabilidade urbanística da operação. Cf. P. Mosca, *op.cit.*, s.p.

²⁹⁹ Idem, *Ibidem*.

³⁰⁰ Idem, *Ibidem*.

³⁰¹ As brigadas reuniam arquitectos, engenheiros, assistentes sociais, bem como pessoal não-técnico.

ainda um papel de educação popular sobre matérias relativas aos processos e à habitação.³⁰²

*“O nosso discurso lembrou sempre, que no desejo mais profundo dos protagonistas do SAAL se explorou, sem qualquer complexo, um entendimento da cidade, construído a partir dos consensos que representa, de vontade e necessidade de vida em comum. (...) O SAAL é uma intervenção de carácter prioritário subordinada à concretização do direito à habitação e do direito à cidade sob o controlo dos moradores organizados.”*³⁰³

Com fundamento nos ideais de Turner, o processo procurava proporcionar o suporte técnico e o planeamento para a recuperação do bairro, privilegiando a preservação do ambiente existente e das redes sociais dos habitantes, e incluía diversas fases: a avaliação de locais adequados para o sistema de “auto-solução”, a montagem de sistemas de crédito e a preparação de Brigadas de construção. Estas brigadas produziam diagnósticos e projectos que incluíam o saneamento, o apuramento das tipologias mais procuradas, os arruamentos mais adequados, os espaços de uso colectivo e as soluções técnicas recomendáveis. As operações responderiam às prioridades definidas pela população. Deste modo, garantia-se a participação dos habitantes nas decisões do projecto e na construção habitacional, estimulando o desenvolvimento da apropriação espacial, do sentimento comunitário e de uma forte dinâmica colectiva. Esta preocupação pretendia dar um carácter distinto à habitação social e um maior sentido de pertença que prevenisse situações de falta de manutenção e degradação.³⁰⁴

O SAAL Norte destacar-se-ia pela intensa vertente participativa desencadeada por um contexto particular: uma população fortemente reivindicativa, mobilizada, interessada e disponível para o uso dos seus recursos pessoais e locais e com uma forte identificação com o seu lugar de residência e um intenso desejo de expressar o seu “direito à cidade”. Demonstrou, por isso, desde cedo, a integração do debate entre moradores, brigadas e a coordenação do SAAL e um desenrolar das operações, maioritariamente, em áreas da cidade consolidadas, morfológica e socialmente. Para além disto, o SAAL-Norte tinha uma maior autonomia, pois entre ele e o FFH existia um terceiro organismo, a Direcção de Habitação do Norte, o que acabou por permitir uma maior autonomia operacional, uma maior proximidade, conhecimento e capacidade de resposta às necessidades e aspirações locais, bem como um maior controlo das operações, por parte das brigadas e dos moradores. Com efeito, o conceito de auto-solução foi ali realmente aplicado, já que as decisões eram tomadas entre as populações e as brigadas, sendo da responsabilidade do município e do estado apenas a sua aplicação.³⁰⁵

“Tínhamos a percepção de que, além da construção e concretização de uma política de habitação, o SAAL foi terreno para uma reflexão sobre a cidade e o estabelecimento de novas metodologias de intervenção que, tendo como princípio os mecanismos da democracia directa,

³⁰² P. Mosca, op.cit., s.p.

³⁰³ A. Alves Costa, in J. Brites (2009), p.38.

³⁰⁴ V. Leite, op.cit., pp.88 ss.

³⁰⁵ P. Mosca, op.cit., s.p.

*garantissem o direito à cidade e ao lugar, como travões à sua estratificação classista e à especulação imobiliária, bem como o compromisso com todo o património edificado e com os seus valores históricos e culturais associados.”*³⁰⁶

Segundo o arquitecto Alexandre Alves Costa, o SAAL foi um momento único na arquitectura portuguesa, caracterizado por uma intensa consciência ética e social, já prenunciada pelos protagonistas do debate arquitectónico da década de 1960. Integrando arquitectos, sociólogos e assistentes sociais, o programa evolutivo e participado pretendia desenhar a cidade sem excluir, tal como no programa *INA-Casa*, a cunha de arquitecto³⁰⁷ nos projectos.³⁰⁸

No entender de Nuno Portas, a grande inovação metodológica foi o contacto directo entre os projectistas e a população desde o início do processo.³⁰⁹ Abandonando-se a abstracção espacial e a generalização das necessidades, a habitação económica era assim desenhada para um cliente conhecido com necessidades físicas e objectivas reais.³¹⁰

O conflito de interesses entre as políticas de habitação e os poderes económicos e políticos instituídos levariam à extinção do programa. Apesar do dinamismo do projecto, Bandeirinha nota que apenas foram disponibilizados 13% dos solos necessários e que nenhuma das operações foi finalizada³¹¹ durante o SAAL (de Agosto de 1974 a Outubro de 1976).³¹² O carácter autónomo e a expressão social dos movimentos comunitários apoiados directamente pelo SAAL opunham-se às atitudes “anti-revolucionárias”, que surgiram após o 25 de Novembro, e à formulação de um estado reformista e de novos poderes autárquicos.³¹³

*“A 20 de Outubro de 1976, logo após uma manifestação contra a paralisação do processo SAAL, sai o despacho que o integra nas Câmaras Municipais. Começando por lhe retirar o carácter global, paralisa de facto todos os seus projectos que não terão jamais seguimento. Algumas marcas, isoladas e descaracterizadas ficam no território da cidade. Permanecem enquanto a cidade retoma a sua lógica de destruição a favor de outros interesses.”*³¹⁴

Este período confirmou um dos momentos mais relevantes no âmbito da participação, pela concretização de um método inovador de intervenção, apoiado directamente pelo governo e enquadrado nos ideais de democracia participativa do PREC. De facto, as bases e as assembleias populares resgatavam o poder de decisão das instituições governativas e burocráticas.³¹⁵

³⁰⁶ A. Alves Costa, in J. Bandeirinha, op.cit., p.10

³⁰⁷ Por exemplo, em bairros como a Bouça e, mais tarde, a Malagueira, de Álvaro Siza Vieira. Cf. Idem, p.254.

³⁰⁸ V. Leite, op.cit., p.88.

³⁰⁹ N. Portas, in R. Hatch, op.cit., p.284.

³¹⁰ V. Leite, op.cit., p.88.

³¹¹ “Quando a 27 de Outubro de 1976, saiu o Despacho ministerial que «deslocava» a tutela do SAAL para as Autarquias, estavam em actividade 169 operações em todo o país, que envolviam 41665 famílias de moradores pobres. Em construção, estavam 2259 fogos e estava iminente o arranque de mais 5741.” Cf. J. Bandeirinha, op.cit., p.14.

³¹² V. Leite, op.cit., p.89.

³¹³ Idem, *Ibidem*.

³¹⁴ A. Alves Costa, in J. Brites, op.cit., p.39.

³¹⁵ V. Leite, op.cit., p.87.

SÍNTESE

As décadas de 1960 e 1970 testemunharam a sublimação de uma crítica arquitectónica feroz aos princípios modernistas e a reivindicação por uma maior flexibilidade e abertura do projecto arquitectónico e urbano ao habitante. Constituíram, por isso, um período de intensa investigação e experimentação, essenciais para a descoberta de novos modos de actuação dos profissionais e de uma nova forma de encarar a construção da cidade.

O conjunto de posturas ideológicas e práticas apresentado neste capítulo, para além de contextualmente muito distinto, é manifestamente amplo; embora com origens e enquadramentos diversos, a selecção deste conjunto particular no âmbito desta dissertação pretende, no entanto, evidenciar a procura por um método e uma solução para a crise habitacional que se vivia um pouco por todo o mundo e que despoletou o interesse de variados profissionais e disciplinas do conhecimento. Não se pretende, com isto, afirmar que esta sumária investigação esgotou os exemplos e contributos dos inúmeros especialistas que, de forma mais ou menos consequente, integraram este panorama.

Note-se que, por uma questão de coerência expositiva, optámos por não ordenar estas referências cronologicamente; procurámos, antes, apresentá-las segundo uma lógica evolutiva, de acordo com o nível de aprofundamento das práticas participativas. A sua selecção prende-se ainda com a vontade de traçar uma linha de aproximação entre uma postura arquitectónica voltada para o contexto da sociedade ocidental e, especialmente, europeia – recorrentemente abordada ao longo do nosso percurso académico – e uma postura mais centrada nas problemáticas habitacionais e urbanas que, já nessas décadas, deflagravam nos países do chamado Terceiro Mundo.

Assim, começamos por abordar, neste primeiro subcapítulo – O lançamento de premissas teóricas –, algumas questões relacionadas com a formação do *Groupe d'Étude d'Architecture Mobile* (pela mão do arquitecto francês Yona Friedman) e do *Team X*, em reacção ao 10º CIAM e aos princípios funcionalistas de construção da habitação e da cidade. Com efeito, em torno desta data a arquitectura enveredou por caminhos mais próximos dos habitantes, procurando, de forma mais ou menos genuína, incorporar as suas necessidades e aspirações no processo arquitectónico e urbanístico. Embora notáveis por muitas outras contribuições para a disciplina da Arquitectura – especialmente no caso do *Team X* –, estes dois grupos são cruciais na formulação de soluções alternativas à cidade e habitação funcionalistas. Ainda a propósito do *Team X*, destacamos o holandês Aldo Van Eyck tendo em conta o seu interesse particular pelas questões da arquitectura vernacular e pela procura da essência da disciplina em certas culturas tradicionais terceiro-mundistas.

Procurando, de alguma forma, dar continuidade à crítica acerca da cidade modernista, prosseguimos com um conjunto de três autores norte-americanos. Começamos por apontar o trabalho de Jane Jacobs, centrado em torno de questões como a crítica à segregação funcional e social no contexto urbano. Contextual e ideologicamente próximo, Paul Davidoff apresenta o conceito de *advocacy planning* e a defesa de uma actuação social mais consciente por parte dos arquitectos e urbanistas. Ainda no panorama norte-americano, optámos por referir a autora Sherry R. Arnstein, dada a importância do artigo em que apresentou a “escada da participação”, na qual procura sintetizar os vários graus de relacionamento que podem caracterizar um processo participativo, bem como os papéis de cada uma das partes envolvidas.

No seguimento da variabilidade participativa apresentada por Arnstein, e dado o seu percurso, que evidencia claramente uma atenção cuidada ao modo como os utilizadores podem participar na construção do espaço, continuamos com a referência a Cedric Price e à sua ideia de *Non-Plan*, apresentando ainda a sua intensa crítica à inadequação do plano enquanto instrumento de controlo espacial e social. Esta preocupação com a construção dos ambientes pelos próprios usuários remete-nos para o trabalho de John Habraken, o qual procurava uma prática arquitectónica capaz de ordenar e dar sentido à cidade e à habitação, sem que tal prejudicasse a participação dos utentes e habitantes. A sua postura fundamentaria o desenvolvimento de uma nova política habitacional britânica, o *Skeffington Report*, que procurava, através de um processo habitacional mais próximo entre arquitectos e moradores, uma oferta habitacional mais adequada. Ainda a propósito deste tema, não podíamos deixar de referir o plano *INA-Casa* – dada a escala e dinamismo em torno das questões da construção da cidade e da habitação para as classes mais desfavorecidas, bem como o carácter substancialmente experimental e inovador que assumiu – e uma das partes nele envolvidas, o arquitecto italiano Giancarlo De Carlo, devido ao seu contributo no sentido da defesa de uma arquitectura de forte sentido social, ainda que a sua postura revelasse uma certa contradição perante a defesa da participação.

Um outro momento de importância inquestionável na história da arquitectura participativa foi o Movimento de Maio de 68, que culminou um intenso debate acerca da cidade e da habitação e marcou um ponto de viragem na forma de pensar e actuar dos profissionais da arquitectura. Para além disso, as reivindicações sociais estimularam a divulgação do trabalho de diversos especialistas das ciências sociais – das quais fazem parte Henri Lefebvre, Chombart de Lauwe e Manuel Castells, aqui mencionados e com os quais terminamos o primeiro subcapítulo – que tiveram repercussões importantes no modo de pensar o projecto e a construção dos espaços. Acima de tudo, estes sociólogos procuravam consciencializar os arquitectos para uma prática mais adequada e atenta às necessidades dos habitantes.

Esta atenção às especificidades locais e às necessidades de um habitante real reflecte-se, já no segundo subcapítulo – As práticas participativas no Terceiro Mundo e as lições para o Primeiro

Mundo –, nos trabalhos de Bernard Rudofsky, que teve um papel preponderante na divulgação das práticas espontâneas e vernaculares terceiro-mundistas, e de Hassan Fathy, cujo projecto para a aldeia de *New Gourna*, de acentuado carácter participativo, teve um grande impacto no contexto do Primeiro Mundo. A par de Fathy e Rudofsky, também Charles Abrams desempenhou um papel crucial na divulgação das construções informais que aconteciam um pouco por todo o mundo. A sua contribuição destaca-se ainda pelo estudo destes assentamentos não apenas a nível habitacional, mas também com forte incisão na questão da ocupação e posse do solo.

A propósito das práticas participativas terceiro-mundistas, não podíamos deixar de fazer referência ao Chile, cujo contexto seria essencial no fomento do processo de trabalho de Alejandro Aravena e do seu estúdio *Elemental*, de que falaremos no terceiro capítulo. Prosseguimos, pois, com as políticas públicas de participação naquele país, as chamadas *viviendas progresivas*, um exemplo claramente relevante de uma política habitacional com consequência.

Ainda no contexto da América Latina, não podíamos deixar de fora John Turner – que, para além de ali ter desenvolvido um trabalho prático que viria a informar todo o seu percurso enquanto arquitecto, se revelaria um importante teórico no campo das práticas de *self-help* e uma figura incontornável no que se refere aos assentamentos informais – nem o plano *PREVI* de Lima, um projecto em que aquele arquitecto participou e outro exemplo importante da intervenção arquitectónica em espaços urbanos informais, o qual, apesar de não apostar na participação, está fortemente vinculado com os princípios da autoconstrução e do crescimento habitacional faseado. Tal como Turner, também Carlos Nelson dos Santos desenvolveu um trabalho prático estreitamente ligado aos assentamentos informais. Embora tenha enveredado pela via das ciências sociais, os seus trabalhos teóricos são muito influenciados pelos projectos em que esteve envolvido.

Por último, e ainda que não se trate de uma estratégia terceiro-mundista, não poderia deixar de se fazer uma breve abordagem ao processo do SAAL, uma referência importante e única, entre nós, desta dinâmica de transferências de conhecimentos e modos de encarar a cidade e o projecto, bem como da inclusão e participação das classes desfavorecidas.

2. O Espaço Urbano Informal, nos Países de Economia Emergente

2.1 O AFLUXO POPULACIONAL E O APARECIMENTO DE ASSENTAMENTOS URBANOS INFORMAIS

Em 1966, Charles Abrams apontava que a população rural correspondia a três quartos da população mundial e indicava que essa não seria uma situação duradoura.¹ Com base nas previsões realizadas na década de 1960, Abrams alertava para as consequências que isto teria sobre a noção de “cidade” e para a desactualização da definição proposta pelas Nações Unidas, na época, relativamente à cidade.² Duas décadas mais tarde, Charles Correa apontava o crescimento acelerado³ das cidades do chamado Terceiro Mundo e a previsão de que, em 2000, a maioria das cidades com quinze milhões de habitantes estariam situadas no Terceiro Mundo.⁴ Apesar de em 1989 o termo “cidade” estar ainda associado com ícones de progresso, Correa preconizava uma imagem bastante diferente para as novas grandes cidades terceiro-mundistas.⁵

Actualmente é aceite que 2006 foi um momento memorável na urbanização do mundo.⁶ No relatório *The State of the World's Cities*, da UN-Habitat, foi declarado formalmente que, pela primeira vez na história da humanidade, a maioria da população mundial – quase 3,3 biliões – vive em espaço urbano⁷ – um número que, em 1900, representava apenas 10% e que é provável que atinja os 75% em 2050.⁸ Estas estatísticas dramáticas escondem realidades viscerais muito diferentes entre si, que ligam a forma urbana à sociedade urbana, conformada pelo impacto homogeneizador dos fluxos globais de capital, pessoas e energia.⁹ As cidades dos países em desenvolvimento serão o palco de praticamente todo o futuro crescimento da população mundial – que está estimada atingir cerca de 10 biliões em 2050.¹⁰

No último meio século tem ocorrido uma urbanização invulgarmente rápida nos países em

¹ C. Abrams (1966), p. v.

² Na década de 1960, as Nações Unidas definiam ainda “cidade” como um espaço com uma população de 20 000 pessoas ou mais. Em 1966, Abrams faz referência para a forte desactualização desta definição já que integrava espaços com um forte carácter rural na mesma categoria das grandes cidades, conurbações ou áreas metropolitanas - onde já se concentrava, na altura, a maioria da população. Cf. Idem, *Ibidem*.

³ Com uma taxa de crescimento anual geral de 2 a 3%, sendo que as cidades cresciam ao dobro desta velocidade. Cf. C. Correa (1989), p.10.

⁴ Idem, pp.12 ss.

⁵ Idem, *Ibidem*.

⁶ A realidade de um mundo predominantemente urbano teria sido constatada mais cedo se, por exemplo, existisse uma definição consistente de cidade, adoptada mundialmente, baseada em densidades populacionais, ocupação do solo, fontes de rendimento e normas culturais - eliminando as habituais definições administrativas, frequentemente arbitrárias, e específicas ao país em questão. Cf. E. Soja, M. Kanai, in R. Burdett (2007), p.54.

⁷ R. Burdett, P. Rode, in Idem, pp.22 ss.

⁸ R. Burdett, P. Rode, in Idem, p.8.

⁹ R. Burdett, P. Rode, in Idem, *Ibidem*.

¹⁰ M. Davis (2007), pp.1 ss.

desenvolvimento¹¹, cuja escala e velocidade supera largamente a que caracterizou a Europa vitoriana.¹² Em 1950, as dez maiores cidades do mundo incluíam apenas três no mundo em desenvolvimento (Shanghai, Buenos Aires e Calcutá). Ocorreu, contudo, uma mudança do centro gravitacional das maiores cidades do mundo, sendo que em 2005, a lista tinha já oito cidades do mundo em desenvolvimento na lista das dez maiores cidades do mundo (Cidade do México, Mumbai, São Paulo, Deli, Calcutá, Buenos Aires, Jacarta e Shanghai) e quinze (das vinte totais) megacidades-região.¹³

Desde 1970, o crescimento de assentamentos informais nos países em desenvolvimento tem ultrapassado o ritmo da urbanização¹⁴. Em *Shadow Cities*, Robert Neuwirth afirma que uma grande parte da população mundial procura um futuro mais favorável nas cidades, indicando que, anualmente, cerca de 70 milhões de pessoas deixam as suas casas nas áreas rurais e dirigem-se para as cidades¹⁵ e que este fenómeno migratório não dá sinais de abrandamento. As estimativas indicam que existe hoje cerca de um bilião de residentes pobres em assentamentos informais urbanos no mundo – ou seja um em cada seis seres humanos –¹⁶ e que se prevê que, em 2030, sejam cerca de 2 biliões e cerca de 3 biliões em meados deste século, ou seja, mais de um terço da população mundial.¹⁷

Do mesmo modo que o fenómeno migratório das regiões rurais para as urbanas não é de todo recente,¹⁸ também a concentração de populações com habitações pobres e mal empregadas nas cidades sempre fizeram parte da cidade capitalista industrial; contudo, nunca antes com a magnitude

¹¹ E. Soja, M. Kanal, in R. Burdett, op.cit., p.58.

¹² M. Davis, op.cit., p.2.

¹³ E. Soja, M. Kanal, in R. Burdett, op.cit. pp.58 ss.

¹⁴ Referindo-se à Cidade do México do final do século XX, a planeadora urbana Priscilla Connolly observa que “60% do crescimento da cidade é o resultado das pessoas (...) que constroem heroicamente as suas casas em solos periféricos sem serviços”. As favelas de São Paulo – que integravam apenas 1,2% da população total em 1973, mas 19,8% em 1993 – cresceram ao longo da década de 1990 a uma taxa explosiva de 16,4% por ano. Na Amazônia, um dos espaços urbanos de crescimento mais rápido no mundo, 80% do seu crescimento tem ocorrido em *shantytowns* sem quaisquer serviços nem acesso a transporte municipal – tornando assim sinónimos os termos “urbanização” e “favelização”. As mesmas tendências são visíveis por toda a Ásia. As autoridades políticas de Pequim estimam que 200 000 migrantes rurais não registados chegam cada ano, muitos deles encaixando-se em *slums* ilegais no limite sul da capital. No Sul da Ásia, entretanto, um estudo do final da década de 1980 mostrou que até 90% do crescimento de agregados familiares urbanos ocorreu em *slums*. A dispersante população *squatter* (*katchi abadi*) de Karachi duplica a cada década, e os *slums* indianos continuam a crescer a um ritmo 250% mais rápido do que a população geral. O deficit anual habitacional estimado de Mumbai, de 45 000 unidades, do sector formal traduz-se num correspondente aumento em habitação de *slums* informais. Das 500 000 pessoas que migram todos os anos para Deli, estima-se que 400 000 acabem em *slums*; em 2015, a capital da Índia terá uma população de *slum* de mais de 10 milhões. “Se tal tendência permanecer inabalável”, avisa o especialista em planeamento Gautam Chatterjee, “teremos apenas *slums* e não cidades”. A situação africana é ainda mais extrema: os *slums* estão a crescer ao dobro da velocidade das suas cidades explosivas. De facto, uns incríveis 85% do crescimento populacional do Quênia entre 1989 e 1999 foram absorvidos em *slums* fétidos e densamente congestionados em Nairobi e Mombasa. Cf. M. Davis, op.cit., pp.16 ss.

¹⁵ R. Neuwirth (2006), p. xiii.

¹⁶ Idem, p.9.

¹⁷ Idem, p. xiii.

¹⁸ Na Roma Antiga, apesar do surpreendente investimento do governo em obras públicas, canais de água e infra-estrutura, os *squatters* inundaram as ruas, ocuparam chafarizes, e erigiram toscos abrigos, casebres, comprimidos contra os lados dos edifícios. Eles eram descarados e muitas vezes pareciam desafiar as autoridades a retirá-los, mas o governo não conseguia acompanhar o ritmo de chegada. Algumas partes de Londres eram zonas *squatter* até meados do século XIX. Também Paris tinha os seus *squatters*. Mesmo Nova Iorque, a definição de cidade moderna, por excelência, era uma metrópole *squatter* até aos primeiros anos do século XX. Cf. Idem, p.11 ss.

actual: as maiores populações a viver em *slums* urbanos concentram-se nas megacidades-região dos países em desenvolvimento, em muitos casos correspondendo a mais de três quartos dos habitantes da cidade.¹⁹ A expansão da pobreza urbana levou à expansão dos *slums* e ao crescimento das economias informais.²⁰

Charles Correa indicava que o crescimento acelerado das cidades do Terceiro Mundo tinha sido exacerbado pelas ondas de migração provenientes das áreas rurais, onde os terrenos não garantiam mais a sobrevivência das populações.²¹ Em 2006, Robert Neuwirth confirmou esta ideia afirmando que a incapacidade produtiva das áreas agrícolas – suficiente para a alimentação própria, mas ineficaz em gerar rendimentos necessários para medicamentos, água, combustível, etc. – empurrava os habitantes rurais para as cidades.²² Charles Abrams indica que a industrialização também estimulou esta invasão dos centros urbanos, de um modo semelhante ao processo que originou os *slums* europeus e norte-americanos durante os respectivos períodos de industrialização, pois a produção habitacional não conseguiu acompanhar o ritmo da migração. Nos países menos desenvolvidos, a construção evidencia uma dificuldade ainda maior em acompanhar o afluxo populacional, dada a escassez de recursos.²³

Mike Davis atribui o aumento da pobreza urbana à generalização indiscriminada das forças de mercado, à adopção de formas neoliberais de governação local, nacional e supranacional, à aceitação de programas debilitantes de ajuste estrutural, impostos pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional²⁴, às reduzidas responsabilidades estatais perante o bem-estar social e à adopção de políticas promovendo a liberalização, desregulamentação e descentralização das economias nacionais. A globalização do urbano articula-se em torno da expansão massiva de *slums*, mas isto constitui apenas parte da história da reestruturação urbana.²⁵ Actualmente, o crescimento urbano está a ser alimentado também por novos níveis de mobilidade e migração de populações diversas, dentro e entre nações. Atraídos pela expectativa de empregos e oportunidades, centenas de milhões de residentes rurais na China, Brasil, Índia e outros locais estão a mover-se em massa para as cidades, fugindo às duras realidades da vida rural e, particularmente em África, a guerras e conflitos civis.²⁶ Este crescimento urbano integra ainda um processo mais recente de extensão da

¹⁹ E. Soja, M. Kanal, in R. Burdett, op.cit. p.65.

²⁰ Idem, *Ibidem*.

²¹ C. Correa, op.cit., pp.16 ss.

²² R. Neuwirth, op.cit., p.11.

²³ C. Abrams, op.cit., p.119.

²⁴ As políticas de desregulamentação e de disciplina financeira agrícola impostas pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial despoletaram um contínuo êxodo da mão de obra rural excedente para as cidades, mesmo quando estas já não forneciam empregos. Deborah Bryceson refere que, nas décadas de 1980 e de 1990, os subsídios e estímulos à produção agrícola foram drasticamente reduzidos. A desregulamentação do mercado nacional empurrou os produtores agrícolas para mercados globais onde os camponeses de classe média e baixa não eram capazes de competir. À medida que desapareceram as redes locais de segurança, os agricultores pobres tornaram-se cada vez mais vulneráveis a qualquer mudança: seca, inflação, taxas de juro crescentes, queda de preços das mercadorias ou doença. Cf. M. Davis, op.cit., p.15.

²⁵ E. Soja, M. Kanal, in R. Burdett, op.cit. p.65.

²⁶ B. Katz, A. Altman, J. Wagner, in Idem, p.477.

urbanização que cria novas cidades em áreas periféricas ou que, até então, eram designadas como limites suburbanos e áreas verdes ou rurais.²⁷

O crescimento extremamente acelerado das cidades do Terceiro Mundo na segunda metade do século XX foi também agravado pela implementação de meios de controlo ao crescimento populacional urbano na primeira metade.²⁸ A maioria das actuais megacidades no mundo em desenvolvimento partilha um percurso comum que reflecte um crescimento relativamente lento ou retardado, seguido de uma abrupta aceleração do crescimento nas décadas de 1950 e 1960 (evidenciada na migração do espaço rural para o urbano cada vez mais intensa e no assentamento destas populações em *slums* urbanos periféricos). No início do século XX, a transferência massiva da pobreza rural para as cidades foi prevenida por bloqueios políticos e económicos, que negavam sistematicamente a entrada e a cidadania urbana a grande parte da população nativa.²⁹ Neste aspecto, o colonialismo europeu foi um dos maiores praticantes destas políticas,³⁰ incitando ao assentamento da força local de trabalho em bairros de lata precários, nas periferias das cidades africanas segregadas e restritas, e agravando as condições nos bairros nativos indianos pela recusa em melhorar o saneamento ou fornecer a infraestrutura mínima.³¹ Os restantes impérios, com maior ou menor sucesso, procuravam similarmente restringir e disciplinar a migração rural. Também na Ásia³² e na América Latina³³ foi implementado forte controlo à migração das áreas rurais para as urbanas.

A ocorrência de contra-insurreições coloniais e independências nacionais, nos continentes

²⁷ E. Soja, M. Kanal, in Idem, p.59.

²⁸ M. Davis, op.cit., p.50 ss.

²⁹ Idem, Ibidem.

³⁰ A sua forma mais extrema foi observada nas cidades coloniais britânicas no este e sul da África. A migração para as áreas urbanas foi controlada por leis de passagem (*pass law*) e o emprego informal era penalizado. Até 1954, por exemplo, os africanos em Nairobi eram considerados residentes temporais e por isso eram incapazes de arrendar propriedade. Os africanos em Dar-es-Salaam, de acordo com o investigador Karin Nuru, “eram apenas tolerados como força de trabalho temporária e tinham de retornar às áreas rurais.” O Apartheid exacerbou este sistema. Construída numa fundação de racismo colonial, a legislação pós-guerra da África do Sul criminalizava a migração não autorizada para espaços urbanos e alojava os desenraizados em “comunidades de cor” no centro histórico da cidade. Na Índia, os Britânicos também segregaram e controlaram o afluxo proveniente das áreas rurais. Os *Town Improvement Trusts*, em particular, eram altamente efectivos na demolição de *slums* e remoção dos chamados “pontos de pragas” dos interstícios das melhores áreas residenciais e comerciais, e na preservação do zonamento espacial em torno de áreas coloniais e nativas de classe-média. Entretanto as “leis de invasão” vigorosamente aplicadas ilegalizaram o *squatting* e a venda de rua. Cf. Idem, Ibidem.

³¹ Idem, p.52.

³² A Revolução Chinesa de 1949 abriu as portas das cidades para o retorno dos refugiados e dos ex-soldados camponeses desesperados por empregos, resultando numa inundação incontrolada das cidades: em apenas 4 anos houve um aumento de 14 milhões de pessoas. Em 1953, o novo regime estabeleceu controlos severos sobre a migração interna. O maoismo privilegiou simultaneamente o proletariado urbano e reprimiu fortemente o crescimento populacional urbano através da adopção de um sistema de registo de agregados familiares (*hukou*) que ligava a cidadania social   filiação sedentária numa unidade de trabalho. A cidade e as áreas rurais eram consideradas como mundos separados que apenas se intersectavam sob condições cuidadosamente definidas pelo partido-estatal. Controlos similares sobre a migração rural-urbana foram introduzidos durante a década de 1950 na Coreia do Norte, na Albânia e, mais atenuadamente, no Vietname norte (o sistema *ho khau*). Cf. Idem, pp.53 ss.

³³ No final da década de 1940, a industrialização de substituição   importação estimulou uma dramática onda de invasão *squatter* nos limites da Cidade do México e de outras cidades latino-americanas. Em resposta ao aparecimento de *shanty-towns*, as autoridades de vários países, com o apoio das classes-m dias urbanas, lançaram repressões massivas aos assentamentos informais. Na Venezuela, o ditador Marcos Pérez Jiménez era um opositor notório da habitação informal. De acordo com três autores da UCLA: “[A sua] solução governamental aos barrios era a escavadeira. Numa dada manhã, os polícias e

africano e asiático, e a queda de regimes ditatoriais, na América Latina, permitiram a eliminação dos bloqueios institucionais ao rápido crescimento urbano. Fortemente motivados, os pobres afirmaram o seu “direito à cidade” mesmo que tal significasse um casebre na periferia. Mais que a fome e a dificuldade económica, a guerra civil e a contra-insurreição foram os principais impulsionadores da urbanização informal nas décadas de 1950 e 1960.³⁴

Na maioria do mundo em desenvolvimento não existem poderosos motores de exportação, o que é comprovado pelo encerramento massivo de fábricas e uma progressiva desindustrialização que ocorreram, desde meados da década de 1980, nas grandes cidades industriais como Mumbai, Joanesburgo, Buenos Aires, Belo Horizonte e São Paulo. Noutras cidades, a urbanização está radicalmente dissociada da industrialização e do próprio desenvolvimento, o que resulta em disparidades entre o tamanho da economia da cidade e a dimensão da sua população.³⁵

A urbanização do Terceiro Mundo continuou o seu ritmo acelerado ao longo da década de 1980 e início da de 1990, apesar da queda de salários, aumento dos preços e subida vertiginosa do desemprego urbano. Este crescimento urbano perverso surpreendeu a maioria dos especialistas e contrariou modelos económicos ortodoxos que supunham que a estagnação económica iria abrandar, ou mesmo inverter, a migração das áreas rurais.³⁶ As forças globais que “afastam” as pessoas dos espaços rurais (e as “empurram” para as cidades) – como a mecanização da agricultura em Java e Índia, a importação de alimentos no México, Haiti e Quênia, a guerra civil e a seca por toda a África, e em todo o lado a agregação de pequenas posses e a competição de negócios agrícolas de escala industrial – parecem, portanto, sustentar a urbanização, apesar do enfraquecimento dos factores atractivos da cidade em consequência da dívida e depressão económica. Como resultado, o rápido crescimento urbano tem sido uma receita inevitável para a produção em massa de *slums*.³⁷

O ajuste estrutural, como concluem os autores de *The Challenge of Slums*, em vez de gerar crescimento e prosperidade nas cidades, tornou-as “num local de despejo para um excedente populacional que trabalha em comércios e indústrias, sem competências, sem protecção e com baixos salários.”³⁸ Alguns sociólogos brasileiros chamam a este processo “proletarização passiva”,

camiónes chegarían al barrio; un policía lidiaría con cualquier objeciones; cuando os pertences e os residentes tivessem sido removidos para novos apartamentos, as casas eram demolidas.” Os squatters eram deportados para os limites de Caracas, onde eram realojados em “super-blocos” (dormitórios monstruosos de 15 pisos) repudiados pelos residentes. Na Cidade do México, Ernesto Uruçurtu lutou, ao longo do seu longo mandato como presidente de câmara (1952-58, 1964-1966), contra a maré de pobres urbanos que invadia a cidade. Quando assumiu o cargo em 1952, a periferia da Cidade do México estava a ser invadida por milhares de habitantes rurais do centro do país. Os assentamentos squatter, chamados colonias populares (que tinham alojado cerca de 2,3% da população em 1947), tornaram-se, em 5 anos, nas residências de quase um quarto da população da cidade. Uruçurtu determinou parar o influxo de camponeses pelo despejo de paracaidistas, proibição de vendedores informais nas ruas, e recusa de direitos de posse e serviços para as colonias existentes. Cf. Idem, pp.54 ss.

³⁴ Idem, p.55.

³⁵ Idem, p.13.

³⁶ Idem, p.14.

³⁷ Idem, p.16 ss.

³⁸ Idem, pp.174 ss.

envolvendo a “*dissolução de formas tradicionais de (re)produção, que para a grande maioria dos produtores directos não se traduz numa posição assalariada no mercado de trabalho formal.*”³⁹ Esta classe trabalhadora informal, sem reconhecimento ou direitos legais, tem importantes antecedentes históricos⁴⁰ e compreende cerca de 1 bilhão de pessoas, o que a torna na classe social mundial de crescimento mais rápido.⁴¹

Na década de 1970, eram justificadas as críticas de Manuel Castells e de outros a propósito do “mito da marginalidade” que associava a informalidade habitacional com a informalidade económica, indicando os grandes números de trabalhadores industriais e funcionários públicos forçados a viver em habitação de fraca qualidade, em cidades como Caracas e Santiago.⁴² Desde 1980, porém, a informalidade económica regressou em força e a equação da marginalidade urbana e ocupacional tornou-se irrefutável e opressiva: segundo as Nações Unidas, os trabalhadores informais constituem dois quintos da população economicamente activa do mundo em desenvolvimento.⁴³ Entre investigadores, há um consenso de que a crise desta década⁴⁴ inverteu as posições estruturais relativas, estabelecendo a sobrevivência informal como modo primário de sustento na maioria das cidades do Terceiro Mundo.⁴⁵

Desde que o antropólogo Keith Hart, em consequência do seu trabalho em Acra (Gana), abordou o conceito de “sector informal” em 1973, tem-se desenvolvido uma vasta literatura que debate problemas teóricos e empíricos envolvidos no estudo das estratégias de sobrevivência dos novos pobres urbanos.⁴⁶ Apesar de terem existido grandes sectores informais nas cidades vitorianas, bem como em Shanghai e na Índia colonial urbana, o actual papel macroeconómico da informalidade

³⁹ Idem, *Ibidem*.

⁴⁰ Na história europeia moderna, Nápoles (ainda mais do que Dublin ou do que o East End de Londres), foi exemplar de uma economia informal urbana. Nesta “*cidade mais chocante do século XIX*”, como lhe chama Frank Snowden no seu estudo, uma “*crónica sobre abundância de emprego*” sobreviveu aos milagres da improvisação económica e da subdivisão constante de nichos de subsistência. Uma escassez estrutural de empregos formais – o desemprego permanente foi estimado em 40% – foi transformada num espectáculo opressivo de competição informal. A cena de rua no *Risorgimente* de Nápoles era uma antecipação colorida mas trágica da Lima ou Kinshasa contemporâneas. Cf. Idem, pp.175 ss.

⁴¹ Idem, p.178.

⁴² Idem, p.176.

⁴³ O *Inter-American Development Bank* refere que, na América Latina, a economia informal emprega 57% da força de trabalho e fornece 4 em cada 5 novos empregos. (De facto, os empregos criados no México entre 2000 e 2004 eram no sector informal.) Outras fontes afirmam que subsistem no sector informal mais de metade dos residentes urbanos da Indonésia, 60 a 70% dos centro-americanos, 65% das populações de Daca (Bangladesh) e Khartoum (Sudão), e 75% dos habitantes de Karachi (Paquistão). Cidades menores, como Huancayo (Perú) ou Allahabad e Jaipur (Índia), tendem a ser ainda mais informalizadas, com três quartos ou mais da sua força de trabalho a operar nos níveis mais baixos da economia marginal. De acordo com Aprodicio Laquian, “*A maioria dos empregos encontrados em pequenas e médias cidades integram-se no sector informal: bancas de comida e restaurantes, salões de beleza e barbeiros, salões de costura, ou pequeno comércio. Apesar destes empregos do sector informal tenderem a ser intensivos em força de trabalho e conseguirem absorver números significativos, há questões acerca da sua eficiência económica e potencial produtivo.*” Na maioria das cidades subsaarianas, a criação de emprego formal virtualmente deixou de existir. Cf. Idem, pp.176 ss.

⁴⁴ Na década de 1980, o emprego no sector informal cresceu 2 a 5 vezes mais rapidamente do que o emprego do sector formal. Cf. Idem, pp.178 ss.

⁴⁵ Idem, *Ibidem*.

⁴⁶ Idem, p.178.

é revolucionário.⁴⁷

Parte do proletariado informal é uma força invisível de trabalho para a economia formal, e numerosos estudos expõem o modo como as redes de subcontratação das mega-companhias se estendem profundamente na miséria dos assentamentos urbanos informais. Provavelmente há uma continuidade (mais do que uma divisão abrupta) entre o mundo do trabalho a tempo parcial do emprego formal e as profundezas do sector informal. Contudo, a maioria dos trabalhadores pobres residentes em *slums* estão verdadeira e radicalmente isolados da economia internacional contemporânea.⁴⁸

Consequentemente, os investigadores têm sido forçados a recusar o “modelo *Harris-Todaro*”⁴⁹, que definia o sector informal como uma escola de competências urbanas que permitiam a integração da maioria dos migrantes rurais no sector formal. Ao invés desta mobilidade ascendente, parece existir um movimento descendente pelo qual os trabalhadores redundantes do sector formal e funcionários públicos demitidos entram na economia informal.⁵⁰

Os defensores e divulgadores dos projectos de auto-ajuda e dos programas das ONGs negam esta conclusão acerca da inexistência de mobilidade social ascendente na economia informal, fundamentando-se em estudos – a maioria dos quais promovidos pelo Banco Mundial e outros pilares do chamado *Washington Consensus* – em torno da potencialidade do sector informal enquanto motor de desenvolvimento do espaço urbano do Terceiro Mundo.⁵¹

De forma geral, a economia informal está não só em expansão, como também a diversificar-se. Há muito que as cidades alojam a desigualdade social e espacial mas, hoje, esta desigualdade ganha uma nova proporção, especialmente nas cidades globais. Segundo Saskia Sassen, a informalidade reformula o espaço da comunidade e do agregado familiar como um importante espaço económico nas cidades globais dos países altamente desenvolvidos; mas aporta também flexibilidade, reduz as responsabilidades da regulamentação e baixa os custos – em especial os custos do trabalho. Embora seja, normalmente, encarada como uma anomalia, pertencente a uma lógica retrógrada, Sassen defende que a informalidade faz parte, na realidade, de um capitalismo avançado. Daí que uma grande parte das economias informais em expansão integrem uma economia urbana avançada, tanto no Norte Global como no Sul Global. A informalidade assume, por isso, um amplo leque de novos significados e práticas – económicas, artísticas, profissionais – nestas cidades. E apesar de poder ser uma forma de injustiça e impotência, pode também potenciar novas economias, de sobrevivência e de criatividade.⁵²

⁴⁷ Idem, *Ibidem*.

⁴⁸ Idem, pp.178 ss.

⁴⁹ O “modelo *Harris-Todaro*” é um modelo económico adoptado pelos teóricos modernos e ideólogos da *Alliance for Progress* na década de 1960.

⁵⁰ M. Davis, *op.cit.*, pp.178 ss.

⁵¹ Idem, p.179.

⁵² S. Sassen, in R. Burdett, *op.cit.*, pp.276 ss.

Um investigador do *International Labour Organization (ILO)* estimou que os mercados habitacionais formais no Terceiro Mundo raramente fornecem mais de 20% da nova construção habitacional; por isso, por necessidade, as pessoas voltam-se para as habitações (de fraca qualidade) autoconstruídas, arrendamentos informais, subdivisões ilegais, ou para os passeios. Segundo as Nações Unidas, os mercados ilegais ou informais têm fornecido a maioria das novas habitações urbanas nos países em desenvolvimento, ao longo dos últimos 30 a 40 anos.⁵³

2.2 O ESPAÇO URBANO INFORMAL NOS PAÍSES DE ECONOMIA EMERGENTE

Perante os números actuais é evidente que os *squatters*⁵⁴ conformam um grupo muito diversificado, com diferentes necessidades, rendimentos, aspirações, posições sociais e contextos. A este grupo pertencem aqueles que ocupam edifícios abandonados (fenómeno conhecido nas cidades ocidentais), os que constroem cabanas em áreas remotas e terrenos agrícolas que não são seus e os que integram invasões organizadas de terrenos. Mas estas pessoas não integram a grande maioria dos residentes em espaços urbanos informais do mundo; na realidade, esta massa populacional é constituída maioritariamente por pessoas que vieram para as cidades e que, precisando de um espaço para morar que estivesse ao alcance das suas economias – e não sendo capazes de pagar pelas ofertas do mercado privado –, construíram para si mesmas em terrenos que não são seus. Estas populações são os maiores construtores habitacionais no mundo, com uma produção muito superior a qualquer empreendedor privado ou governamental. Eles criaram uma economia oculta, um sistema sem carácter oficial, e estão de facto a construir as cidades de amanhã.⁵⁵

Actualmente, é possível observar um revigorado interesse entre académicos, arquitectos e críticos nas cidades construídas pelos próprios residentes. Neste tipo de assentamentos, o crítico ocidental encontra o exacto oposto do tipo de planeamento oficial. Os *slums* são vistos como “não planeados”, como um fenómeno natural, evoluído em vez de desenhado. Para além disto, estes

⁵³ *UN-HABITAT, An urbanizing world 1996*, in M. Davis, op.cit., pp.16 ss.

⁵⁴ Neste trabalho, recorremos ao termo “*squatter*” para designar qualquer habitante de um espaço urbano informal.

⁵⁵ R. Neuwirth, op.cit., pp.9 ss.

espaços urbanos são também referidos como construções sociais – ou seja, um espaço onde as estruturas sociais são fortes.⁵⁶

Esta divulgação das condições informais (económica, social, física), em reacção à consideração do planeamento regulamentado *top-down* como obsoleto, encontra também expressão na política internacional de grandes instituições, como o Banco Mundial. Como descreve Ananya Roy⁵⁷, a celebração da informalidade urbana é visível num variado espectro de posições políticas; desde a agenda do Banco Mundial de facilitação do desenvolvimento urbano informal até ao entusiasmo das estratégias de *self-help* dos pobres urbanos, há um crescente consenso acerca dos benefícios de aproveitar as eficiências da informalidade urbana.⁵⁸

Esta atitude reflecte-se também no jornalismo. A publicação *Shadow Cities* reflecte a experiência do jornalista norte-americano Robert Neuwirth, que passou dois anos a viver em assentamentos informais em quatro continentes diferentes. Neuwirth aponta correctamente que neste momento 1 bilião de pessoas vive em *slums* e que este número está previsto aumentar para 3 biliões (ou 1 em cada 3 cidadãos no mundo) em 2050. Em vez de descrever estes fenómenos como algo que requer medidas preventivas, o jornalista foca-se nas qualidades e características positivas dos *slums*, descrevendo-os como centros prósperos de engenho e inovação, valorizando a capacidade de invenção que as pessoas aplicam aos seus negócios de sobrevivência e às soluções engenhosas que inventam para os seus problemas diários.

*“Living in the squatter cities of Rio, Nairobi, Istanbul e Mumbai, Neuwirth discovered thriving restaurants, markets, health clinics, an unconventional real-estate market, and truly effective forms of self-organization. His vivid descriptions and frank admiration for the ingenuity and innovation he encountered force us to rethink assumptions about community, poverty and the shape of 21st-century cities. Our challenge, Neuwirth says, isn’t to end poverty or control populations, but to engage and empower the residents in these «cities of tomorrow».”*⁵⁹

Há uma grande discussão a respeito da definição precisa de “cidade informal”. O termo deriva da investigação nas favelas que começou na década de 1970 na América Latina, mas também se aplica a áreas urbanas similares na Ásia, África e Médio Oriente, apesar de ser claro que as condições nessas regiões são muito diferentes. Uma característica é, no entanto, comum a estas várias localizações: a cidade informal está associada a um “corredor climático” particular, entre os trópicos de Câncer e Capricórnio, hoje comumente referido como Sul Global (*Global South*) e que integra a grande maioria do chamado Terceiro Mundo.⁶⁰ Apesar de este não ser um fenómeno novo, as recentes tendências de

⁵⁶ M. Provoost (ed.), in AA. VV., *New Towns for the 21st Century* (2010), p.11.

⁵⁷ Ananya Roy é uma estudiosa do desenvolvimento e urbanismo globais, de origem indiana.

⁵⁸ M. Provoost (ed.), in AA. VV., *New Towns for the 21st Century* (2010), p.13.

⁵⁹ Ver http://www.ted.com/speakers/robert_neuwirth.html. Cf. M. Provoost (ed.), in Idem, p.14.

⁶⁰ M. Provoost (ed.), in Idem, p.11.

globalização e do comércio mundial liberalizado têm exacerbado a sua presença. Ananya Roy refere: “[the informal city] became important with the rise and maturity of a formal sector which organized and consolidated many aspects of the relationship of the state to the economy. Similarly, we are becoming increasingly aware that urban informality as a way of life is not new. Indeed, one may argue that it has existed since the Middle Ages in different forms, and that informal economies have persisted in many rural areas, particularly in the developing world. What may be new now is the re-emergence and retrenchment of urban informality as a way of life at this moment of globalization and liberalization.”⁶¹

Em *The Challenge of Slums*⁶², os especialistas da UN-Habitat apontam que, actualmente, o termo *slum* refere-se aos vastos assentamentos informais que estão rapidamente a tornar-se na expressão mais visível da pobreza urbana nas cidades do mundo em desenvolvimento, incluindo os assentamentos espontâneos e as subdivisões ilegais. Tais assentamentos têm uma grande variedade de designações⁶³ e incluem uma ampla diversidade de acordos de posse e ocupação do solo. A definição operacional, que foi recentemente recomendada⁶⁴, define *slum* como uma área que combina, em vários graus, as seguintes características: acesso inadequado a água potável, a saneamento e outras infra-estruturas, fraca qualidade estrutural da habitação, sobrelotação e estatuto inseguro de posse/ocupação.⁶⁵ Apesar das semelhanças facilmente reconhecíveis em termos de condições e atitudes que envolvem os *slums*, há também fortes diferenças que reflectem culturas e condições locais, percursos históricos ou políticos e a topografia ou o ambiente construído. Algumas áreas de *slums* são comunidades dinâmicas, com a sua própria estrutura social e económica, enquanto outras são espaços de miséria e desespero. Os *slums* têm, porém, algumas características em comum, como as dinâmicas económicas, sociais e espaciais que os criam e conformam e os diferenciam do resto da cidade.⁶⁶

Na opinião de Mike Davis, apesar de rejeitar as calúnias morais vitorianas este relatório mantém uma definição clássica de *slum*, restrita às características físicas e legais do assentamento, e

⁶¹ Cf. M. Provoost (ed.), in *Idem*, pp.11 ss.

⁶² A prevalência mundial de *slums* é o principal tema deste relatório publicado, em Outubro de 2003, pelo *United Nations Human Settlement Programme (UN-HABITAT)*. Esta primeira auditoria - verdadeiramente global - da pobreza urbana, segue os famosos passos de Friedrich Engels, Henry Mathew, Charles Booth e Jacob Riis, e culmina dois séculos de reconhecimento científico da vida em *slums* que começou com o *Survey of Poverty in Dublin*, de James Whitelaw de 1805.

⁶³ A diversidade de tipos de assentamento é ainda mais complexa quando se considera a variedade de palavras equivalentes noutras línguas e regiões geográficas – na língua francesa: *bidonvilles*, *taudis*, *habitat précaire*, *habité spontané*, *quartiers irréguliers*; espanhola: *asentamientos irregulares*, *barrio marginal*, *barraca* (Barcelona), *conventillos* (Quito), *colonias populares* (México), *tugurios e solares* (Lima), *bohíos ou cuarterias* (Cuba), *villa miseria*; alemã: *Elendsviertel*; árabe: *mudun safi*, *lahbach*, *brarek*, *medina achouaia*, *foundouks e karyan* (Rabat-Sale), *carton*, *safeih*, *ishash*, *galoos e shamma* (Khartoum), *tanake* (Beirute), *aashwa'i e baladi* (Cairo); russa: *trushchobi*; portuguesa: bairros de lata (Portugal), quartos do *slum*, favela, morro, cortiço, comunidade, loteamento (Brasil); turca: *gecekondü*; inglês americano: *hood* (Los Angeles), *ghetto*; Ásia sul: *chawls/chalis* (Ahmedabad, Mumbai), *ahatas* (Kanpur), *katras* (Déli), *bustee* (Kolkata), *zopadpattis* (Maharashtra), *cheris* (Chennai), *katchi abadis* (Karachi), *watta*, *pelpath*, *udukku ou pelli gewal* (Colombo); africanas: *umjondolo* (Zulu, Durban), *mabanda* (Kiswahili, Tanzânia). Cf. *UN-Habitat* (2003).

⁶⁴ Recomendada pelo *United Nations Expert Group Meeting* ocorrido em Nairobi entre 28 e 30 de Outubro de 2002.

⁶⁵ *UN-Habitat*, op.cit., pp.9 ss.

⁶⁶ *Idem*, p.17.

sem consideração pelas “dimensões sociais”, estabelecendo uma abordagem multidimensional que na prática se revela um indicador muito conservador do que se qualifica como um *slum*.⁶⁷

De modo geral, cada uma das designações de *slum* evoca imagens específicas de assentamentos precários ou ilegais associados a uma realidade geográfica ou histórica exclusiva. Contudo, esta grande diversidade de assentamentos reflecte, com maior ou menor grau de similaridade, realidades físicas e contextos sociais semelhantes.⁶⁸ Acima de tudo, os espaços urbanos informais são áreas que albergam todos aqueles que não tiveram direito a um lugar melhor e que conseqüentemente tiveram de ocupar espaços sem qualquer preparação para os acolher.⁶⁹

2.2.1 OCUPAÇÃO E POSSE DO SOLO

As favelas, *bidonvilles* e tugúrios que existem no Rio de Janeiro, Mumbai, Bogotá, Caracas, Jacarta ou Nairobi, entre muitas outras cidades nos países em desenvolvimento, demonstram que há um problema sistémico com a organização social da urbanização. O alojamento destas pessoas em assentamentos precários, como único meio de obter uma parcela de terreno, evidencia claramente que o acesso ao terreno é a raiz do problema.⁷⁰

Com o intuito de possibilitar uma comparação global, Mike Davis desenvolveu um esquema simplificado que, abstraindo-se das especificidades locais, permite considerar os padrões de ocupação segundo os quais as massas populacionais afluentes se fixam. Apesar de alguns analistas se centrarem na questão do estatuto legal do solo (ocupação legal ou ilegal, formal ou informal), Davis indica que, na realidade, a decisão primária das populações recém-chegadas reflecte a capacidade de pagar ou não por uma localização próxima das principais concentrações de emprego.⁷¹

Nas cidades dos países de economia emergente, os habitantes pobres ocupam uma grande variedade de espaços; porém, a maior parte do afluxo populacional a estes espaços urbanos (ocorrido especialmente a partir de 1970), tem sido absorvida pelas comunidades pobres e precárias nas

⁶⁷ M. Davis, op.cit., pp.22 ss.

⁶⁸ J. Silva (2006-7), p.2.

⁶⁹ C. Portugal (2006-7), p.8.

⁷⁰ E. Peñalosa, in R. Burdett, op.cit., pp.313 ss.

⁷¹ M. Davis, op.cit., p.30.

TIPOLOGIAS DE <i>SLUMS</i> NO CENTRO METROPOLITANO		
FORMAL	INFORMAL	
1. Apartamentos de arrendamento: - habitação em segunda mão - construído de raiz	1. Ocupação informal: - autorizada - não-autorizada	
2. Habitação pública	2. Ocupação de passeios	
3. Albergues, cortiços, etc.		
TIPOLOGIAS DE <i>SLUMS</i> NA PERIFERIA URBANA		
FORMAL	INFORMAL	CAMPOS DE REFUGIADOS
1. Arrendamento privado	1. Subdivisões pirata: - ocupado pelo dono - arrendado	
2. Habitação pública	2. Ocupação informal: - autorizada - não-autorizada	

Tipologias de *Slums* (centro vs. periferia) Fonte: DAVIS, Mike, *Planet of Slums*, Verso, Londres, 2007.

periferias em dispersão daquelas cidades. Com exceção do leste da Ásia (onde há um número significativo de habitações construídas pelo estado), o desenvolvimento das periferias urbanas do Terceiro Mundo apresenta duas formas: os assentamentos espontâneos e as urbanizações pirata⁷². Ambas geram paisagens de habitação precária, sem (ou inadequada) infra-estrutura, construídas pelas populações. De uma forma generalizada, as subdivisões do solo são referidas como comunidades espontâneas havendo, contudo, diferenças significativas em termos da ocupação e posse do solo.⁷³

O solo periférico desocupado e passível de ser ocupado sem quaisquer custos tem sido apontado como a solução para os problemas urbanos do Terceiro Mundo, libertando os governos do fardo do investimento e da disponibilização de terrenos. Todavia, há muito que a ocupação destes solos deixou de ser gratuita. Na realidade é frequente ser exigido às populações, por parte das autoridades ou proprietários legais dos terrenos, o pagamento de quantias consideráveis, as quais, em muitas situações, são exigidas durante todo o período de permanência. As populações pobres têm também de considerar os custos consequentes de habitar um terreno sem infra-estruturação. Não obstante todas estas despesas, a população desfavorecida continua a recorrer ao mercado informal, já que este lhe garante a possibilidade de fasear a construção da casa e, conseqüentemente, o seu pagamento.⁷⁴ Este faseamento é essencial para as classes pobres que, impossibilitadas de recorrer às instituições financeiras para a obtenção de crédito, têm necessidade de construir as suas casas aos poucos, de acordo com os rendimentos que vão obtendo – a habitação é assim um longo processo de melhorias, adaptações e extensões, de acordo com as possibilidades financeiras e necessidades espaciais dos agregados familiares.

Em muitas situações as ocupações massivas de solos foram propiciadas ou mesmo encorajadas por grupos políticos.⁷⁵ Em conformidade com o grau de facilitação pública, as populações desfavorecidas ocuparam terrenos públicos subdesenvolvidos ou grandes propriedades de um só dono. Em muitos casos, estas ocupações são um teste prolongado de vontade e perseverança perante o aparato repressivo do estado – na Caracas da década de 1970, por exemplo, era comum a invasão de solos e construção de habitações, seguida da demolição (pelo estado) e novamente da construção, um ciclo que se repetia até ao cansaço das autoridades.⁷⁶ A maioria das comunidades informais, contudo, são o resultado de uma invasão de pequena escala e sem confronto, possibilitada por uma oportunidade favorável para a ocupação do solo, como uma época de eleição, um desastre natural, um golpe de estado ou revolução.⁷⁷

Embora na década de 1970 tenham ocorrido grandes movimentos de ocupação na

⁷² Termo colombiano para urbanizações ilegais. Cf. *Idem*, pp.37 ss.

⁷³ *Idem*, *Ibidem*.

⁷⁴ *Idem*, p.38.

⁷⁵ Entre a década de 1960 e a de 1980, este tipo de invasões foram frequentes na América Latina, Egípto, Turquia e África do Sul.

⁷⁶ M. Davis, *op.cit.*, pp.38 ss.

⁷⁷ *Idem*, p.39.

América Latina, no Médio Oriente e no sudoeste asiático, as actuais ocupações de solo acontecem maioritariamente em solo urbano de baixo valor, habitualmente em localizações perigosas ou extremamente marginais – como áreas de inundações, encostas íngremes, pântanos ou propriedades industriais abandonadas. Como aponta a economista urbana Eileen Stillwagon, as populações pobres ocupam essencialmente solos sem renda, sem valor, que atraem pouca atenção e disputa.⁷⁸

Actualmente, o solo urbano periférico, mesmo que situado no deserto, tem um valor de mercado. Apesar de frequentemente designados como ocupações espontâneas, a maioria dos assentamentos de baixo rendimento nestas áreas funciona, na realidade, dentro de um mercado imobiliário paralelo. Estes assentamentos, comuns desde a década de 1970 e designados como urbanizações pirata⁷⁹, não resultaram de invasões de terrenos, mas da sua compra legal por parte de entidades privadas. Apesar da sua subdivisão ser ilegal, devem ser descritos como extralegais, uma vez que alojam famílias de baixos rendimentos que, tendo sido excluídas do mercado habitacional formal, apenas têm a possibilidade de comprar lotes a estes empresários. Os lotes vendidos são subdivididos sem conformidade com as normas de zonamento e sem o fornecimento de níveis adequados de serviços e infra-estruturas, possuindo habitualmente apenas um conjunto mínimo de serviços rudimentares – como algumas ruas e fontes colectivas de água –, infra-estrutura esta que tende a ser melhorada após o assentamento inicial ter sido concluído.⁸⁰ As urbanizações pirata ou “subdivisões residenciais comerciais de fraca qualidade”, são caracterizadas por Paul Baróos e Jan van der Linden, especialistas em habitação, num estudo de 1990, como a opção mais frequente no âmbito do alojamento das classes pobres e traduzem uma privatização da ocupação informal. Ao contrário dos habitantes que ocupam um terreno sem a mediação de empresários, os residentes de uma subdivisão pirata recebem um título legal⁸¹ ou posse *de facto*⁸² relativa ao seu lote.⁸³

As principais características das urbanizações pirata são, portanto, o ordenamento planeado, o fraco ou inexistente fornecimento de serviços, a localização suburbana, a alta segurança de posse, a não-conformidade com o zonamento urbano definido e a habitação autoconstruída. Com variações locais específicas, esta definição caracteriza o desenvolvimento nas áreas urbanas limítrofes na Cidade

⁷⁸ Idem, pp.39 ss.

⁷⁹ Idem, p.40.

⁸⁰ Cf. Rakesh Mohan, in Idem, *Ibidem*.

⁸¹ No caso da entrega de um título legal, o subdivisor é normalmente um especulador, um latifundiário, uma comuna rural, ou uma entidade oficial (como uma tribo ou concelho de vila). Os donos do solo poderão mesmo encorajar a organização de uma invasão do terreno, com o intuito de forçar o estado a garantir uma compensação bem como desenvolvimento infra-estrutural. Cf. Idem, pp.40 ss.

⁸² No caso da posse *de facto*, o solo é habitualmente de propriedade estatal, mas os residentes compraram uma garantia de posse aos políticos, líderes tribais ou cartéis criminosos - por exemplo, as Tríades são os principais empreendedores informais de propriedade em Hong Kong. Outro exemplo são os *dalals*, em Karachi, que são descritos como empresários pirata que aprenderam a colaborar e a manipular os gananciosos políticos e burocratas. Os *dalals* asseguram a posse de parcelas de solo público, compram segurança contra o despejo e obtêm serviços de água e transporte; dominam as *Katchi abadis* (as divisões pirata) que alojam quase metade da população em Karachi. Cf. Idem, pp.41 ss.

⁸³ Idem, *Ibidem*.

do México, Bogotá, São Paulo, Cairo, Tunis, Harare, Karachi, Manila e centenas de outras cidades – incluindo, no espaço da OCDE⁸⁴, os clandestinos em torno de Lisboa, bem como as recentes colónias na periferia de El Paso e Palm Springs.⁸⁵

Em alguns países a comercialização destes desenvolvimentos periféricos tem já várias décadas de existência. Em Istambul, por exemplo, a ocupação espontânea desapareceu desde meados da década de 1960. Os residentes dos espaços informais tiveram de pagar a homens poderosos pelo direito de ocupar os terrenos, mesmo que estes fossem públicos. A meados da década de 1970, os empresários começaram a controlar os solos públicos em certos distritos de Istambul, vendendo terreno e monopolizando a actividade da construção. Em Nairobi, uma cidade repleta de inquilinos pobres que pagam rendas exorbitantes, a comercialização começou no início da década de 1970, à medida que as classes ricas descobriram o mercado altamente lucrativo das ocupações informais. Mesmo proprietários privados de terrenos começaram a subdividi-los e a construir habitações não-autorizadas.⁸⁶

Na opinião de Davis, a literatura popular e académica sobre a habitação informal tende a romantizar os habitantes das ocupações espontâneas e a ignorar os inquilinos,⁸⁷ os quais constituem habitualmente a classe pobre mais invisível e impotente. Em situações de intervenção para melhoria ou despejo, os inquilinos são tipicamente inelegíveis para compensação ou reassentamento.⁸⁸

As ideias de Hernando de Soto, com grande divulgação na década de 1990, indicam que o maior problema nas cidades do Terceiro Mundo é a escassez de títulos de propriedade. Para o economista peruano, estes títulos permitiriam criar vastos poços de capital a partir dos assentamentos informais existentes. Sob esta perspectiva, os pobres têm na realidade bens consideráveis, aos quais não conseguem aceder ou transformar em capital líquido por não possuírem os documentos formais ou títulos de propriedade. Na sua opinião, a atribuição destes documentos criaria de forma instantânea uma equidade generalizada com pouco ou nenhum custo para o governo.⁸⁹

O especialista em posse de solo Geoffrey Payne alerta, contudo, para o carácter duplo da atribuição de títulos de propriedade visto que, para os donos, ela representa a incorporação formal na cidade, mas para os inquilinos – e mesmo para aqueles incapazes de pagar os impostos adicionais implícitos na regularização – poderá prejudicá-los ainda mais. Assim, a atribuição destes títulos tende a acelerar a diferenciação social nos *slums* e a desprezar os inquilinos, a larga maioria dos pobres nas

⁸⁴ OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

⁸⁵ M. Davis, *op.cit.*, pp.41 ss.

⁸⁶ *Idem*, p.42.

⁸⁷ *Idem*, p.43.

⁸⁸ *Idem*, p.44.

⁸⁹ Davis indica, contudo, que estas ideias não são novas. A esquerda latino-americana e o partido comunista indiano há muito que procuram atribuir segurança de posse aos habitantes dos assentamentos informais. Cf. *Idem*, pp.79 ss.

idades do Terceiro Mundo. Payne avisa que esta acção pode levar à criação de uma subclasse, à qual é negado o acesso a qualquer forma de habitação economicamente acessível ou aceitável.⁹⁰

Com referência à Cidade do México, Peter Ward confirma esta postura, afirmando que a atribuição de títulos ou, mais precisamente, a “regularização” implica, mais do que a mera entrega de títulos de propriedade, a incorporação dos pobres na base fiscal. Apesar da posse de um título lhes permitir usar a habitação como colateral no pedido de empréstimos, dá simultaneamente visibilidade a estas classes pobres que até então tinham escapado aos pagamentos de impostos e serviços municipais. Este processo de regularização tende ainda a debilitar a solidariedade dentro das *colonias* por individualizar a luta pela habitação e por diferenciar os interesses dos donos titulados dos restantes residentes das áreas informais.⁹¹

Sem dúvida que uma parte desta população desfavorecida conseguiria ter acesso a mais dinheiro se possuísse títulos de propriedade. Neuwirth assinala, contudo, que os esforços tremendos por construir e melhorar as suas casas têm um simples motivo: a necessidade de ter uma habitação segura, estável, decente e barata, que possam expandir no futuro à medida que as suas famílias cresçam e as suas necessidades mudem. Os títulos de propriedade, tão naturais no mundo desenvolvido, podem na realidade prejudicar o sentido de segurança por atraírem especuladores, bem como a imposição de impostos, regulamentações e diversas proibições que anulariam o dinamismo das suas comunidades.⁹² Claramente estas populações não recusariam um título de propriedade se este lhes fosse oferecido; a sua preocupação principal, porém, é a segurança da sua ocupação, e não a posse a título privado.⁹³ Quando estas comunidades sentem que não serão fácil ou subitamente despejadas, investem seriamente nas suas casas e nos seus assentamentos – e não precisam de um título de propriedade individual para tal. Apesar de saberem que não eram proprietários dos terrenos em que assentaram, os *squatters* ergueram edifícios permanentes sem títulos de propriedade, no Brasil e na Turquia, e criaram bairros completos, na Índia.⁹⁴

Apesar de todos estes argumentos, a panaceia proposta por De Soto permanece muito popular, dada a promessa de imensos ganhos sociais com pouco esforço e pelo novo ânimo que dá aos paradigmas de *self-help* do Banco Mundial. Esta estratégia está ainda em sintonia com a ideologia dominante neoliberal e anti-estatal, como é caso da ênfase do Banco Mundial na facilitação governamental dos mercados habitacionais privados e na promoção de propriedade habitacional generalizada. As ideias de Soto são ainda um incentivo para os governos, pois promete-lhes estabilidade, votos e impostos em troca de virtualmente nada.⁹⁵

⁹⁰ Idem, p.80.

⁹¹ Idem, pp.80 ss.

⁹² R. Neuwirth, op.cit., pp.20 ss.

⁹³ Idem, p.21.

⁹⁴ Idem, *ibidem*.

⁹⁵ M. Davis, op.cit., p.81 ss.

As dinâmicas de mercado, superando qualquer esforço institucional ou governamental, empurram a maioria dos pobres para uma marginalidade ainda mais profunda, pelo impacto negativo da inflação e especulação do solo. A urbanização pirata comprova a actuação impetuosa das forças dos mercados imobiliários sobre os assentamentos precários. Apesar da contínua idealização dos pobres como sobreviventes e engenhosos e do acesso livre e sem custos ao solo, os habitantes destituídos do espaço urbano são, cada vez mais, subjugados aos senhorios e especuladores.⁹⁶ Estes fenómenos – reunidos em torno da definição de *slumlordism* – não são recentes e evocam uma comparação com os seus antepassados do século XIX. Na sua análise da economia política do *East End* de Londres – o maior *slum* vitoriano –, o historiador Gareth Stedman Jones descreve um ciclo vicioso de demolição habitacional, aumento de rendas, sobrelotação e doença.

Davis aponta ainda que a ocupação informal pode ser usada como meio de manipulação das elites sobre a valorização do solo. Fazendo referência a Lima, o geógrafo Manuel Castells descreve situações em que proprietários incentivam os residentes pobres, na década de 1970, a ocupar os seus terrenos, forçando o governo a conceder a infra-estruturação do assentamento e, indirectamente, a aumentar o seu valor. Esta situação permitia, após uma primeira fase de despejo dos residentes, integrar o solo no mercado imobiliário urbano.⁹⁷ Davis refere fenómenos semelhantes e mais recentes em Manila, onde as populações pobres converteram encostas, campos marginais ou pântanos em solo passível de construção, o que, pelo aumento do seu valor, incitou os donos a despejá-los ou a aumentar as suas rendas.⁹⁸

A ocupação espontânea sem custos desapareceu em 1990. De facto, em 1984, um grupo de especialistas em habitação avisou que este tipo de ocupação era um fenómeno temporário e que as soluções habitacionais de carácter espontâneo iriam sofrer uma diminuição contínua, no seguimento do progressivo controlo da urbanização periférica por parte das organizações privadas poderosas e integradas. Na opinião deste grupo, a atribuição de títulos de propriedade, passíveis de serem transferidos (e logo incapazes de assegurar definitivamente a posse), acelerou este fenómeno, permitindo aos empresários contornar ou corromper o processo de planeamento e privatizar as ocupações informais.⁹⁹ Mike Davis refere que, alguns anos mais tarde, Ellen Brennan alertou que muitas opções disponíveis para as pessoas de baixos rendimentos, como o solo público não-utilizado, estavam a desaparecer

⁹⁶ As elites proprietárias de solos periféricos no Terceiro Mundo têm-se transformado em *slumlords* urbanos. A generalização do latifúndio urbano está associada à crise e declínio da economia produtiva. Houve, presumidamente, uma altura em que os valores dos solos urbanos estavam sincronizados com o crescimento económico e com o investimento industrial. Desde a década de 1970, esta sintonia desfez-se, à medida que os bens imobiliários urbanos se tornaram cada vez mais numa armadilha para as poupanças nacionais. A interrelacionada crise de crédito, a galopante inflação e os ajustes estruturais do FMI, no final da década de 1970 e na de 1980, destruíram a maioria dos incentivos para o investimento produtivo nas indústrias habitacionais e no emprego público. Por sua vez, os programas de ajuste estrutural canalizaram as poupanças domésticas, da produção e prosperidade, para a especulação do solo. Cf. Idem, p.82 ss.

⁹⁷ Cf. Idem, p.89.

⁹⁸ Cf. Idem, *Ibidem*.

⁹⁹ Cf. Idem, p.90.

rapidamente. Com efeito, os solos desocupados ou subdesenvolvidos, nas periferias e noutras áreas urbanas, começavam então a ser reunidos e desenvolvidos, legal e ilegalmente, por promotores corporativos. Brennan observou ainda que este problema tinha uma gravidade similar nas periferias em que a maioria do solo era de propriedade pública (como Karachi e Deli), e nas situações em que a maioria era de propriedade privada (como Manila, Seoul e Banguécoque).¹⁰⁰

Terminou assim a ideia do solo urbano periférico livre como solução para os residentes pobres – os “*slums* de esperança” divulgados por John Turner foram substituídos pelo latifúndio urbano e pelo capitalismo. Este desaparecimento, bem como a inflação do custo do solo e a estagnação da oferta de emprego formal, têm inúmeras repercussões na estabilidade das cidades em questão, especialmente no crescente número de inquilinos pobres que são integrados nos já sobrelotados assentamentos informais do mundo em desenvolvimento.¹⁰¹

Na grande maioria das cidades do Terceiro Mundo, a propriedade de solo é uma prerrogativa de apenas uma pequena elite urbana, a qual vê o solo como um investimento financeiro que aumenta o seu valor mais rapidamente do que a maioria dos outros investimentos. A expropriação de solos para habitação pública nem sempre funciona, pois a disparidade entre o preço subsidiado e o real valor de mercado é considerável e incita os pobres a vender as suas unidades habitacionais e a retornar aos assentamentos informais ou aos passeios. A expropriação apenas remove o valor de mercado e não o valor de oportunidade, determinado pela relevância da área na cidade e pelo acesso a infra-estrutura e serviços.¹⁰²

A implantação em áreas de perigo tende a ser a típica localização geográfica dos assentamentos informais, cujos residentes tendem a trocar a segurança física e a saúde pública por alguns metros quadrados de solo disponível e alguma segurança contra o despejo. De forma geral, estas ocupações tendem a ser as primeiras implantações em solos indesejados, como pântanos, áreas de cheia, encostas íngremes, vulcânicas ou instáveis, aterros sanitários, lixeiras químicas, linhas férreas e áreas periféricas desérticas.¹⁰³ Inicialmente, a maioria das comunidades informais optava por permanecer escondida, como principal estratégia para a sobrevivência. Assim, construíam casas em terrenos indesejados, locais que lhes permitissem esconder-se do olhar público. Mas o ímpeto do afluxo populacional aos centros urbanos e o conseqüente aumento dos assentamentos informais, inviabilizou esta estratégia. Agora, para assegurar as suas casas, os residentes pobres destes espaços

¹⁰⁰ Cf. Idem, *Ibidem*.

¹⁰¹ Os *megaslums* modernos, como Kibera em Nairobi e Cité-Soleil em Port-au-Prince alcançaram densidades imensas: congestionam mais habitantes em habitações térreas do que as que havia nos famosos distritos de apartamentos de arrendamento no Lower East Side, na década de 1900, ou em centros contemporâneos *high-rise* como as centrais de Tóquio ou de Manhattan. De facto, o maior *slum* contemporâneo da Ásia – Dharavi, em Mumbai – tem uma densidade superior ao dobro da de Nova Iorque no século XIX. Cf. Idem, p.92.

¹⁰² C. Correa, *op.cit.*, p.94.

¹⁰³ M. Davis, *op.cit.*, pp.121 ss.

informais têm de insistir nos seus direitos num mundo que não quer reconhecer a sua legitimidade e, em casos mais extremos, que pretende mesmo negar-lhes o direito à existência.¹⁰⁴

2.2.2 APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO

Os *megaslums* modernos, como Kibera, no Quênia, e Dharavi, na Índia, evidenciam densidades populacionais sem paralelo, conseqüentes do preenchimento e sobrelotação das áreas existentes.

Comprimindo aproximadamente 4,500 pessoas por hectare, Dharavi aloja entre 500,000 e 1 milhão de habitantes – as estimativas variam de acordo com a fonte – alojados em quartos com 3x5 metros de área, criando um assentamento extremamente denso e de grandes dimensões, situado no centro urbano da cidade de Mumbai. Actualmente, Dharavi é ainda uma zona de habitação barata para os recém-chegados à cidade e um íman para os pequenos negócios, como matadouros, curtições de couros, fábricas de destilação, entre outros. Ao longo dos anos, o assentamento tem crescido e melhorado, mas a maior parte do trabalho foi realizado pelos residentes; com efeito, a cidade fez muito pouco por esta comunidade. O seu conjunto construído é uma combinação de habitação precária com bairro informal de múltiplos pisos, que ladeiam ruas muito estreitas, integrando na sua malha labiríntica, dissimuladamente, fábricas e salas de exposição, pequenos negócios e oficinas, comerciantes e revendedores.¹⁰⁵

Em Nairobi, cerca de 1,5 milhões de pessoas vive em habitações extremamente precárias com densidades muito elevadas e sem qualquer fornecimento de serviços ou saneamento.¹⁰⁶ Podendo integrar cerca de 20 unidades, cada estrutura habitacional nos assentamentos precários desta cidade africana está dividida em unidades individuais (que tendem a alojar um agregado familiar inteiro) com aproximadamente 3x3 metros de área, cuja porta dá acesso a um corredor interior que, por sua vez, liga ao exterior. Cada quarto alberga todas as funções de uma casa, servindo de sala de estar, sala de jantar, cozinha, casa de banho, escritório e quarto. Kibera, a sua maior comunidade informal, é um assentamento de carácter ainda primitivo, uma vez que a maioria das suas habitações é ainda de terra,

¹⁰⁴ R. Neuwirth, op.cit., p. xiv.

¹⁰⁵ Idem, pp.120 ss.

¹⁰⁶ Idem, p.3.

mas os assentamentos mais recentes de Nairobi são construídos com chapas de metal corrugado assentes em fundações de betão. Embora mais duradoiras do que a terra, as chapas constituem um péssimo material num contexto em que o sol reina, pois o metal, por ser mau isolante e óptimo condutor, reflecte as grandes variações térmicas; continua, todavia, a ser o material mais frequente, dado o baixo custo e a rapidez e facilidade de montagem.¹⁰⁷

Para explicar o efeito da alta densidade em determinados contextos, Rapoport recorre à comparação entre o que designa como os “*slums* de esperança” latino-americanos e os “*slums* de desespero” norte-americanos. Ainda que, fisicamente, os primeiros sejam piores, a nível social o resultado é muito distinto. O arquitecto sugere então que estas áreas urbanas devem ser analisadas no âmbito do seu contexto, uma vez que uma habitação ou um bairro são algo mais do que um lugar onde viver, são um centro indispensável para o desenvolvimento social e económico, onde os processos de entreatajuda e a aquisição de aptidões ou de poupanças monetárias tornam as condições físicas menos relevantes.¹⁰⁸

As densidades elevadas e em contínuo crescimento predominantes nas cidades do Terceiro Mundo não estão, de modo geral, associadas a construções em altura, mas a taxas de ocupação extraordinariamente altas por divisão e à inexistência de espaços públicos abertos, de equipamentos e outras infra-estruturas sociais no bairro. Para Charles Correa, a solução para o problema do alojamento destas massas urbanas não passa por uma resposta em torno da inovação material ou tecnológica, mas pela consideração da densidade, da ocupação do solo e da presença de espaços abertos.¹⁰⁹

Também, Rapoport faz referência à importância do espaço exterior nestes contextos – já que, para além do acesso às moradias, oferece aos agregados familiares o acesso a variadas actividades (comerciais, de interacção social e familiar, etc.) –, salientando ainda que o espaço aberto chega a ser mais importante que o espaço encerrado. Neste sentido, o autor considera que o insucesso dos programas governamentais se prende com a prioridade dada a uma ordenação rígida e geométrica, em vez de a uma organização baseada na estrutura de parentesco. Referindo-se a Lima, indica também que as insatisfações dos residentes dos assentamentos informais se centram em questões como serviços, títulos de propriedade, infra-estrutura, pavimentação e protecção policial; contudo, a nível da habitação os residentes preferem o seu modo de construção faseado, mais adequado às suas necessidades e meios de pagamento.¹¹⁰

A minúscula unidade residencial, com 10 m², que abriga habitualmente uma família

¹⁰⁷ Idem, pp.72 ss.

¹⁰⁸ A. Rapoport (1978), pp.103 ss.

¹⁰⁹ C. Correa, op.cit., pp.42 ss.

¹¹⁰ A. Rapoport, op.cit., pp.108 ss.

inteira, é apenas um elemento de um sistema complexo e hierárquico de espaços usufruídos pelas populações que residem em espaços urbanos informais. Fazendo referência ao contexto indiano (mas com fundamentos válidos para a maioria dos países de economia emergente), Charles Correa define pelo menos quatro espaços neste sistema: em primeiro lugar, o espaço necessário à família para uso privado (para cozinhar, dormir, armazenar, etc.); segundo, as áreas de contacto familiar, como o espaço à frente da porta onde as crianças brincam e os adultos conversam com os vizinhos; terceiro, o espaço de encontro social no interior do bairro, como a fonte ou o poço de água, onde as pessoas interagem e se tornam parte da comunidade; e por último, a principal área comercial urbana, como o *maidan*¹¹¹. O número de elementos e as suas interações poderão sofrer variações culturais, climáticas ou relativas aos níveis de rendimento, mas todos os assentamentos humanos – desde as minúsculas cidades às grandes metrópoles – têm um sistema similar. Estes sistemas integram duas características fundamentais: por um lado, cada elemento compreende espaços abertos e encerrados com graus de utilização que variam geográfica e culturalmente (este dado é revelante, pois a maioria dos assentamentos informais localiza-se em climas tropicais onde as actividades podem e têm lugar no exterior, o que indica um grau de utilização dos espaços abertos muito elevado); por outro, estes elementos são interdependentes, ou seja, a falta de espaço numa categoria pode ser ajustada pelo fornecimento de mais espaço noutra – por exemplo, unidades habitacionais menores podem ser compensadas por espaços comunitários maiores, e vice-versa.¹¹²

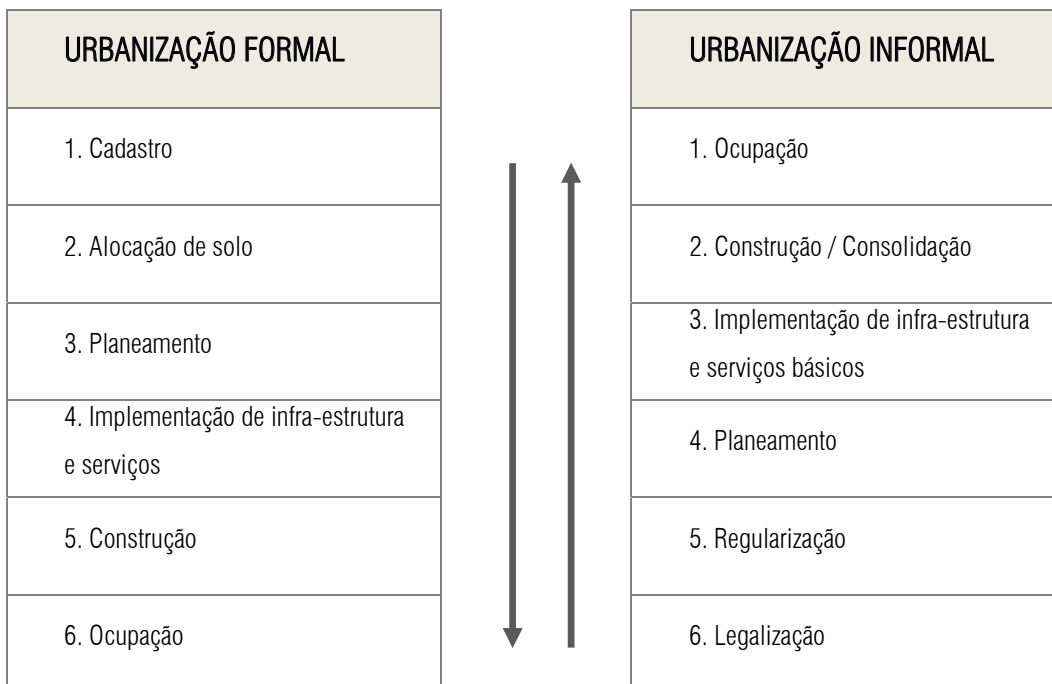
A identificação deste sistema hierárquico e a compreensão da natureza destes compromissos deveria ter um papel prioritário no processo de desenvolvimento de habitação viável. Sem tal consideração, corre-se o risco de formular as questões erradas, visto que a má compreensão destes sistemas foi o motivo pelo qual tantas tentativas de alojamento de baixo custo entenderam a habitação como uma questão simplista de integrar o número máximo de unidades residenciais num dado local, sem qualquer preocupação pelos restantes espaços envolvidos no sistema hierárquico. O resultado é a conformação de ambientes desumanos e inadequados. Os planeadores ignoram frequentemente um princípio fundamental: num clima quente o espaço é por si só um recurso. Ao recorrer a espaços a céu aberto, a privacidade territorial das famílias é de importância decisiva, visto que, à medida que os edifícios envolventes se tornam mais altos, os espaços tornam-se cada vez mais restritos em função. Por exemplo, um pátio no piso térreo pode ser usado por uma família para muitos propósitos, incluindo dormir. Um pátio num edifício com dois pisos permite ainda cozinhar nele, com cinco pisos serve apenas para as crianças brincarem e com dez pisos torna-se num parque de estacionamento.¹¹³

Correa acredita que, de uma forma geral, a habitação de cêrcea baixa, que constitui a larga maioria da tipologia habitacional nestes assentamentos, tem diversas vantagens: permite um

¹¹¹ “*Maidan*” é um termo indiano que refere um espaço aberto dedicado ao encontro social, ao desporto, etc.

¹¹² C. Correa, op.cit., pp.33 ss.

¹¹³ Idem, pp.36 ss.



Desenvolvimento do solo urbano: a lógica formal e informal. Fonte: AA. VV., *New Towns for the 21st Century: the planned vs. the unplanned city*, SUN Architecture and Authors, Amesterdão, 2010.

crescimento faseado de acordo com as necessidades e possibilidades económicas do agregado familiar, consente uma grande variedade – pois a casa pode ser desenhada e construída de acordo com as necessidades dos seus habitantes –, é sensível às determinantes sociais, culturais e religiosas do ambiente – facilitando o ajuste dos espaços ao estilo de vida próprio dos habitantes – e permite uma conclusão mais rápida da habitação – já que um indivíduo que constrói a sua própria casa é uma entidade extremamente motivada e com um maior grau de poupança. Para além disto, este tipo de edificação tem um período de construção mais curto do que a habitação em altura com múltiplos pisos, não exige o uso de materiais específicos por questões estruturais – as casas térreas podem ser construídas em qualquer material disponível e melhoradas com o tempo – e facilita ainda a sua manutenção.¹¹⁴

Correa considera que a habitação tem de responder a certos princípios, como o faseamento construtivo, o pluralismo, a participação, a criação de rendimento, a igualdade, o espaço aberto e a desagregação. Estes princípios pretendem orientar a criação de padrões segundo os quais as unidades habitacionais possam ser implantadas o mais próximo possível, de modo a garantir as vantagens da alta densidade, mas separadas o suficiente para permitir identidade e crescimento individual.¹¹⁵

A pressão que a urbanização rápida exerce nas cidades é indubitável, no sentido da antecipação do crescimento e orientação da ocupação, através do fornecimento de solo infra-estruturado adequado à escala da procura, para acomodar a crescente população e outras actividades urbanas relacionadas. Acentua-se, por isso, a necessidade de traçar e implementar estratégias adequadas que permitam o acesso igual a oportunidades habitacionais que vão ao encontro das necessidades e recursos da população urbana. Estabelecendo a comparação entre formal e informal em termos do desenvolvimento do solo urbano, o modelo de Paul Baross aponta para a desadequação do actual modelo formal de desenvolvimento – designado por *PSBO model (planning, servicing, building and occupation model)*¹¹⁶ –, perante os fenómenos informais de urbanização rápida que, na realidade, o invertem. Assim, Baross apresenta o *OBSP model (occupation, building, servicing and planning model)*¹¹⁷, que esquematiza a lógica dos assentamentos informais autoconstruídos e constitui o modelo predominante de desenvolvimento urbano na maioria das cidades nos países de economia emergente.¹¹⁸

A nossa capacidade de transformar, reinventar e/ou ajustar esta lógica informal às políticas governamentais existentes irá determinar o sucesso das estratégias perante os desafios da rápida urbanização. Assim, revela-se crucial estudar e compreender a lógica da urbanização informal para que se possam construir respostas eficientes. Como mostrado na figura, o acesso ao solo e a sua

¹¹⁴ Idem, pp.49 ss.

¹¹⁵ Idem, pp.53 ss.

¹¹⁶ Modelo de planeamento, infra-estruturação, construção e subsequente ocupação.

¹¹⁷ Modelo de ocupação, construção, infra-estruturação e subsequente planeamento.

¹¹⁸ C. Acioly Jr., in AA. VV., *New Towns for the 21st Century* (2010), p.231.

ocupação e consolidação são os primeiros passos do modelo informal de urbanização. Havendo tolerância governamental, o processo continua e os residentes obtêm o acesso a infra-estruturas, através de negociações e/ou formas de pressão política e social. O planeamento e a subsequente regularização (do solo e da construção) e, eventualmente, a legislação, têm lugar no final do processo.

Na prática, este processo de desenvolvimento urbano é muito mais complexo e inclui negociações e resolução de conflitos para lidar com as possíveis ameaças de despejo, que envolvem interesses, actores e recursos diferentes e conflituosos. Os assentamentos raramente alcançam a formalização e legalização total. Apesar dos processos habitacionais revelarem as dinâmicas e criatividade da população, os resultados nem sempre são positivos, em muitos casos pela localização em solos desadequados, com fraca infra-estruturação e frequentemente sujeitos a diferentes tipos de adversidades.¹¹⁹

As observações que Claudio Acioly Jr.¹²⁰ realizou em diversas partes do mundo em desenvolvimento demonstram inequivocamente que o processo habitacional é evolutivo, traduzindo uma consolidação progressiva do direito ao solo; depende também da disponibilidade de tempo, materiais e tecnologias de construção, da segurança de ocupação e posse do solo e dos recursos financeiros. As dinâmicas de entreajuda, de auto-ajuda e de auto-governança, mas também o recurso a parceiros externos, são formas comuns de organizar a construção. Neste sentido, qualquer iniciativa política deverá responder a estas variáveis, para que se aproveitem e reforcem as capacidades de autoconstrução dos agregados familiares pobres.¹²¹

O desafio está, portanto, na integração desta lógica informal num quadro político adequado à escala da procura, o que implica a consideração de várias opções que promovam e reforcem a capacidade e engenho das pessoas, como empréstimos de materiais e esquemas de crédito economicamente acessíveis e flexíveis, normas de construção flexíveis e variedade nos padrões e no fornecimento infra-estrutural, de modo a permitir resultados diversificados e uma gama adequada de opções. A reformulação dos meios de financiamento à habitação é, por isso, fundamental: é necessário disponibilizar esquemas flexíveis de financiamento e microfinanciamento com diferentes termos e maturidade, adequados aos recursos, tempo e tipo de habitação dos agregados familiares pobres. Os empréstimos não devem ser baseados no produto final total, mas adaptados ao processo de desenvolvimento habitacional evolutivo e progressivo. Apenas então uma estratégia de prevenção à contínua formação de *slums* poderá funcionar.¹²²

Sem um modelo ou configuração única, cada assentamento informal tem as suas características específicas consequentes dos factores locais, sociais, culturais, económicos e políticos. Todavia,

¹¹⁹ C. Acioly Jr., in Idem, Ibidem.

¹²⁰ Claudio Acioly Jr. é um arquiteto e planeador urbano com experiência profissional no Brasil, Holanda e Guiné-Bissau.

¹²¹ C. Acioly Jr., in AA. VV., *New Towns for the 21st Century* (2010), p.231.

¹²² C. Acioly Jr., in Idem, Ibidem.

estes espaços urbanos partilham aspectos similares. Com efeito, a grande maioria das ocupações espontâneas¹²³ reflecte o resultado da construção habitacional progressiva e faseada, sem uma definição prévia dos percursos, que acabam por se revelar o espaço negativo sobranete, aquele que o espaço privado não preencheu. Desse processo de formação reconhecem-se fundamentalmente três características constantes: a preponderância das áreas privadas sobre as colectivas, a indefinição dos espaços de uso colectivo e o dimensionamento desadequado do sistema viário.¹²⁴

A habitação nestes espaços é tão informal no seu *design* como o é no seu financiamento: a maioria das unidades são construídas sem o apoio de arquitectos e engenheiros, que acarretam despesas incomportáveis, e sem o suporte das instituições de crédito. Embora existam algumas convenções, a construção não tem em consideração nenhuma norma legislativa. Para além disto, os materiais são escolhidos pela sua disponibilidade e custo, e apenas secundariamente pela sua estética ou estabilidade estrutural. Falamos, portanto, de formas de construção que avançam gradualmente por tentativa e erro e produzem um espaço no qual o todo é mais do que a soma das suas partes e os edifícios no conjunto são mais significativos e valiosos do que cada unidade que o compõe.¹²⁵

Paralelamente ao crescimento horizontal dos assentamentos informais, as unidades individuais tendem a crescer verticalmente, impelidas ou condicionadas não por regulamentos de zonamento ou códigos de construção, mas pela escassez de espaço. Assim, cada volume individual ergue-se em vários pisos, podendo mesmo expandir-se sobre construções vizinhas: as habitações desenvolvem-se verticalmente, segundo uma lenta acumulação de novas camadas à medida que os agregados familiares crescem ou que os rendimentos melhoram. A consequente densificação do edificado e a inexistência de ruas com dimensões adequadas a esse crescimento tendem a reflectir-se em problemas como a ventilação dos espaços interiores e o bloqueio da luz natural.

Conclui-se que, nos compactos e densamente povoados assentamentos urbanos informais, espaço público é um termo relativo, o qual deve ser referido como espaço de uso colectivo, compreendendo variados graus de interacção social, desde o mais público ao mais privado. As crianças brincam dentro e fora das habitações que fazem frente de rua e as áreas verdes são praticamente inexistentes. O espaço disponível é usado para a construção de habitação, mesmo que os terrenos não sejam adequados para tal.¹²⁶

¹²³ Como referido anteriormente, este carácter espontâneo não é partilhado pelos assentamentos que resultam de urbanizações pirata, que geralmente compreendem algum tipo de ordenamento espacial prévio.

¹²⁴ S. Magalhães, in J. Silva, op.cit., p.15.

¹²⁵ Urban-Think Tank, "Co-Ownership", in *AI Manakh*, vol.12, 2009, pp.388-393. [on-line] Disponível em: <http://www.u-tt.com/pdf/2009AIManakh.pdf>. (Consultado em Outubro de 2011).

¹²⁶ N. Berg, "To Add Public Spaces to Brazil's Favelas, First You Have to Find Space", *The Atlantic Cities*, 14 de Outubro de 2011. [on-line] Disponível em: <http://www.theatlanticcities.com/design/2011/10/finding-and-building-public-space-brazil-favelas/296/>. (Consultado em Fevereiro de 2012).

2.2.3 INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS BÁSICOS

Como todas as outras 600 favelas cariocas, a Rocinha é uma comunidade ilegal. Foi evoluindo ao longo de décadas através de sucessivas invasões de terrenos. Há apenas duas décadas atrás, a Rocinha era ainda uma pequena quinta, um pequeno aglomerado de barracas num morro. Os residentes originais seguiam uma regra fundamental: não construir nada permanente – já que uma habitação de pedra ou tijolo chamaria mais a atenção das autoridades e poderia encorajar o despejo e demolição –, o que implicava a sobrevivência sem água, electricidade, gás e saneamento. Os habitantes formaram mutirões – sociedades de construção mútua – e ajudaram-se entre si a construir. Actualmente, os laços de etnia, pátria e língua começaram a desvanecer-se e a era do mutirão está praticamente terminada; assim, a maioria da construção é agora realizada por trabalhadores assalariados. Para lidar com os problemas comunitários, cada favela dispõe de, pelo menos, uma associação de moradores, com representantes eleitos – a Rocinha tem três, que competem frequentemente entre si. Os problemas que estas associações enfrentam são muito similares aos de qualquer associação comunitária ou de condomínio numa cidade ocidental.¹²⁷

Os primeiros serviços foram obtidos através de ligações ilegais aos serviços municipais. À medida que a população cresceu, contudo, a Rocinha foi ganhando algum poder e coragem para lutar pelos seus direitos e para reivindicar respostas às suas necessidades: actualmente tem instalações eléctricas, desde que a companhia de electricidade reconheceu o número de potenciais consumidores que a favela representava. Após a electricidade, veio o fornecimento de água, para colmatar as ligações clandestinas às condutas de água que alimentavam os bairros envolventes: tudo o que um proprietário precisava era de uma bomba eléctrica e um tanque de água no telhado.¹²⁸

Uma parte da favela resulta de um empreendimento imobiliário fracassado que, pretendendo lucrar com a paisagem, rasgou ruas no topo do morro para a construção de mansões.¹²⁹ Aos poucos, os *squatters* invadiram o terreno, aproveitando as ruas abertas na encosta, que facilitaram a invasão. Hoje em dia, estas antigas estradas estão pavimentadas e a sua existência dá um carácter específico à favela: é a única que tem uma estrada municipal dentro dos seus limites, factor que tem sido um importante motor para o desenvolvimento da favela, pois para além do acesso do tráfego automóvel privado, permite a circulação de duas linhas de transporte público.¹³⁰

Em Kibera, apesar de existirem condutas de água por todo o assentamento informal, o

¹²⁷ R. Neuwirth, op.cit. pp.39 ss.

¹²⁸ Idem, pp.41 ss.

¹²⁹ Idem, p.42.

¹³⁰ Idem, Ibidem.

governo nunca realizou o abastecimento de água. Esse é, hoje em dia, um negócio privado autorizado pelo governo: empresários particulares instalaram quiosques por todo o assentamento, onde vendem água aos residentes, que chegam a ter de pagar 10 vezes mais pela água do que o seu preço oficial, sendo que quando esta escasseia, este preço pode chegar a ser entre 30 e 40 vezes mais elevado.¹³¹

Há alguns anos atrás, o Banco Mundial tentou uma abordagem diferente, unindo-se ao concelho da cidade, para fazer chegar condutas de água municipal a Kibera, tornando os quiosques, deste modo, dispensáveis. As canalizações foram instaladas, mas o trabalho nunca chegou a ser concluído, por falta da disponibilização de verbas. Meses depois, os tubos permaneciam instalados mas sem utilização. Com pouca esperança de que o plano alguma vez avançasse – e acabando por condenar definitivamente o projecto –, alguns moradores de Kibera começaram a desmontar a instalação para venderem os materiais no mercado paralelo.¹³²

Teoricamente as cidades são a solução para a crise ambiental global, uma vez que a densidade urbana permite uma maior eficiência em termos de ocupação do solo e utilização dos recursos. Esta concentração potencia também os espaços públicos democráticos e as instituições culturais.¹³³ Contudo, nos assentamentos urbanos informais, o pouco espaço aberto, sem pavimentação nem qualquer qualidade urbana, tende a estar soterrado em lixo não colectado. Para além disso, a contínua dispersão tem levado à contaminação dos solos e à consequente destruição de terrenos agrícolas. À medida que a crise habitacional piora na maioria das cidades, os *slums* vão invadindo santuários ecológicos e bacias hidrográficas protegidas.¹³⁴

De modo generalizado, os assentamentos urbanos informais são caracterizados pela inexistência de infra-estrutura e serviços (água, energia, transportes, etc.), bem como pela falta de equipamentos para educação, recreio, saúde e cuidado social. Oito décadas após as advertências de Friedrich Engels relativamente à falta de saneamento e higiene nas áreas pobres das cidades industriais, o problema persiste nas vidas dos residentes urbanos pobres. Apesar de indelicado, o assunto é um problema fundamental para a vida comunitária, uma vez que, para além dos perigos de saúde pública que advêm do contacto directo e continuado com o lixo dos outros, tende a constituir alguns dos elementos de segregação social mais profundos. A crise global do saneamento é imensa e resulta, como muitos dos problemas urbanos do Terceiro Mundo, do colonialismo europeu. De facto, a recusa generalizada dos impérios colonialistas em fornecer o saneamento e as infra-estruturas de abastecimento de água aos bairros nativos teve consequências gravíssimas para estes espaços urbanos

¹³¹ Idem, p.81.

¹³² Idem, pp.82 ss.

¹³³ M. Davis, op.cit., p.134.

¹³⁴ Metade das favelas de São Paulo, estão localizadas nas margens dos reservatórios que abastecem a cidade de água. Isto coloca em perigo a saúde pública, já que os *squatters* despejam o seu lixo directamente nos reservatórios ou nos riachos afluentes. Cf. Idem, p.134 ss.

que ainda hoje perduram – por exemplo, a megacidade de Kinshasa, na República Democrática do Congo, com uma população próxima dos 10 milhões, não tem, de todo, um sistema de esgoto de base hídrica.¹³⁵

A infra-estrutura é, pois, um tema fundamental no espaço urbano informal. Apesar de alguns exemplos mais positivos, como a Rocinha, a grande maioria dos *slums* possui esgotos a céu aberto, o lixo é depositado na rua, a electricidade (quando existente) é entrelaçada nas redes eléctricas municipais e a água tem de ser comprada em pontos por vezes muito distantes da localização das unidades residenciais. Apesar desta situação insana e desumana, a cidade informal produz, no entanto, muito pouco lixo comparativamente com as áreas formais.

A falta de acessibilidades cria também muitos problemas, desde a falta de serviços à introdução de trânsito de massas que liguem as pessoas às fontes de trabalho e os assentamentos à cidade. Habitualmente demasiado estreitas e sinuosas para a circulação automóvel, as vielas destes assentamentos informais tendem ainda a ser espaços de uso extremamente intensivo e de circulação maioritariamente pedestre. Em casos como os *barrios* de Caracas ou as *favelas* do Rio de Janeiro, a estes factores acrescem os intensos declives das encostas.¹³⁶

Com o tempo, os pobres vão conseguindo obter infra-estruturas de abastecimento de água, saneamento e outros serviços básicos. Não obstante, o acesso destas populações a espaços verdes e instalações desportivas continua limitado e a sua resolução é um dos mais sérios problemas que qualquer intervenção nos assentamentos informais enfrenta: a inexistência de espaços abertos estabelece a necessidade urgente da sua aquisição e garantia, uma vez que, no futuro, a sua resolução tenderá a ser mais complicada – podendo mesmo ter de envolver a compra e demolição de centenas de construções. Como é natural, a falta destes espaços abertos afecta severamente a qualidade de vida, a inclusão e a legitimidade da organização social.¹³⁷

Quer caracterizadas pela sua ausência ou abundância, a água é certamente um dos maiores problemas das cidades informais no mundo. A distribuição, partilha, potabilidade, despejo de esgotos, aquedutos e canais decadentes são todos problemas sistemáticos, exacerbados pela falta de dinheiro e vontade política. No presente, os residentes dos *barrios* improvisam acessos ilegais ao sistema de água público; o despejo de esgotos, por outro lado, não tem uma solução tão fácil.¹³⁸

O desenvolvimento do seu “tecido social” e natureza organizativa, consequentes da escassez de recursos e da condensação de vidas, contribui para o engenho que estas comunidades tendem a

¹³⁵ Idem, p.137 ss.

¹³⁶ Urban-Think Tank, *Urban-Think Tank Tool Box* [on-line] Disponível em: http://www.u-tt.com/pdf/UTT_ProjectToolBox.pdf. (Consultado em Outubro de 2011).

¹³⁷ E. Peñalosa, in R. Burdett, op.cit., p.311 ss.

¹³⁸ Urban-Think Tank, “Co-Ownership”, in *Al Manakh*, vol.12, 2009, pp.388-393. [on-line] Disponível em: <http://www.u-tt.com/pdf/2009AlManakh.pdf>. (Consultado em Outubro de 2011).

demonstrar, através da criação de projectos comunitários inovadores, como as hortas e as instalações sanitárias comunitárias.¹³⁹ As previsões das Nações Unidas relativamente a uma provável duplicação populacional, no que se refere aos residentes de *slums*, ao longo dos próximos 30 anos, dá prioridade ao desenvolvimento de medidas criativas e adequadas aos contextos locais.¹⁴⁰

O projecto *dry toilet*, desenvolvido por Marjetica Potrc e Liyat Esakov para os *barrios* de Caracas, é, pois, um bom exemplo de tais projectos auto-sustentáveis. Em Caracas, 60% da população reside em bairros precários ou *slums*, nos quais o fornecimento de água é escasso ou inexistente. Alguns residentes constroem ligações aos sistemas de água e saneamento da rede municipal, mas isso não garante uma solução a longo prazo para um problema desta escala. Os sanitários são uma componente essencial numa habitação e requerem vastas quantidades de água; a *dry toilet* pretendeu, por isso, fornecer uma solução de longo prazo para a gestão da água e do lixo.¹⁴¹

SÍNTESE

Perante as estimativas do crescimento urbano, consequência do contínuo afluxo populacional às grandes metrópoles dos países de economia emergente, evidencia-se cada vez mais uma urgência por projectos e políticas que proponham modos eficientes de alojar as populações de baixos rendimentos que se prevê que cheguem às cidades, bem como todas as que já nelas residem. Para além disso, é agora claro que os assentamentos informais actuais incluem dinâmicas de mercado paralelas muito distintas daquelas observadas por Turner na década de 1960. Uma boa parte das ocupações informais tem agora por base a compra legal do terreno, por parte de uma entidade privada, e a sua subdivisão ilegal para venda ou arrendamento às populações urbanas mais carenciadas. Estes fenómenos tornam as questões da intervenção nesses espaços ainda mais complexas, uma vez que se torna cada vez mais difícil fazer chegar aos inquilinos mais pobres – a classe mais destituída destas

¹³⁹ G. Battle, in R. Burdett, *op.cit.*, p.391.

¹⁴⁰ G. Battle, in *Idem*, p.386.

¹⁴¹ A *dry toilet*, completada em 2003, é um projecto de Marjetica Potrc em colaboração com o arquitecto israelita Liyat Esakov, integrado num programa desenvolvido por Alfred Brillembourg e Hubert Klumpner (fundadores do *Urban-Think Tank*). Cf. G. Battle, in *Idem*, p.391.

idades emergentes – os benefícios decorridos de projectos de melhoria ou realojamento levados a cabo nestes assentamentos e a sua conseqüente regularização.

O reconhecimento e compreensão das inúmeras dinâmicas sociais, culturais e económicas que caracterizam os espaços urbanos informais, bem como a consciência da importância das redes sociais e familiares para a sobrevivência das populações destituídas, são fundamentais para a concepção de intervenções responsáveis e eficientes. Simultaneamente, é necessário compreender o modo de habitar informal, que se afirma como um processo evolutivo intimamente relacionado com os rendimentos e necessidades variáveis dos agregados familiares. Assim, a integração da possibilidade de uma construção faseada, que contemple as necessidades reais dos habitantes, contribui mais para o bem-estar e emancipação destas populações do que o modelo típico de habitação social, cujas dimensões e organização estejam em total desacordo com as suas prioridades.

3. As Práticas Actuais da Arquitectura da Participação, no Espaço Urbano Informal

3.1 **ELEMENTAL E A HABITAÇÃO EVOLUTIVA**

Os projectos de habitação elaborados pelo grupo chileno *Elemental* têm por base o princípio da habitação social como um investimento, em vez de ser uma despesa social. Alejandro Aravena, um dos fundadores, salienta dois pontos: quando o nível de rendimento da população é médio ou alto, o mercado disponibiliza soluções habitacionais que rondam, em média, uma área de 80m²; já quando o nível de rendimento é baixo e a construção depende de subsídios estatais, a resposta habitual traduz-se, muito literalmente, na redução da área dessa casa-padrão, de acordo com a quantia disponibilizada pelo governo, com as poupanças familiares ou qualquer outra solução financeira. Ou seja, o mercado produz habitualmente uma casa com cerca de 40m² de área. O *Elemental* procura, portanto, reformular a forma típica de pensar a habitação social assumindo uma casa com 40m² não como uma casa pequena, mas como “metade de uma casa boa”. Este pensamento estratégico procura definir qual a metade que deve ser realizada, optando por construir aquela que a família dificilmente conseguiria realizar por si mesma (dadas as dificuldades técnicas e financeiras).

Paralelamente, um assunto chave na elevação económica de uma família pobre é a provisão de um espaço físico para que a família alargada se desenvolva. A ocupação multifamiliar de um lote não é apenas o resultado de não se ter casa própria; é também um mecanismo económico que garante o espaço para a família alargada, um nível intermédio de associação que permite fazer algumas economias de escala e uma rede de apoio para sobreviver sob condições económicas frágeis. A família alargada – composta por pais, crianças, avós, primos, etc. – constitui uma rede de sobrevivência, em que os parentes tomam conta das crianças, dando a ambos os pais a possibilidade de trabalhar.

Nesse sentido, este *do-tank* procurou identificar um conjunto de condições de *design* que poderiam possibilitar a valorização da propriedade com o tempo e ajudar as famílias a sair do ciclo de pobreza. Este conjunto de condições reflecte a boa localização próxima dos transportes, serviços e oportunidades de emprego – o que implica uma densidade suficiente que permita pagar um terreno mais central e, logo, mais dispendioso –, a definição do espaço colectivo; o controlo do desenvolvimento futuro – pelo cuidado do desenho do lote de esquina e pela alternância de vazios para expansões, com o intuito de evitar o empobrecimento do bairro e da casa pelo recurso a formas típicas de construção faseada –; o *standard* de classe média; máxima flexibilidade/mínima tecnologia – os vazios para expansão previam quartos grandes, mas com dimensões adequadas a uma expansão com recursos a baixas tecnologias – e, por fim, a previsão do cenário final no desenho estrutural.

Enquanto estudante de arquitectura em *Harvard*, e em conjunto com o engenheiro de transportes Andres Iacobelli, Aravena desenvolveu um estudo acerca da habitação social. Após dois anos apresentaram-no ao governo, que lhes propôs a construção de um projecto de habitação para 100



Fig.:Quinta Monroy. Fonte: http://www.elementalchile.cl/wp-content/files/foco76_04_may07_dise%C3%B1arapruebadeampliaciones.pdf.

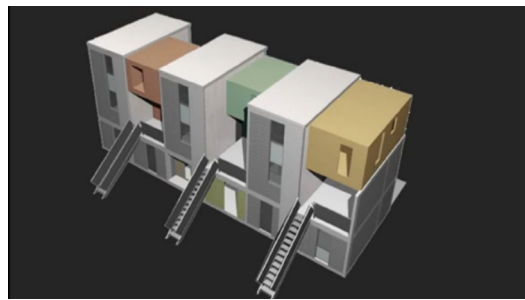


Fig. dir.: Quinta Monroy. Fonte: <http://vimeo.com/28833303>. Fig. esq.: Quinta Monroy. Fonte: <http://www.designindaba.com/speaker/presentation/alejandra-aravena-2010>.



Fig. dir.: Quinta Monroy. Fonte: <http://www.plataformaarquitectura.cl/2007/09/17/quinta-monroy-elemental-chile/>. Fig. esq.: Quinta Monroy. Fonte: http://www.elementalchile.cl/wp-content/files/foco76_04_may07_dise%C3%B1arapruebadeampliaciones.pdf.



Fig. dir.: Quinta Monroy. Fonte: <http://www.plataformaarquitectura.cl/2007/09/17/quinta-monroy-elemental-chile/>. Fig. esq.: Quinta Monroy. Fonte: http://www.elementalchile.cl/wp-content/files/foco76_04_may07_dise%C3%B1arapruebadeampliaciones.pdf.

famílias, em Iquique, onde poderiam testar a sua teoria, ficando, no entanto, limitados ao valor de 7.500 dólares por família, correspondentes ao subsídio geral para a habitação, atribuído pelo Estado, com o qual teriam de gerir a compra do terreno, a infra-estrutura e a construção da casa. Essa verba permitiria construir uma habitação de 36m². Como condição, o governo chileno definiu ainda que as famílias deveriam permanecer no seu local de residência, isto é, num terreno com 5000 m² do qual se haviam apropriado clandestinamente há mais de 30 anos. Isto porque era altamente desejável, do ponto de vista económico, político e social, manter as famílias no mesmo local, dada a proximidade aos serviços, empregos e transportes públicos. Em contrapartida, o custo de mercado do terreno era três vezes mais alto do que o que a habitação social conseguiria pagar, motivo pelo qual, numa situação normal, optar-se-ia por despejar os pobres e deslocalizá-los para a periferia, onde o terreno é barato.

Para além destas condições, foi ainda estabelecido que a única solução habitacional aceitável seria a tipologia unifamiliar. Procurando desenvolver um processo de participação comunitária, o *Elemental* promoveu uma série de *workshops* com as famílias. Os seus objectivos tinham três vertentes: primeiro, comunicar restrições e condicionantes, cujo intuito era dar a conhecer o processo de decisão relativamente à metade da casa construída inicialmente; segundo, quando possível, o grupo queria que as próprias famílias tivessem possibilidades de escolha equitativas; finalmente, procuravam assim analisar os recursos e as estratégias locais.

Invertendo o pensamento da multiplicação do valor do subsídio para cada unidade familiar (7.500 dólares) pelo número de famílias (100 famílias), o *Elemental* apostou numa solução que, a partir do financiamento total disponibilizado (750.000 dólares), permitisse construir um edifício que tivesse em consideração a construção inicial e as futuras expansões, apenas realizáveis nos pisos térreo (expansão horizontal) e superior (expansão vertical). Esta estratégia levou ao desenho de um edifício que apenas tivesse estes dois pisos (que os arquitectos apelidaram de *Parallel Building*) e definisse pelo menos metade da frente urbana. Isto garantiria a estabilização de uma parte da qualidade urbana futura, assim como uma estrutura adequada com possibilidades de expansão, a qual não poderia ser realizada de forma eficiente pelas famílias. Na realidade, o *Parallel Building* não era uma ideia completamente nova nessa comunidade. Originalmente, eram apenas 50 famílias a ocupar ilegalmente o terreno de 0.5 hectares. À medida que os anos passaram, essas famílias tinham construído apartamentos ilegais no topo das casas ilegais originais, com acesso directo à rede de vias, e subalugavam-nos a outras famílias. Como a estratégia era conhecida, o *Elemental* apenas assegurou a construção eficiente, as estruturas sólidas e as divisões bem ventiladas e iluminadas.

Aproximadamente 50% do volume de cada unidade de habitação foi deixado vazio para expansão futura, por autoconstrução. O espaço disponível para a expansão de cada família foi delimitado por estruturas sólidas, de modo a que as expansões pudessem ser feitas de forma segura e fácil (*low-tech*). O edifício seria então poroso, de modo a assegurar a estrutura de suporte, sem constrangimentos para a futura construção improvisada. Este edifício “inicial” foi implantado no limite frontal do lote de modo a garantir a qualidade da frente urbana. Assim, as expansões autoconstruídas podem



Fig. esq.: Quinta Monroy - interior do piso térreo. Fonte: <http://www.plataformaarquitectura.cl/2011/09/01/elemental-ganador-de-los-index-awards-2011/>. Fig. dir.: Quinta Monroy - interior do piso superior. Fonte: http://www.elementalchile.cl/wp-content/uploads/2011/09/1011_BALZANIMARZOT_ELEMENTAL_p82-85.pdf.



Figs.: Projecto de habitação social em Monterrey. Fonte: http://www.bustler.net/index.php/article/regional_holcim_awards_2011_lat-in_america_announced_in_buenos_aires/.

“alterar, caracterizar e personalizar a besta monótona e repetitiva, historicamente criticada, conhecida como bloco de habitação” (criado originalmente num esforço para alcançar economia); este bloco é, por natureza, incapaz de responder à diversidade e necessidades particulares das famílias. Por outro lado, esperava-se que a monotonia e repetição pudessem introduzir um elemento de ordem a 50% de uma construção futura imprevisível.

No estado actual da malha urbana, é frequente encontrarmos apenas espaços privados (para a família nuclear) ou de uso colectivo (pelos quais ninguém assume responsabilidade). Por todo o mundo, há provas de que os espaços comuns em ambientes pobres não são mantidos; por isso, a típica solução de habitação em altura em que se partilham corredores e elevadores pelos quais ninguém paga é desadequada. Uma das condições para este género de tipologias é a supressão de espaços comuns para aceder à propriedade do segundo piso. No projecto da Quinta Monroy foi introduzido o espaço de uso colectivo, integrando 20 famílias em redor de uma propriedade comum com acesso restrito, o que provou ser uma forma bem sucedida de elevar a vida urbana além do domínio privado e assegurar a sua manutenção e, no fundo, o seu valor.

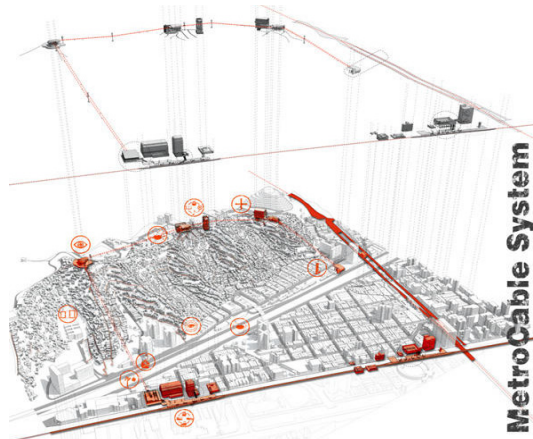
A inovação deste projecto não está, portanto, na forma da habitação, mas na sua disposição espacial, que permite obter uma densidade adequada sem sobrelotação e com capacidade de expansão. Com efeito, a primeira metade pretendia actuar como uma estrutura neutra para o controlo da construção e expressividade das expansões, evitando a deterioração da unidade habitacional. Assim, este processo de autoconstrução afirmar-se-ia como uma personalização da habitação. O *Elemental* contribuiu, deste modo, para reformular a pergunta e dar uma resposta eficiente à questão da habitação social.

Todo o estudo e investigação prévios ao desenvolvimento e construção do projecto habitacional da Quinta Monroy permitiu ao *Elemental* testar o seu protótipo habitacional perante a mudança de contexto geográfico e climático. De facto, a simplicidade da ideia original permitiu ao grupo desenvolver uma série de outros projectos habitacionais que, embora partindo da mesma lógica de projecto, criaram resultados adaptados às diferentes localizações. Um bom exemplo desta aplicabilidade é o projecto habitacional para Monterrey, no México, que pelo clima chuvoso implicou a integração da cobertura total do edifício na “metade da casa boa”.



San Agustín
Transportation Systems Integration

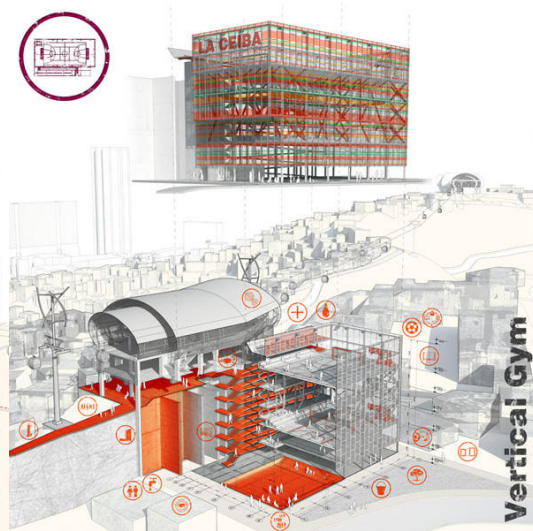
- Metro Cable
- Metro de Caracas
- Metro de Cumaná
- Metro de Guayana
- Metro de Lara



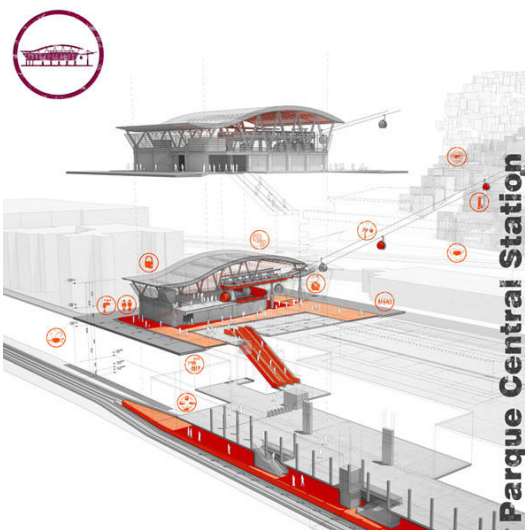
Metro Cable System



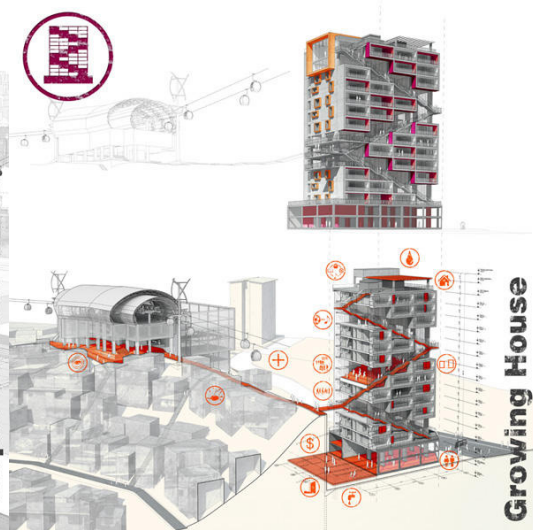
La Ceiba Station



Vertical Gym



Parque Central Station



Growing House

Figs.: *Metro Cable* de Caracas - projecto da linha e das estações. Fonte: http://www.moma.org/interactives/exhibitions/2010/small-scalebigchange/projects/metro_cable.

3.2 URBAN-THINK TANK E A INFRA-ESTRUTURAÇÃO URBANA

O *Caracas Metro Cable* – um teleférico de 2,1 Km de comprimento, com 50 cabines para oito pessoas – foi desenhado para facilitar o acesso ao *barrio* San Agustin del Sur, um assentamento informal implantado numa encosta, abruptamente separado da restante cidade por uma auto-estrada. Este *barrio* tem uma rede complexa de estreitos e extremamente inclinados caminhos pedestres que estabelecem a ligação desde as cotas mais baixas às mais altas. O acesso motorizado a este assentamento é limitado, já que os carros apenas podem alcançar algumas áreas nas cotas mais baixas. Para além disso, com excepção de uma ponte pedestre que atravessa a auto-estrada, não havia nenhum outro ponto de entrada para o *barrio* antes da construção do teleférico. O *design* foi concebido pelo grupo de *Caracas Urban-Think Tank* – uma dupla venezuelana formada por Alfred Brillembourg e Hubert Klumpner – em colaboração com os residentes da comunidade, líderes locais e especialistas internacionais.

A integração do assentamento na infra-estrutura da cidade implicava, segundo o discurso oficial, a abertura de uma estrada, que envolveria a demolição de um terço das habitações, o que desencadeou, naturalmente, uma sonora onda de protestos da população, perante a hipótese da sua comunidade vir a ser “esventrada” para a implantação de uma estrada sinuosa que permitiria o acesso às cotas mais altas da montanha. A dupla de arquitectos viu assim a oportunidade para testar algumas das suas ideias, uma vez que, essencialmente, isto reflectia um problema de acessibilidade e, como tal, o seu solucionamento não teria de se limitar às opções para acesso motorizado.

Tal como acontece em Medellín (onde um sistema similar de transporte elevado já havia sido implementado e posto em funcionamento), o *Metro Cable* de Caracas integra-se no sistema de transporte público, ligando San Agustin ao resto da cidade e vice-versa. Duas das estações estão situadas no vale e ligam directamente ao sistema de transporte público de Caracas, enquanto as outras três estão localizadas ao longo da cumeeira da montanha, em locais propícios ao acesso da comunidade – de acordo com os padrões circulatórios pedestres estabelecidos – e à construção, garantindo a mínima demolição de habitações.

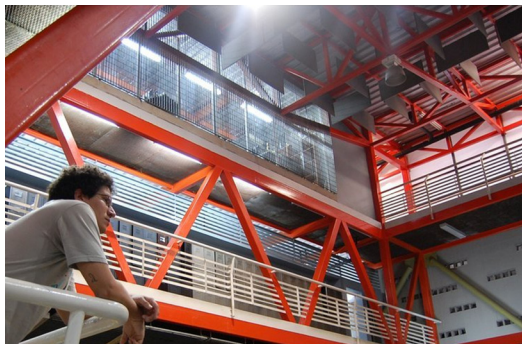
Constatando a oportunidade de ir além do projecto técnico de acessibilidade, o grupo de arquitectos previu o estímulo da rede social existente pela criação de algum tipo de capital social. Nesse sentido, as estações – os únicos pontos de intervenção física no assentamento – procuraram, através da integração de uma função adicional, colmatar a falta de equipamentos de índole social e cultural. Assim, cada estação difere em configuração e funções: uma estação alberga funções culturais, sociais e de administração do sistema; outra substitui casas demolidas e contém espaços públicos; outra integra um *Vertical Gymnasium* e um supermercado e liga o teleférico com autocarros municipais; outra garante um espaço aberto para actividades sociais diferentes. As cinco estações têm em comum,



Figs.: *Metro Cable* de Caracas - teleférico e estação. Fonte: http://www.moma.org/interactives/exhibitions/2010/smallscalebigchange/projects/metro_cable.



Fig.: *Vertical Gymnasium* de Caracas - esquema tridimensional. Fonte: <http://www.bbc.co.uk/news/magazine-16167971>.



Figs.: *Vertical Gymnasium* de Caracas - interior. Fonte: <http://www.bbc.co.uk/news/magazine-16167971>.

porém, o *design* de um conjunto básico de componentes: níveis de plataformas, rampas para acesso, padrões de circulação, materiais e elementos estruturais.

Permitindo a circulação de 1200 pessoas por hora em cada direcção, este novo acesso facilita a circulação pedestre dos habitantes, reduzindo os tempos de acesso à cidade – de 45 para 5 minutos, considerando a estação implantada à cota mais alta e o acesso ao transporte público na cota mais baixa. Procurando também prever o transporte de bens, as cabines do teleférico foram calculadas para transportar carga (até 800 kg/cabine) durante as horas de menor afluência. Assim, esta nova acessibilidade estimula as dinâmicas económicas do assentamento através da facilitação da entrada e saída de produtos que, sendo produzidos nas unidades residenciais, são comercializados noutras partes da cidade.

A densidade da área implicou que o processo construtivo conjugasse métodos de construção de alta tecnologia e trabalho manual. Enquanto as fundações para os postes foram escavadas manualmente com pás, por exemplo, estes foram pré-fabricados e trazidos para o local por helicóptero.

O *Vertical Gym* é uma tipologia que resulta da necessidade de construir verticalmente em áreas densas, onde os espaços vazios são raros e extremamente pequenos. Rearticulando ideias criativas de múltiplos casos de estudo (como ginásios em torres e engenhosas soluções populares de construção de campos de futebol em encostas íngremes nos *barrios* de Caracas), Brillembourg e Klumpner desenvolveram um protótipo para um equipamento desportivo de múltiplas camadas que poderia ser construído nos espaços informais densos.

Este equipamento compreende assim uma tipologia composta por campos de basquetebol empilhados verticalmente, áreas de levantamento de pesos, uma pista de corrida, um campo de futebol na cobertura, uma parede de escalada e instalações atléticas relevantes. Deste modo, uma área térrea de 1000 m² pode ser construída verticalmente para garantir instalações cobrindo 3800 m² em quatro pisos.

A sua concepção centrou-se especialmente na experiência interior, a qual é essencial para produzir um sentido de conforto que convida as pessoas a permanecer e a fazer desporto. Com vista à redução do custo de manutenção, os arquitectos exploraram possibilidades para tornar os ginásios sustentáveis e auto-suficientes. Os protótipos, desenhados para serem construídos com blocos de betão e treliças metálicas, incorporam também turbinas de vento e células fotovoltaicas a fim de tornar, a longo prazo, o projecto viável social e financeiramente.

Tendo em conta que mais de metade da população de Caracas vive em assentamentos informais, os projectos que prevêm a introdução de equipamentos são cruciais. Para o *Urban-Think Tank*, mais do que um espaço desportivo, o *Vertical Gym* representa um espaço de encontro social e um meio de combater a crescente delinquência juvenil através do direccionamento da sua energia para

outro tipo de actividade. Além disto, este tipo de equipamentos, bem como outros – como é o caso da Fábrica de Música, projectada para o Grotão (Brasil) –, são fundamentais para uma progressiva inclusão dos assentamentos informais na cidade, estimulando mudanças físicas mas principalmente na mentalidade das populações.

Enquanto protótipo, o *Vertical Gym* é um *kit-of-parts*, cuja intenção é alcançar a pré-fabricação em massa. As diversas partes desta estrutura metálica foram pensadas para serem transportadas para o local e montadas, no espaço de quatro meses, em colaboração com a comunidade.

O *Urban-Think Tank* tem promovido ideias e conceitos de *design* para revigorar locais abandonados da encosta com projectos alternativos que privilegiam a preservação das populações nos seus assentamentos e que, com a mínima intervenção possível, possam obter um forte impacto. Criar novos lotes construídos nestas encostas densamente habitadas está longe de ser fácil. A sugestão do *Urban-Think Tank* é reprogramar estes locais para funções públicas e educacionais.

O *Vertical Gym* faz parte de um conjunto de ferramentas que o grupo de arquitectos desenvolveu, tendo em consideração a intervenção em assentamentos urbanos informais. A simplicidade e estrutura modular deste protótipo garante-lhe uma vantajosa flexibilidade que permite a sua adaptação de acordo com as especificidades e procuras efectivas locais. Podem, por exemplo, ser adicionados programas no piso térreo, como lojas que poderão ser concessionadas a vendedores locais, uma piscina com lugares para 500 espectadores ou ainda instalações educacionais. O *Urban-Think Tank* acredita que o sucesso desta ferramenta depende da sua repetição e reinterpretação.

COMENTÁRIO

Neste capítulo, procuramos referenciar algumas práticas da arquitectura erudita sobre os espaços urbanos informais e suas dinâmicas sociais, culturais e económicas, que têm ocorrido na última década. Os projectos que optámos por referir neste terceiro e último capítulo centram-se claramente em âmbitos distintos: por um lado, o *Elemental*, mais voltado para o projecto habitacional e com intervenções de menor dimensão; por outro, o *Urban-Think Tank*, direccionado para a questão da infra-estruturação urbana e integração do *barrio* na cidade. A selecção destes projectos prende-se, todavia, com o modo inovador como, à sua maneira, ambos encaram os assentamentos informais, bem como o modo como estruturam a sua intervenção. É evidente em ambos os percursos profissionais

uma busca por uma melhoria significativa das condições de habitabilidade e uma resposta eficiente às necessidades e aspirações das populações pobres.

Procurando não nos determos demasiado com uma comparação exaustiva que seria de todo improdutiva, gostaríamos, apenas, de salientar alguns aspectos relacionados com algumas questões discutidas no capítulo anterior.

Embora destrua totalmente o assentamento informal pré-existente e, assim, trabalhe sobre uma “base limpa”, o grupo *Elemental* demonstra um notável reconhecimento da importância da localização e da preservação dos laços sociais e de parentesco através do desenho do espaço de uso colectivo. Já o grupo *Urban-Think Tank* procura, acima de tudo, preservar as construções das populações mais pobres, não por uma visão romantizada do assentamento e do esforço das populações, mas pelo carácter permanente destes espaços urbanos e pela consciência da escala da procura habitacional e, especialmente, da incapacidade governamental em lhe responder adequadamente.

O projecto habitacional da Quinta Monroy integra a compra do terreno nos custos da “metade da casa boa” – o que regulariza a situação do mesmo –, bem como o saneamento e o abastecimento de água. Para além disso, o ordenamento do projecto tem em consideração a obtenção de uma densidade suficientemente alta para estimular a interacção e entajuda social, mas baixa o suficiente para evitar a sobrelotação. Neste mesmo sentido dos relacionamentos sociais, é integrado no projecto o espaço colectivo, complementar à unidade residencial, e importante para o fomento do sentido de comunidade.

Tendo em conta as fortes dinâmicas económicas que integram os assentamentos informais, os projectos do *Elemental* ficam, de certo modo, aquém na contemplação de usos complementares ao habitar – que nas comunidades informais tendem a ser essenciais para a sobrevivência das populações. Todavia, é de salientar que o esforço por tornar a habitação social num investimento tem dado provas do seu sucesso, pela valorização progressiva que o bairro tem adquirido.

O projecto *Metro Cable* de Caracas resulta da procura por uma intervenção o mais minimal possível, através da escolha de um meio de transporte público que permitisse a máxima preservação do edificado do assentamento informal. Para além disto, é notável a preocupação em criar não apenas o teleférico como aproveitar a base para criar pontos de interacção social e colmatar um pouco as graves falhas em equipamentos – entre os quais o *Vertical Gym* é, sem dúvida, um projecto de sucesso, dado o impacto positivo que tem provado exercer sobre a comunidade. É ainda de salientar, que este o teleférico e as suas estações-equipamentos foram desde o início programadas para serem auto-sustentáveis, o que, a longo prazo aportará grandes benefícios através da independência face aos serviços municipalizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação abordou o tema do Espaço Urbano Informal, com ênfase na arquitectura da participação nos países de economia emergente; tendo em conta que constitui um breve apontamento de algumas questões que integram um tema complexo, inserido no âmbito da Arquitectura e do Planeamento Urbano, acreditamos na sua importância para o desempenho do nosso futuro trabalho enquanto profissional de arquitectura.

A investigação do intenso debate que marcou a década de 1960 e 1970 foi fundamental para compreender um crescente reivindicar por uma cidade mais inclusiva e por uma arquitectura mais próxima das populações. O carácter de forte interdisciplinaridade que marcou essa década provou certamente o intenso cruzamento entre a disciplina da Arquitectura e outras que, similarmemente, integram o estudo da cidade, do Habitat e do Homem. Permitiu, para além disso, contextualizar alguns dos divulgadores mais consequentes das práticas construtivas espontâneas do Terceiro Mundo, bem como apresentar as lições, retiradas deste tipo de assentamento, com maior impacto no âmbito da arquitectura.

Com a abordagem do espaço urbano informal procurámos apontar os intensos fenómenos de crescimento urbano resultantes de um contínuo afluxo populacional e de uma incapacidade de disponibilizar solos e alojamentos indicados para as populações destituídas. O estudo deste espaço e das diversas dinâmicas que o caracterizam provou ser crucial para um melhor entendimento destas áreas urbanas que, não sendo de todo novas, nem circunscritas ao actualmente chamado Sul Global, assumem hoje em dia uma dimensão que não pode, de forma alguma, ser ignorada.

A sintética apresentação dos projectos do *Elemental* e do *Urban-Think Tank* procura, de algum modo, indicar algumas formas de planeamento e projecto que demonstram a procura progressiva de uma maior compreensão dos assentamentos urbanos informais, bem como de uma inclusão genuína na cidade, não apenas em termos físicos mas também a nível das mentalidades da população em geral.

A investigação que conduziu a elaboração desta dissertação contribuiu para uma maior sensibilidade para os aspectos sociais da arquitectura e, principalmente, para o reconhecimento dos novos e alarmantes fenómenos que marcam as cidades do século XXI. A situação actual implica profissionais multifacetados que vão além dos aspectos específicos das suas disciplinas e que vejam nos assentamentos urbanos informais algo mais do que pobreza e precariedade. Com efeito, a escassez de meios em muitas situações prova ser um desafio para o arquitecto, tão merecedor de atenção como qualquer outro.

BIBLIOGRAFIA

AA. VV., “Alejandro Aravena: Conjunto Habitacional ‘Quinta Monroy’, Elemental, Iquique”, *Arquitectura e Arte*, n.73., Setembro de 2009, pp.52-55. [on-line] Disponível em: http://www.elementalchile.cl/wp-content/uploads/2009/10/090909_ARQA_n73_p52-57.pdf. (Consultado em Novembro de 2010).

AA. VV., “Learning from Favelas”, *Editorial Lotus*, nº143, s.l., Agosto de 2010.

AA. VV., “Interview with Amos Rapoport”, *Arch. & Comport./Arch. & Behav.*, vol.8, nº1, 1992, pp.93-102. [on-line]

AA. VV., *New Towns for the 21st Century: the planned vs. the unplanned city*, SUN Architecture and Authors, Amesterdão, 2010.

ABRAMS, Charles, *Housing in the Modern World: Man´s struggle for shelter in an urbanizing world*, Faber and Faber Limited, Londres, 1966.

ARAVENA, Alejandro. “Architecture in Action” (Apresentação em vídeo), *Strelka Institute*, 2011 [on-line] Disponível em: <http://www.strelkainstitute.com/en/summer/events/476>. (Consultado em Outubro de 2011).

-----, “Ciudades: Minas de Oro o Bombas de Tiempo”, *Foco 76 Ideas de Ciudad*, n.5, Chile, 2007, pp.18-21. [on-line] Disponível em: http://www.elementalchile.cl/wp-content/files/0711_Foco76_n05_acueducto.pdf. (Consultado em Novembro de 2010).

-----, “Santiago de Chile: desigualdad, mal aire y buen clima”, *La Tercera*, 26 de Agosto de 2010, p.38. [on-line] Disponível em: http://www.elementalchile.cl/wp-content/uploads/2010/09/100826_LATERCERA_AA.pdf. (Consultado em Novembro de 2010).

-----, “Un termómetro del desarrollo y un atajo hacia la equidad”, *La Tercera*, 27 de Dezembro de 2009, p.37. [on-line] Disponível em: http://www.elementalchile.cl/wp-content/uploads/2010/01/091227_latercera_reportajes_p37.pdf. (Consultado em Novembro de 2010).

ARAVENA, Alejandro, e Andrés Iacobelli, “Elemental: Housing As an Investment, Not a Social Expense”, in Ilka & Andreas Ruby (eds.), *Urban Transformation*, Ruby Press, s.l., s.d., pp. 344-357. [on-line] Disponível em: http://www.elementalchile.cl/wp-content/uploads/2010/09/0801_URBAN-TRANSFORMATION_QM_344-571.pdf. (Consultado em Novembro de 2010).

ARAYA, Kenji, *O Processo Participativo*. Dissertação submetida à Universidade do Porto para obtenção do grau de Mestre em Planeamento e Projecto do Ambiente Urbano, Porto, Setembro de 2004.

ARQUITOUR, “Centro de infraestrutura cívica y remediación urbana - Urban-Think Tank”, *Arquitour*, 13 de Outubro de 2011. [on-line] Disponível em: <http://www.arquitour.com/centro-de-infraestructura-civica-y-remediacion-urbana-urban-think-tank/2011/10/>. (Consultado em Fevereiro de 2012).

ARNSTEIN, Sherry R., “A Ladder of Citizen Participation”, *JAI/P*, Vol.35, n.4, Julho de 1969, pp. 216-224. [on-line] Disponível em: http://lithgow-schmidt.dk/sherry-arnstein/ladder-of-citizen-participation_en.pdf. (Consultado em Janeiro de 2011).

BANDEIRINHA, José António, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2007.

BARRACHO, Carlos, e Maria João D. Dias, *O Espaço e o Homem: Perspectivas Multidisciplinares*, Edições Sílabo, Lisboa, 2010.

BASULTO, David. “Quinta Monroy/Elemental Chile”, Plataforma Arquitectura, 17 de Setembro de 2007. [on-line] Disponível em: <http://www.plataformaarquitectura.cl/2007/09/17/quinta-monroy-elemental-chile/>. (Consultado em Outubro de 2011).

BBC, “Vertical Gyms solve Caracas slum space shortage”, *BBC News Magazine*, 7 de Janeiro de 2012. [on-line] Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/magazine-16167971>. (Consultado em Fevereiro de 2012).

BEARDSLEY, John, “Urban Acupuncture: Caracas/Urban-Think Tank”, *Harvard Design Magazine*, Spring/Summer 2008, pp.38-39. [on-line] Disponível em: <http://www.u-tt.com/pdf/2008UrbanAcupunctureMonumentMag.pdf>. (Consultado em Outubro de 2011).

BERG, Nate, “To Add Public Spaces to Brazil’s Favelas, First You Have to Find Space”, *The Atlantic Cities*, 14 de Outubro de 2011. [on-line] Disponível em: <http://www.theatlanticcities.com/design/2011/10/finding-and-building-public-space-brazil-favelas/296/>. (Consultado em Fevereiro de 2012).

BLUSTER, “Regional Holcim Awards 2011 Latin America Announced in Buenos Aires”, *Bluster*, 7 de Outubro de 2011. [on-line] Disponível em: http://www.bustler.net/index.php/article/regional_holcim_awards_2011_latina_america_announced_in_buenos_aires/. (Consultado em Outubro de 2011).

BOTHA, Nadine, “The good half house”, *Design Indaba*, 1 de Novembro de 2010. [on-line] Disponível em: <http://www.designindaba.com/article/good-half-house>. (Consultado em Outubro de 2011).

-----, “Urban Acupuncture”, *Design Indaba*, 15 de Dezembro de 2011. [on-line] Disponível em: <http://www.designindaba.com/article/urban-acupuncture>. (Consultado em Fevereiro de 2012).

BRILLEMBOURG, Alfredo, e Hubert Klumpner, “Build Simply: South of the Border”, *Mas Context*, 2011. [on-line] Disponível em: <http://www.mascontext.com/issues/10-conflict-summer-11/build-simply-south-of-the-border/>. (Consultado em Fevereiro de 2012).

-----, “Crafting a Design Policy for Poverty”, in Werthmann, Christian (ed.), *Operações Táticas: na Cidade Informal*, Secretaria Municipal de Habitação, Brasil, 2009, pp. 238-239. [on-line] Disponível em: <http://www.u-tt.com/pdf/2009OperacoesTaticas.pdf>. (Consultado em Outubro de 2011).

-----, “Power of Revolt: Slum Lifting”, *Out There: Architecture Beyond Building*, vol.3. Rizzoly, Itália, 2008, pp.166-167. [on-line] Disponível em: <http://www.u-tt.com/pdf/2008OutThere.pdf>. (Consultado em Outubro de 2011).

BRITES, João, *Planeamento Urbano e Sistema Fundiário: A promoção pública e privada do tecido urbano do Porto no século XX : uma interpretação*, Prova final em Licenciatura submetida à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto, 2009.

BROWNE, Patricio, “¿Formal o informal?”, *ARQ*, n.53, Escuela de Arquitectura de la Universidad Católica de Chile, Santiago do Chile, Março de 2003, pp.48-51. [on-line] Disponível em: <http://www.scielo.cl/pdf/arq/n53/art14.pdf>. (Consultado em Janeiro de 2011).

BURDETT, Ricky, e Deyan Sudjic (eds.), *The Endless City*, Phaidon Press, Londres e Nova Iorque, 2007.

-----, *Living in The Endless City*, Phaidon Press, Londres e Nova Iorque, 2011.

CARNEIRO, Lara, *Planned Favela: Habitação como processo*, Prova Final em Licenciatura submetida à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto, 2006/2007.

CARVALHO, Kelly, “Urban-Think Tank vence Prémio Holcim de Sustentabilidade com projecto para a favela de Paraisópolis”, *PiniWeb*, 7 de Outubro de 2011. [on-line] Disponível em: <http://www.piniweb.com.br/construcao/arquitetura/think-tank-urban-vence-premio-holcim-de-sustentabilidade-com-projeto-238846-1.asp>. (Consultado em Fevereiro de 2012).

CARVALHO, Mário Cesar, “Arquitecto chileno leva prémio Index com o projecto ‘meia casa boa’”, *Folha de São Paulo*, 3 de Setembro de 2011. [on-line] Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/969850-arquiteto-chileno-leva-premio-index-com-o-projeto-meia-casa-boa.shtml>. (Consultado em Outubro de 2011).

COELHO, Alexandra Prado, “Aravena, o arquitecto que faz meias casas”, *Jornal O Público*, 9 de Setembro de 2009, p.8. [on-line] Disponível em: http://www.elementalchile.cl/wp-content/uploads/2009/10/090909_Journal_P%C2%A3blico_Portugal_p8pdf.pdf. (Consultado em Novembro de 2010).

CORREA, Charles, *The New Landscape: Urbanization in the third world*, Mimar Book/Butterworth Architecture, sl., 1989.

COSTA, Maria, *Musseques de Luanda : Percursos*, Prova final em Licenciatura submetida à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto, 2001.

CULLEN, Gordon, *Townscape*, Architectural Press, s.l., 1971, edição utilizada: Paisagem Urbana, Trad. Isabel Correia e Carlos Macedo, Edições 70, Lisboa, 1984.

DAVIS, Mike, *Planet of Slums*, Verso, Londres, 2007.

DELIMBEUF, Katya, (2009). “Não é o talento que faz um bom arquitecto”, *Revista Única - Jornal Expresso*, n.1925, 19 de Setembro de 2009, pp.78-81. [on-line] Disponível em: http://www.elementalchile.cl/wp-content/uploads/2009/10/090919_RAespresso_n1925_p78-81.pdf. (Consultado em Novembro de 2010).

DESIGN BOOM, “Metro Cable by Alfred Brillembourg and Hubert Klumpner”, *Design Boom*, 6 de Maio de 2009. [on-line] Disponível em: <http://www.designboom.com/weblog/cat/8/view/6295/metro-cable-by-alfredo-brillembourg-and-hubert-klumpner.html>. (14 de Fevereiro de 2012).

DESIGN INDABA, “Alejandro Aravena” (Apresentação em vídeo), *Design Indaba*, 2 de Setembro de 2011. [on-line] Disponível em: <http://www.designindaba.com/speaker/presentation/alejandro-aravena-2010>. (Consultado em Outubro de 2011).

DESIGN WITH THE OTHER 90%, “Vertical Gym (Gimnasio Vertical)”, *Design With the Other 90%*. [on-line] Disponível em: <http://www.designother90.org/cities/solutions/vertical-gym-gimnasio-vertical>. (Consultado em Fevereiro de 2012).

DIAS, Francisco da Silva, e Nuno Portas, “Habitação Evolutiva”, *Arquitectura*, 126, 1972, pp.100-121.

EIRA, Julião, *Favela Parque Mundial: Proposta de urbanização*. Prova Final em Licenciatura submetida à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto, 2008/2009.

EL MUNDO.ES, “Las casas ‘expansibles’ de Monterrey”, *El Mundo.es*, 2 de Setembro de 2011. [on-line] Disponível em: <http://www.elmundo.es/america/2011/09/01/mexico/1314914050.html>. (Consultado em Outubro de 2011).

ETHERINGTON, Rose, “Elemental Monterrey by Elemental”, *Dezeen Magazine*, 8 de Março de 2010. [on-line] Disponível em: <http://www.dezeen.com/2010/03/08/elemental-monterrey-by-elemental/>. (Consultado em Outubro de 2011).

FATHY, Hassan, “Architecture and Environment”, in Walter Shearer e Abd-el-rahman Ahmed Sultan (eds.), *Natural Energy and Vernacular Architecture: Principles and Examples with Reference to Hot Arid Climates*, Chicago, The United Nations University, 1986. [on-line] Disponível em: <http://ag.arizona.edu/oals/ALN/aln36/Fathy.html>. (Consultado a 24 de Junho de 2011).

FATHY, Hassan, *Architecture for the Poor: An experiment in rural Egypt*, University of Chicago Press, Chicago, 1973, edição utilizada: *Arquitectura para os pobres: uma experiência no egipto rural*, Trad. Joana Pedrosa Correia, Argumentum/Dinalivro, Lisboa, 2009. [Texto original: *Gourna, a Tale of two Villages*, Edição do Ministério da Cultura, Cairo, 1969].

FIREY, Walter, *Land Use in Central Boston*, Greenwood Press, Nova Iorque, 1968.

FRIEDMANN, John, *Empowerment: The Politics of Alternative Development*, Blackwell Publishers, Oxford, 1992, edição utilizada: *Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo*, Trad. Carlos Silva Pereira, Celta Editora, Oeiras, 1996.

GARCIA-ABRIL, Anton, “Los pies en el suelo: Alejandro Aravena, la realidad de América”, *Arquitectura Viva*, n.133, 2010, pp.28-35. [on-line] Disponível em: http://www.elementalchile.cl/wp-content/uploads/2011/09/11_REVISTA_ARQUITECTURA_VIVA.pdf. (Consultado em Novembro de 2010).

GARCÍA-HUIDOBRO, Fernando, et al., *¡El Tiempo Construye!*, Gustavo Gili, Barcelona, 2008.

H., N. H., “Alejandro Aravena: La vivienda social es una inversión”, *Publímetro Crónica*, Chile, 28 de Julho de 2010, p.22. [on-line] Disponível em: http://www.elementalchile.cl/wp-content/uploads/2010/09/100728_PUBLIMETRO_AA_ELEMENTAL.pdf. (Consultado em Novembro de 2010).

HALL, Edward T., *The Hidden Dimension*, s.ed., s.l., 1966, edição utilizada: A Dimensão Oculta, Trad. Miguel Serras Pereira, Relógio d’Água Editores, Lisboa, 1986.

HAMDI, Nabeel, *Housing without Houses: Participation, flexibility, enablement*, Van Nostrand Reinhold, Nova Iorque, 1991.

-----, *The Placemaker’s Guide to Building Community*, Earthscan, Londres e Washington D.C., 2010.

HATCH, Richard, *The Scope of Social Architecture*, Van Nostrand Reinhold Company, Nova Iorque, 1984.

HEEG, Robert, “Researching Slum Solutions”, in Angela Canin, Kathy Joe (ed.), *Netherlands: Research World*, ESOMAR, Maio de 2010, pp.36-38. [on-line] Disponível em: <http://www.u-tt.com/pdf/2010ResearchWorld.pdf>. (Consultado em Outubro de 2011).

HERNÁNDEZ, Felipe, *Beyond Modernist Masters: Contemporary Architecture in Latin America*, Birkhauser, Alemanha, 2010. [on-line] Disponível em: <http://www.u-tt.com/pdf/2010BeyondModernistMasters.pdf>. (Consultado em Outubro de 2011).

HOLCIM FOUNDATION. “Foram anunciados em Buenos Aires os vencedores do Holcim Awards na América Latina”, *Holcim Foundation*, 2011. [on-line] Disponível em: <http://www.holcimfoundation.org/T1371/A11LAmidiaPRT.htm>. (Consultado em Fevereiro de 2012).

-----, “Holcim Awards Gold 2011 Latin America”, *Holcim Foundation*, 2011. [on-line] Disponível em: <http://www.holcimfoundation.org/T1358/A11LAgobR.htm>. (Consultado em Fevereiro de 2012).

HUGHES, Jonathan, e Simon Sadler, *Non-Plan: Essays on freedom, participation and change in modern architecture and urbanism*, Architectural Press, Oxford, 2001.

INDEX: DESIGN TO IMPROVE LIFE. “Elemental Monterrey”, *Index: Design to Improve Life*, 2011. [on-line] Disponível em: http://www.designtoimprovelife.dk/index.php?option=com_content&view=article&id=630. (Consultado em Outubro de 2011).

INDIA FUTURE OF CHANGE. “Urban-Think Tank: Flexible Architectural Toolbox”, *India Future of Change*, 2011. [on-line] Disponível em: http://www.indiafutureofchange.com/indiastory_Creative_TT.htm. (Consultado em Fevereiro de 2012).

KRZYKOWSKI, Matylda. “Quinta Monroy by Alejandro Aravena”, *Dezeen Magazine*, 12 de Novembro de 2008. [on-line] Disponível em: <http://www.dezeen.com/2008/11/12/quinta-monroy-by-alejandro-aravena/>. (Consultado em Outubro de 2011).

LEITE, Vitorio, *A Arquitectura da Participação - O debate sobre o habitat participado entre o Primeiro e o Terceiro Mundo 1960-2010*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura submetida à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto, 2009/2010.

MCGUIRK, Justin. “Alejandro Aravena”, *IconEye - Icon Magazine Online*, Janeiro de 2009. [on-line] Disponível em: <http://www.iconeye.com/read-previous-issues/icon-067-|-january-2009/alejandro-aravena>. (Consultado em Outubro de 2011).

MOLINARE, Alexandra. “Elemental: Ganador de los INDEX Awards 2011”, *Plataforma Arquitectura*, 1 de Setembro de 2011. [on-line] Disponível em: <http://www.plataformaarquitectura.cl/2011/09/01/elemental-ganador-de-los-index-awards-2011/>. (Consultado em Outubro de 2011).

MOSCA, Pedro, *O Processo Participativo na Habitação Social: O desfasamento cliente-utente*, Prova Final em Licenciatura submetida à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto, 2003.

NAI - NETHERLANDS ARCHITECTURE INSTITUTE. “Metro Cable”, *NAI*, s.d.. [on-line] Disponível em: http://www.architectureofconsequence.nl/explore/projects/search_detail/_pid/kolom2-1/_rp_kolom2-1_elementId/1_1084405. (Consultado em Fevereiro de 2012).

NEUSTEIN, David. “The Interview: Being Alejandro Aravena”, *Monument 98*, s.d., pp. 32-36. [on-line] Disponível em: http://www.elementalchile.cl/wp-content/uploads/2010/09/1008_MONUMENT_98_AA_p32-36.pdf. (Consultado em Novembro de 2010).

NEUWIRTH, Robert, *Shadow Cities: A billion squatters, a new urban world*, Routledge, Londres e Nova Iorque, 2006.

PASTORELLI, Giuliano. “Metro Cable Caracas/Urban-Think Tank”, *Plataforma Arquitectura*, 5 de Julho de 2011. [on-line] Disponível em: <http://www.plataformaarquitectura.cl/2011/07/05/metro-cable-caracas-urban-think-tank/>. (Consultado em Fevereiro de 2012).

PELLETIER, Jean, e Charles Delfante, *Villes et urbanisme dans le monde*, Masson, Armand Colin/Masson, s.l., 1969, edição utilizada: *Cidades e Urbanismo no Mundo*, Trad. Sylvie Canape, Instituto Piaget, Lisboa, 1997.

PERIN, Mateo, *Kibera In-Farmstructures: Dispositivi di rigenerazione sociale ed ambientale per un insediamento informale*, Tese submetida à Facoltà de Architettura e Società do Politécnico de Milão, Milão, 2009-2010. [on-line] Disponível em: <https://www.politesi.polimi.it/handle/10589/1062>. (Consultado em Outubro de 2011).

POLIS. “A Life Line for Caracas: Interview with Urban-Think Tank”, *Polis: a collaborative blog about cities across the globe*, 30 de Setembro de 2010. [on-line] Disponível em: <http://www.thepolisblog.org/2010/10/interview-life-line-for-caracas.html>. (Consultado em Fevereiro de 2012).

PORTAS, Nuno, “O Processo Também Desenha”, *Arquitectura e Vida*, n.51, Julho/Agosto de 2004.

PORTUGAL, Catarina, *A Urbanização da Pobreza: Integrar uma favela na cidade do Rio de Janeiro*. Prova Final em Licenciatura submetida à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto, 2006/2007.

RANI, R. S.. “Urban Slums: The next frontier in green design”, *Dowser*, 2010. [on-line] Disponível em: <http://dowser.org/urban-slums-the-next-frontier-in-green-design/>. (Consultado em Fevereiro de 2012).

RAPOPORT, Amos, *Human Aspects of Urban Form: Towards a man-environment approach to urban form and design*, Pergamon Press Ltd., Oxford, 1977, edição utilizada: Aspectos humanos de la forma urbana: hacia una confrontación de las ciencias sociales con el diseño de la forma urbana, Trad. Josep Muntañola i Thornberg, Gustavo Gili, Barcelona, 1978.

SERTICH, Adriana Navarro, "Urban Cable Car, Barrio San Agustín", *FAVELIssues*, 2 de Junho de 2010. [on-line] Disponível em: <http://favelissues.com/2010/06/02/urban-cable-car-barrio-san-agustin/>. (Consultado em Fevereiro de 2012).

SILVA, Joana, *Uma Casa Auto-Construída na Favela: Reflexão sobre formalidade e informalidade na cidade brasileira*. Prova Final em Licenciatura submetida à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto, 2006/2007.

SMALL SCALE BIG CHANGE. "Metro Cable", *MoMA - Small Scale Big Change*, 2010. [on-line]. Moma Web Site. Disponível em: http://www.moma.org/interactives/exhibitions/2010/smallscalebig-change/projects/metro_cable. (Consultado em Outubro de 2011).

TIRADO, Pablo. "Oficinas de arquitectos ponen sus fichas en las casas prefabricadas", *El Mercurio*, 21 de Setembro de 2009, p. B4. [on-line] Disponível em: http://www.elementalchile.cl/wp-content/uploads/2009/10/090921_El_Mercurio_prefabricado_01.pdf. (Consultado em Novembro de 2010).

TURNER, John F.C., *Freedom to Build: dweller control of the housing process*, MacMillan, Nova Iorque, 1972.

-----, *Housing by people: Towards autonomy in building environment*, Marion Boyars, Londres e Nova Iorque, 1976.

-----, *Reflections on Scale and Subsidiarity in Urban Development and Poverty Alleviation: a personal view of development by people*, Keynote address for the Urban Forum 2002: Tools, Nuts & Bolts, at the World Bank, Washington D.C., Abril 2-3 de 2002.

UN-HABITAT, *The Challenge of Slums: Global Report on Human Settlements 2003*, Earthscan Publications, Reino Unido e EUA, 2003.

URBANINFORM. "Urban Think Tank CCASM", *UrbanInform*, s.d. [on-line] Disponível em: <http://www.urbaninform.net/home/minidoc/518/urban-think-tank-music-factory-ccasm.html>. (Consultado em Fevereiro de 2012).

URBAN MATTERS. "Vertical Gymnasium", *Urban Matters*, 2011. [on-line] Disponível em: <http://urban-matters.org/projectsbyindividuals/vertical-gymnasium>. (Consultado em Fevereiro de 2012).

URBAN-THINK TANK. "Paraisópolis: Grotão", in *A Cidade Informal no Século XXI*, s.ed., s.l., s.d. [on-line] Disponível em: <http://www.u-tt.com/pdf/2010SeculoXXI.pdf>. (Consultado em Outubro de 2011).

-----, "Bottom-up Desires and Strategies - Urban-Think Tank", in *Utrecht Manifest 2009 - Bienal for Social Design*, Ambiguous Profile, 2009, pp. 52-55. [on-line] Disponível em: <http://www.u-tt.com/pdf/2009UtrechtManifest.pdf>. (Consultado em Outubro de 2011).

-----, *Caracas, The Informal City* (Apresentação em vídeo) [on-line] Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=kGKPWIUfaL0>. (Consultado em Fevereiro de 2012).

-----, "Co-Ownership", in *AI Manakh*, vol.12, 2009, pp. 388-393. [on-line] Disponível em: <http://www.u-tt.com/pdf/2009AIManakh.pdf>. (Consultado em Outubro de 2011).

-----, *Sur Global* (Apresentação em vídeo). [on-line] Disponível em: <http://vimeo.com/7474042>. (Consultado em Outubro de 2011).

-----, *The Metro Cable of San Agustín* (Apresentação em vídeo). [on-line] Disponível em: <http://vimeo.com/15125997>. (Consultado em Outubro de 2011).

-----, *Urban-Think Tank Portfolio - Projects 2002-2009* [on-line] Disponível em: http://www.u-tt.com/pdf/UTT_PortfolioEnglish.pdf. (Consultado em Outubro de 2011).

-----, *Urban-Think Tank Tool Box* [on-line] Disponível em: http://www.u-tt.com/pdf/UTT_ProjectTool-Box.pdf. (Consultado em Outubro de 2011).

-----, *Vertical Gymnasium, Design for the other 90%* (Apresentação em vídeo) [on-line] Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=1svHEyxHQMA>. (Consultado em Fevereiro de 2012).

WALDHERR, Gerhard. "The Ghetto of San Agustín Spreads Across a Mountside In The centre of Caracas", *Icon Magazine*, Maio de 2010, pp. 105-112. [on-line] Disponível em: <http://www.u-tt.com/pdf/2010IconMayCablecar.pdf>. (Consultado em Outubro de 2011).